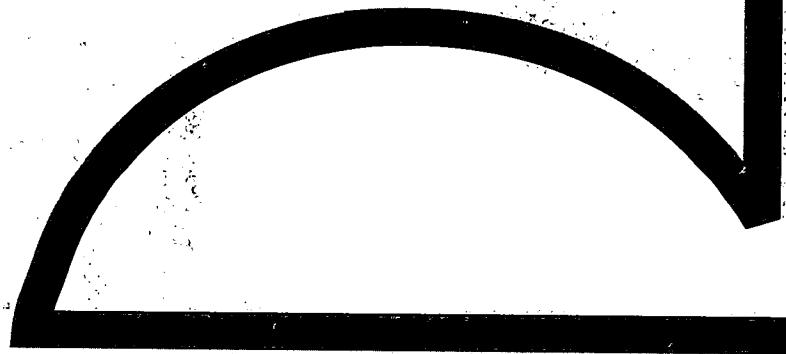


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 073

TERÇA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 1999

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA

<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade - Bloco - PA</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i></p>	<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Casildo Maldaner - PMDB - SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1º <i>Eduardo Suplicy - Bloco - SP</i></p> <p>2º <i>Lúdio Coelho - PSDB - MS</i></p> <p>3º <i>Jonas Pinheiro - PFL - MT</i></p> <p>4º <i>Marluce Pinto - PMDB - RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</p> <p>Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i></p> <p>Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i></p> <p>Vago <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i></p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR</p> <p>Procuradores⁽²⁾ <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i></p> <p>Vago <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i></p> <p>Vago <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i></p>

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO	LIDERANÇA DO PMDB - 26	LIDERANÇA DO PSDB - 16
<p>Líder <i>Romeu Tuma</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda</i> <i>Ramez Tebet</i></p>	<p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p>	<p>Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p>
LIDERANÇA DO PFL - 21	LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO - 14	LIDERANÇA DO PPB - 3
<p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i></p> <p>Vago <i>Vago</i></p>	<p>Líder <i>Marina Silva</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dizere</i></p>	<p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p>
		<p>LIDERANÇA DO PTB - 1</p> <p>Líder <i>Artônio Portela</i></p>

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE

<p><i>Apácio da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><i>Julio Werner Pedroso</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><i>Marcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Assuntos Administrativos</p> <p><i>Dionísio Ostegro de Oliveira</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 51ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE MAIO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 122/99, de 7 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1996 (nº 382/91, naquela Casa), que insere na Consolidação das Leis do Trabalho, regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências, e sua remessa à sanção, naquela data. Nº 123/99, de 7 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1995 (nº 3.806/97, naquela Casa), de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, que permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais, e sua remessa à sanção, naquela data. 11055

1.2.2 – Projetos recebidos da Câmara Dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1999 (nº 2.597/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a Universidade Federal do Rio Grande do Norte a alienar bem imóvel de sua propriedade, e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 11055

Projeto de Decreto Legislativo nº 103; de 1999 (nº 752/98, na Câmara dos Deputados), que consolida as disposições dos Decretos Legislativos nº 96, de 1975, e nº 29, de 1981, e dá outras providências. À Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora. 11057

1.2.3 – Parecer

Nº 193, de 1999, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1999, de autoria do Senador Artur da Távola, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Chorão e dá outras providências 11058

1.2.4 – Leitura de Projeto

Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1999, de autoria do Senador Nabor Júnior, que denomina "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos" o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. 11060

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR TIÃO VIANA – Ineficiência do controle e prevenção de infecções hospitalares na rede pública de saúde. 11061

SENADOR NABOR JÚNIOR – Justificativas ao Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1999, lido na presente sessão, que denomina "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos" o novo aeroporto de Rio Branco, Estado do Acre..... 11063

SENADORA HELOÍSA HELENA – Necessidade da convocação do Ministro da Fazenda para prestar esclarecimentos perante a CPI do Sistema Financeiro, tendo em vista declarações feitas à imprensa a respeito da atuação do Banco Central no caso dos Bancos Marka e FonteCindam. 11065

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Análise da cinematografia brasileira. Encaminhamento à Mesa de requerimento solicitando a criação de comissão temporária de estudo do cinema nacional. 11068

SENADOR JOSÉ JORGE – Considerações sobre a discussão da reforma político-partidária na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 11073

SENADOR EDUARDO SUPlicy – Defesa da convocação do Ministro Pedro Malan para prestar esclarecimentos à CPI do Sistema Financeiro sobre a operação de socorro aos Bancos Marka e FonteCindam. Relevância do depoimento do Deputado Aloízio Mercadante à CPI. Necessidade da preservação dos direitos dos funcionários da Rede Manchete de Televisão, tendo em vista a iminência de sua venda. 11076

SENADOR ROMERO JUCÁ – Discordância com a proposta de convocação do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, à CPI do Sistema Financeiro. 11082

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Discussão sobre a vinda do Ministro Pedro Malan à CPI do Sistema Financeiro. 11084

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Realização em Brasília, entre os dias 11 e 13 do corrente mês, do Encontro Nacional dos Municípios, que contará com a presença de prefeitos, vereadores e autoridades municipais do Estado do Tocantins. 11088

SENADOR MOZARILDO CAVALVANTI, como Líder – Importância da visita do Presidente da Venezuela, Hugo Chaves, ao Brasil, na semana passada, que demonstrou o interesse daquele país em integrar-se ao Mercosul.....

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Relevância dos serviços prestados à Nação pelas CPI do Sistema Financeiro e do Judiciário. Isenção de S. Ex^a no encaminhamento dos trabalhos da CPI do Sistema Financeiro, como presidente interino.....

1.2.6 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação

Nº 10/99, de 27 de abril último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1999, de autoria do Senador Artur da Távola, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Choro e dá outras providências, em reunião realizada em 13 de abril de 1999. À publicação. ..

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.....

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 225, de 1999, de autoria do Senador Francelino Pereira, solicitando a criação de uma comissão temporária de estudo do cinema brasileiro, composta por nove integrantes, com o objetivo de, até 15 de dezembro do corrente ano, fazer estudo exaustivo da situação do cinema nacional, em todos os ângulos de sua atuação, e propor uma legislação específica de fomento a essa atividade. O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 ho-

	ras e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	11097
11089	1.3 – ENCERRAMENTO 2 – RETIFICAÇÕES Ata da 50 ^a Sessão Não Deliberativa, realizada em 7 de maio de 1999 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subseqüente.	11099
11095	3 – ATA DE COMISSÃO 9 ^a Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do Requerimento nº 118, de 1999, destinada a apurar, no prazo de 120 (Cento e vinte) dias, fatos do conhecimento do Congresso Nacional, e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais, e de Tribunais de Justiça, realizada em 3 de maio de 1999.....	11100
11097	4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nº 1.455, de 1999, referente à servidora Paula Maria Abreu de Barros Monteiro.	11142
	Nº 1.456, de 1999, referente ao servidor Carlos Roberto de Araújo.	11143
	Nº 1.457, de 1999.	11144
11097	Nº 1.458, de 1999, referente ao servidor Kendy Aparecido Osiro.....	11145
	Nº 1.459, de 1999, referente à servidora Angélica Passarinho Mesquita.	11146
	Nº 1.460, de 1999, referente à servidora Ivanise Xavier Reis Camib Bezerra.	11147
	Nºs 1.461 e 1.462, de 1999.	11148
	5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
	6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
	7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 51^a Sessão Não Deliberativa em 10 de maio de 1999

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 51^a Legislatura

*Presidência dos Srs.: Carlos Patrocínio, Nabor Júnior, Eduardo Suplicy
da Sra. Heloísa Helena e do Sr. José Jorge.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Haver-
do número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1^º Secretário em exercício, Senador Car-
los Patrocínio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 122/99, de 7 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1996 (nº 382/91, naquela Casa), que insere na Consolidação das Leis do Trabalho, regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 7-5-99)

Nº 123/99, de 7 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1995 (nº 3.806/97, naquela Casa), de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, que permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.

(Projeto enviado à sanção em 7-5-99)

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 1999 (Nº 2.597/96, na Casa de origem) (De iniciativa do Presidente da República)

**Autoriza a Universidade Federal do
Rio Grande do Norte a alienar bem imó-
vel de sua propriedade, e dá outras pro-
vidências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a Universidade Federal do Rio Grande do Norte autorizada a alienar ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte o domínio útil do terreno foreiro do patrimônio municipal de Natal, com área de 2.540,50 m² (dois mil, quinhentos e quarenta metros e cinqüenta centímetros quadrados), limitando-se a oeste com a Av. Rio Branco, ao rumo de 28°37'SW, com 43,10m; ao sul, com propriedade de Elvira Amélia Machado e Felinto Manso Maciel, ao rumo de 63°53'SE, com 16,00m; a leste, com a Rua Princesa Isabel, com 28°07'NE, com 36,10m; e ao norte, com a Rua Professor Zuza, com 62°13'NW, com 64,75m, beneficiado com um prédio de dois pavimentos, situado na Av. Rio Branco nº 743, Bairro da Cidade Alta, onde funcionou a Televisão Universitária.

Art. 2º O valor adquirido com a alienação do bem de que trata o artigo anterior será utilizado integralmente no **campus** da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atendidas as determinações do art. 4º da Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974.

Art. 3º A alienação de que trata o art. 1º deverá obedecer às disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se o art. 3º da Lei nº 6.995, de 31 de maio de 1982.

MENSAGEM Nº 1.224, DE 1996

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Educação e do Desporto o texto do projeto de lei que "Autoriza a Universidade Federal do Rio Grande do Norte a alienar bem imóvel de sua propriedade, e dá outras provisões."

Brasília, 28 de novembro de 1996. — **Marco Antônio Maciel.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 100, DE 15 DE AGOSTO DE 1996, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a Universidade Federal do Rio Grande do norte a alienar bem imóvel de sua propriedade, integrado ao patrimônio dessa instituição a partir de 31 de maio de 1982, por força da Lei nº 6.995.

Por vários anos o referido imóvel abrigou as instalações da Televisão Universitária recentemente transferida para prédio próprio, construído para atender às necessidades específicas de suas instalações e sediado no Campus Universitário.

No estágio em que se encontra a implantação do referido Campus, é de todo conveniente a alienação do imóvel em questão, o que permitirá a aplicação dos recursos dela oriundos em edificações para suprir carências de espaço físico em vários setores acadêmicos daquela instituição.

Esclareça-se, por oportuno, que o art. 3º da Lei nº 6.995/82, que autorizou a doação do imóvel à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estatui restrição à doação, mencionando ser ela nula caso seja dada destinação ao bem diversa daquela pela lei definida, razão da necessidade da edição de uma ordem legal, que revogue a referida restrição e autorize a alienação do imóvel para os fins já mencionados.

Respeitosamente. — **Paulo Renato Souza**, Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.995, DE 31 DE MAIO DE 1982

Autoriza a doação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte de Imóvel situado no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, por doação, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o imóvel constituído por terreno e

benfeitorias, situado à Avenida Rio Branco nº 743, Bairro da Cidade Alta, Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se às instalações da referida Universidade.

Art. 3º A doação efetivar-se-á mediante contrato — a lavrar-se em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União — tornando-se nula, se ao imóvel vier a ser dada destinação diversa da prevista no artigo 2º desta Lei, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual, ficando a donatária, neste caso, sem direito a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1982; 161º da Independência e 94º da República. — **JOÃO FIGUEIREDO — Ernane Galvães.**

LEI 6.120 DE 15-10-74

Dispõe sobre a alienação de bens imóveis de instituições federais de ensino, e dá outras providências.

Art. 4º O produto das operações de que trata esta Lei será empregado, necessariamente, nos campi universitários ou nas sedes das instituições, em despesas relativas a edificações, serviço de infra-estrutura, instalações, equipamentos e urbanização.

Parágrafo único. Quando o **campus** ou sede for considerado completo, o produto da locação poderá ser empregado em despesas de custeio.

LEI 8.666 DE 21-6-93

Regulamenta o art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências.

CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais

SEÇÃO I
Dos Princípios

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a

obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 103, DE 1999

(Nº 752/98, na Câmara dos Deputados)

Consolida as disposições dos Decretos Legislativos nº 96, de 1975, e nº 29, de 1981, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O beneficiário de parlamentar falecido no exercício do mandato, bem como daquele afastado do mandato em virtude de invalidez permanente ou situação de incapacidade que impeça, em caráter definitivo, o exercício do mandato, terá direito a um pecúlio formado pelo desconto de duas diárias de cada membro do Congresso Nacional.

§ 1º O desconto a que se refere este artigo efetivar-se-á na folha de pagamento do mês subsequente à ocorrência que deu origem ao benefício.

§ 2º Se houver mais de uma ocorrência no mesmo mês, far-se-ão os descontos nos meses seguintes.

§ 3º O Senado Federal e a Câmara dos Deputados farão o desconto das diárias de seus membros e as repassarão aos beneficiários legais, indicados pelo congressista na Casa a que pertencia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor em 1º de fevereiro de 1999.

PROJETO ORIGINAL Nº 752, DE 1998

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º O beneficiário de parlamentar falecido no exercício do mandato, bem como daquele afastado do mandato por motivo alheio à sua vontade, terá direito a um pecúlio formado pelo desconto de 2 (duas) diárias de cada membro do Congresso Nacional.

§ 1º O desconto a que se refere este artigo efetivar-se-á na folha de pagamento do mês subsequente à ocorrência que deu origem ao benefício.

§ 2º Se houver mais de uma ocorrência no mesmo mês, far-se-ão os descontos nos meses seguintes.

§ 3º O Senado Federal e a Câmara dos Deputados farão o desconto das diárias de seus Membros e as repassarão aos beneficiários legais, indicados pelo congressista na Casa a que pertencia.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor em 1º de fevereiro de 1999.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O pecúlio parlamentar, disciplinado pelos Decretos Legislativos nº 96, de 1975, e nº 29, de 1981, é pago pelo Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC aos beneficiários do congressistas e corresponde ao desconto de 2 (duas) diárias de cada membro do Congresso Nacional.

Com a extinção do IPC, cuja liquidação ocorrerá em 1º de fevereiro de 1999, necessário se faz novo disciplinamento da matéria, a fim de que o pagamento seja feito diretamente pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

A Mesa, na reunião de hoje, presentes os Senhores Deputados Heráclito Fortes 1º Vice-Presidente, Severino Cavalcanti, 2º Vice-Presidente, Ubiratan Aguiar, 1º Secretário (Relator), e Efraim Moraes, 4º Secretário, resolveu aprovar o Projeto de Decreto Legislativo que "consolida as disposições dos Decretos Legislativos nº 96, de 1975, e nº 29, de 1981, e dá outras providências", referentes ao pecúlio parlamentar.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 1998.

– Deputado Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 96, DE 1975

Dispõe sobre o pecúlio parlamentar

Art. 1º Aos beneficiários do parlamentar, falecido no exercício do mandato, o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) pagará um pecúlio formado pelo desconto de 2 (duas) diárias de cada membro do Congresso Nacional.

§ 1º O desconto a que se refere este artigo efetivar-se-á na folha de pagamento seguinte ao óbito.

§ 2º Na ocorrência de mais de um falecimento no mesmo mês, far-se-ão os descontos nos meses subsequentes.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 1981

Altera o Decreto Legislativo nº 96, de 1975, que dispõe sobre o pecúlio Parlamentar.

Art. 1º Dê-se ao artigo 1º do Decreto Legislativo nº 96, de 14 de novembro de 1975, a seguinte redação:

"Art. 1º Aos beneficiários do parlamentar falecido no exercício do mandato, bem como àquele que for afastado do mandato por motivo alheio à sua vontade, o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) pagará um pecúlio formado pelo desconto de 2 (duas) diárias de cada membro do Congresso Nacional.

§ 1º O desconto a que se refere este artigo efetivar-se-á na folha de pagamento seguinte à ocorrência que deu origem ao benefício.

§ 2º Havendo mais de uma ocorrência, far-se-ão os descontos nos meses subsequentes.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Defiro. Desarquive-se o PDC nº 752, de 1998.

Publique-se.

Em 13-4-99. — Michel Temer, Presidente.

(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.)

PARECER

PARECER Nº 193, DE 1999

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1999, de autoria do Senador Artur da Távola, que "dispõe sobre a criação do 'Dia Na-

cional do Choro' e dá outras providências".

Relatora: Senadora Marina Silva

I – Relatório

O Projeto em exame, de autoria do Senador Artur da Távola, tem por objetivo instituir o "Dia Nacional do Choro", a ser comemorado anualmente em 23 de abril, data de nascimento de Alfredo da Rocha Viana Júnior, o popularmente conhecido Pixinguinha.

Ao justificar a proposição, o autor ressalta a importância do choro e destaca a reconhecida genialidade de Pixinguinha, que "conferiu a essa modalidade de seus contornos definitivos". Sustentam ainda a iniciativa relevantes informações que percorrem a história desse gênero musical, nascido no Rio de Janeiro, em meados do século XIX, em decorrência da adaptação que músicos populares promoveram sobre os gêneros musicais então preferidos da "alta burguesia carioca".

Ao reconhecer que a definitiva conformação do choro surgiu, "a partir de 1910, sob a batuta de Pixinguinha", o autor do Projeto — notório, ele próprio, por seu domínio do tema — procura demonstrar a oportunidade e a pertinência da proposição.

Distribuído a esta Comissão, em 23 de fevereiro de 1999, para deliberação de natureza terminativa, o Projeto não recebeu emendas no decurso do prazo regimental.

II – Voto do Relator

Não vislumbro constitucionalidade ou injuridicidade no Projeto. No mérito, concordo com a proposição, que faz justiça à memória de um dos nomes mais importantes da cultura brasileira e dá o destaque devido a uma de nossas manifestações culturais mais genuínas.

Voto, portanto, pela Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1999.

É o Parecer.

Sala da Comissão, 13 de abril de 1999. — Presidente da Comissão, Freitas Neto — Relatora, Marina Silva — Eduardo Silveira Campos — Artur da Távola — Jorge Bornhausen — Luís Otávio — Hugo Napoleão — Teotônio Vilela Filho — Amir Lando — Heloísa Helena — Djalma Bessa — Pedro Simon — Edison Lobão — Geraldo Althoff — Juvêncio da Fonseca — Luzia Toledo.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL_PLN 39 / 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	
AMIR LANDO	X			MAGUITO VILELA										
FERNANDO BEZERRA				NEY SUASSUNA										
GERSON CAMATA				RAMEZ TEBET										
IRIS REZENDE				ALBERTO SILVA										
JOSÉ SARNEY				JADER BARBALHO										
PEDRO SIMON	X			DJALMA FALCAO										
ROBERTO REQUIÃO				JOSÉ FOGACA										
VAGO				VAGO										
VAGO				VAGO										
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	
HUGO NAPOLEÃO	X			GERALDO ALTHOFF	X									
FREITAS NETO				FRANCELINO PEREIRA										
DJALMA BESSA	X			JONAS PINHEIRO										
JOSÉ JORGE				MOZARILDO CAVALCANTI										
JORGE BORNHAUSEN	X			ROMEU TUMA										
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X			EDISON LOBAO	X									
JUVENCIO DA FONSECA	X			MARIA DO CARMO ALVES										
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	
ALVARO DIAS				CARLOS WILSON										
ARTUR DA TAVOLA			X	OSMAR DIAS										
LUZIA TOLEDO	X			PAULO HARTUNG										
ROMERO JUCÁ				LÚDIO COELHO										
TEOTONHO VILELA FILHO	X			ANTERO PAES DE BARROS										
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PPD/PSB/PS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PPD/PSB/PS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PPD/PSB/PS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PPD/PSB/PS)	SIM	
SEBASTIAO ROCHA				ANTONIO C. VALADARES										
HELOISA HELENA	X			LAURO CAMPOS										
EMILIA FERNANDES				TIAO VIANA										
ROBERTO SATURNINO				JEFFERSON PERES										
MARINA DA SILVA	X			SUPLENTES - PPB										
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	<td>SUPLENTES - PPB</td> <td></td>	SUPLENTES - PPB										
LUIS OTAVIO	X			LEONMAR QUINTANILHA										

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: 01SALA DAS REUNIÕES, EM 13, 01/1999


 SENADOR FREITAS NETO
 Presidente

OF. N^o CE/10/99

Em 27 de abril de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Exceléncia que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1999, de autoria do Exm^o Sr. Senador Artur da Távola que, "Dispõe sobre a Criação do Dia Nacional do Choro e dá outras providências", em reunião do dia 13 de abril próximo passado.

Atenciosamente, Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N^o 320, DE 1999

Denomina "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos" o novo aeroporto, em construção, na Cidade de Rio Branco, Acre.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º O novo aeroporto internacional da Cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, construído sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), às margens da rodovia BR-364, vizinho ao Município de Bujari, passa a ser denominado "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos".

Art. 2º Da placa inaugural, a ser colocada no saguão do terminal constarão, além das habituais referências às autoridades e empresas responsáveis por sua construção, os seguintes dizeres: "A Oscar Passos, parlamentar, militar e administrador que honra a nossa história, a homenagem do povo acreano e o reconhecimento de toda a Nação por sua luta pela liberdade, pelo fortalecimento da Amazônia e pela consolidação da democracia no Brasil".

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Brasil tem uma imensa dívida para com os defensores da democracia que, ao longo de mais de duas décadas, lutaram contra o regime arbitrário que mancha tantas páginas de nossa história. Essa luta,

em alguns casos, resvalou para a troca de violências, mas teve, também, líderes que, por sua moderação e sua alta sensibilidade, souberam agir com serena firmeza e, assim, conservar abertas as poucas frestas que permitiam a entrada da luz da democracia.

Entre esses visionários destacou-se, já nos anos 60, o Senador Oscar Passos, um militar consagrado na guerra mas cuja dedicação à farda nunca o impediu de participar de importantes momentos da vida político-administrativo do País – jamais como conspirador ou golpista, mas sempre voltado para a causa da integração e do desenvolvimento nacionais.

Seu grande momento como homem público foi quando assumiu a árdua missão de ser o primeiro presidente do Movimento Democrático Brasileiro, onde se entrincheiravam os resistentes da sociedade civil, os quais hoje, em grande número, estão disseminados pelos muitos partidos políticos que procuram consolidar a república livre em nosso país. Não podemos esquecer, todavia, que naqueles duros e sombrios tempos era indispensável a unidade das forças anti-arbitrárias, que, conscientes dessa necessidade, fundaram o glorioso MDB.

A aceitação unânime de Oscar Passos para presidir aquele núcleo de obstinados democratas foi decorrência natural de sua vitoriosa carreira de homem público, militar, administrador, e profundo conhecedor da realidade geopolítica nacional, inclusive da grande região amazônica, que, naqueles dias, estava ostensivamente sob a cobiça de grandes organizações e potências de outros continentes.

A biografia de Oscar Passos é uma das mais ricas já registradas na História brasileira: nascido em 1902, em Porto Alegre, lá foi servidor público e sentou praça no Exército, onde se destacou nas artes castrenses mas, ao mesmo tempo, teve importantes intervenções na alta administração pública.

Na condição de acreano, quero começar este relato enaltecendo sua presença, como Governador, no ex-Território Federal do Acre, no biênio 1941/42, ao término do qual recebeu outro chamado da Pátria: organizar e ser o primeiro presidente do Banco de Crédito da Borracha, atualmente denominado Banco do Amazonas S.A., que deu força decisiva no abastecimento de borracha ao Mundo Livre, então empenhado na guerra contra o eixo nazi-fascista, que havia ocupado as plantações inglesas no Extremo-Oriente.

Logo em seguida, com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, Oscar Passos foi integrado à Força Expedicionária Brasileira, a vitoriosa FEB, consa-

grando-se como bravo soldado e brilhante estrategista na Campanha da Itália, sob o comando do Marechal Mascarenhas de Moraes e ao lado de Humberto Castello Branco e tantos outros oficiais, sargentos, cabos e soldados, cujos nomes estão escritos em letras douradas na vitória dos Aliados.

O papel desempenhado por Oscar Passos no teatro de operações reservou-lhe, após o conflito, um importante posto na Escola do Estado-Maior do Exército, na formação de oficiais, onde sucessivas gerações de jovens patriotas dele receberam as mais valiosas lições de vida e de dedicação às causas da nacionalidade.

Em 1950, Oscar Passos retornou ao ainda Território Federal do Acre, disputando uma das duas vagas de Deputado Federal. Vitorioso, teve atuação tão destacada no Congresso Nacional que mereceu duas reeleições sucessivas, respectivamente em 1954 e 1958. Em 1962, com a elevação do Acre a Estado, criou-se sua bancada no Senado Federal, e, mais uma vez – disputando uma das três vagas – Oscar Passos recebeu a confiança do povo, ao lado de José Guiomard dos Santos e Adalberto Sena.

Muitas outras páginas importantes de sua biografia foram escritas nessas quase quatro décadas. E são, certamente, conhecidas dos Srs. Congressistas.

Detenho-me, todavia, naquelas três mais importantes, para cumprir a obrigatoriedade regimental de justificar a presente proposição: a brilhante carreira como militar; a condição de precursor do restabelecimento democrático, ao assumir a presidência do MDB, em plena ditadura; e a forte liderança que exerceu na administração do antigo Território Federal do Acre e, mais tarde, na sua transformação e consolidação como Estado.

Nada mais justo, portanto, do que propiciar aos que chegarem ao Acre, pelas portas do futuro Aeroporto, uma recepção evocando um dos grandes construtores do Estado, respeitado, também, em todas as outras Unidades da Federação e nos centros das decisões nacionais. Quem não conhece a saga de Oscar Passos, ao ouvir seu nome, decerto ganhará novos e mais fortes motivos para ter orgulho de ser brasileiro e de ver a Amazônia integrada ao processo de fortalecimento das instituições democráticas e da economia do Brasil.

Sala das Sessões, 10 de maio de 1999. – Senador Nabor Júnior.

10

36

00

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se à lista de oradores.

Como primeiro orador inscrito, concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, desta tribuna, tenho insistido em que o Brasil deve fazer uma opção que valorize a investigação científica como alternativa para o desenvolvimento e melhoria das condições sociais do seu povo.

Na área da saúde, há um assunto que não tem sido muito lembrado no plenário desta Casa, que é da ordem do dia de qualquer hospital do Brasil e que também deveria ser do Ministério da Saúde, porque envolve muitos gastos e recursos, tendo como causa a falta de uma política mais decisiva e efetiva do Governo Federal que alcance as Unidades Federais em sua ponta.

Hoje, quando enxergamos uma ação do Governo Federal que detecta um problema sério, discutindo-o em profundidade e traçando um plano de soluções, geralmente a prática de correção e busca de resultados não chega aos Municípios, e o resultado, às vezes, é muito grave e dispendioso para o País. Refiro-me à questão das infecções hospitalares, Sr. Presidente.

Atualmente, o Brasil possui um gasto médio de US\$500,00 a US\$4 mil por vítima de infecção hospitalar em seus hospitais. Um país como o nosso, que tem um investimento em saúde de aproximadamente US\$200,00 per capita, não pode enfrentar a infecção hospitalar de maneira desatenta, insensível ou sem uma forte intervenção em cada Município, em cada Estado, a fim de alcançar um resultado melhor.

Há uma média de um milhão e meio de vítimas de infecção hospitalar. Se tomássemos medidas simples e rígidas, teríamos uma intervenção efetiva e uma redução de pelo menos meio milhão desses casos.

Dados de uma revista oficial denominada **R**e*vista do Controle de Infecção Hospitalar* revelam que, segundo conclusões do Ministério da Saúde, apesar dos esforços na implantação de serviços de controle de infecção hospitalar, os resultados foram pouco alcançados. Como se observa, dados do próprio Governo Federal revelam que os resultados obtidos com a **Política Nacional de Controle de Infecção Hospitalar** foram muito pequenos.

No Brasil afora, criou-se a chamada Comissão de Controle de Infecção Hospitalar como norma obrigatória, estabelecida em lei em 1997. Cada unidade de saúde da Federação, que fosse unidade hospitalar, deveria possuir a sua Comissão de Controle de Infecção Hospitalar. Lamentavelmente, a despeito da determinação legal, estabelecida também pelo Ministério da Saúde, a prática de correção e prevenção não é alcançada nas unidades de saúde. Enquanto o SUS (Sistema Único de Saúde) tem uma média de internação de 6 dias para cada doente, quando há um paciente com infecção hospitalar, a média de internação chega a 21 dias, e o custo individual, que de maneira geral é menor do que US\$500, é acrescido de US\$500 a US\$4 mil.

Então, o País não tem condição de suportar isso. Dados de pesquisas americanas apontam que todo um investimento que se possa fazer para o controle das infecções hospitalares só é capaz de controlar com êxito 30% delas, apesar de uma intervenção judiciosa. Os outros restantes seriam decorrência de condições intrínsecas do paciente. Dessa forma, é preciso que o País aponte uma alternativa rígida, efetiva e técnica de controle e prevenção das suas infecções hospitalares. Não podemos ter uma população subnutrida, que procura doenças pelas condições de higiene, pelas condições econômicas em que vive. Não se podem impor doenças a essa população. Esse povo não pode viver numa situação precária de educação sanitária. E a presença de uma doença que leve a uma internação hospitalar multiplicará a possibilidade de infecções hospitalares, com forte dano socioeconômico para essas pessoas.

Sr. Presidente, o resultado é grave, pois 13,5% dos pacientes (em cada 100) são vítimas de infecção hospitalar no Brasil; pelo menos uma infecção ocorre. E quando se soma todo o conjunto de infecções hospitalares, sabendo que um paciente pode ter mais de uma infecção, a realidade é que, de cada 100 doentes internados, 15 são vítimas de infecção hospitalar, com 1% de óbito, sendo que 4% desses 13,5 pacientes em cada 100 têm como interferência do seu óbito a presença de uma infecção hospitalar, que não é determinante direta do caso.

De fato, o Brasil precisa entender como inadiáveis e prioritários a prevenção e o controle de infecções hospitalares. No Ministério da Saúde, as discussões e os aspectos técnicos envolvendo as ações e a identificação do problema podem ser amplos, mas as medidas para uma solução não chegam até o município, até a ponta do sistema, e o resultado é a precariedade.

Ainda hoje, há uso inescrupuloso, indefinido e desnecessário de antibióticos nas unidades hospitalares. Segundo o Ministério da Saúde, de 1995 a 1998, 46,1% dos pacientes das clínicas de cirurgia e 24,1% dos pacientes das clínicas médicas usaram antibiótico sem qualquer sinal de infecção aparente ou laboratorial.

Ora, Sr. Presidente, uma das coisas que aflige o povo brasileiro é o uso de antibiótico, por pesar no bolso da família. E esses gastos oneram os cofres públicos. Não podemos entender como o Brasil ainda não tem controle da utilização de antibióticos. Se tivesse, poderíamos ver sanado o problema da fome e da miséria em nosso País. Deve, pois, o Governo Federal refletir sobre a questão, fazendo-se parceiro das unidades municipais e estaduais, para que se estabeleça uma medida efetiva e rígida de controle das infecções hospitalares.

É bem verdade que se trata de um problema de ordem mundial. Os melhores hospitais do planeta têm uma taxa de infecção hospitalar da ordem de 5%, mas isso não justifica que o nosso País se dê ao luxo de gastar tanto, quando poderia fazer um investimento que mudasse definitivamente o perfil daqueles que procuram internação. Pelo menos 14% das crianças recém-nascidas atendidas em unidades hospitalares passam por um agravamento de sua saúde em virtude de infecção hospitalar, elevando em muito o seu tempo de internação.

A Lei nº 9.431, de 6 de janeiro de 1997, assemelha-se a tantas outras leis existentes, que não são cumpridas, e as unidades estaduais e municipais não alcançam o resultado que deveriam alcançar.

Sr. Presidente, esse problema é grave. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 1% dessas internações com infecção hospitalar resultam em morte e 4% contribuem para o óbito de forma indireta. Em nosso País, o tempo médio de internação é de 11,8 dias. Quando o doente é vítima de infecção hospitalar, o tempo de permanência passa para 21,7 dias, segundo o relatório do biênio 1994/1995.

O Brasil gastou, somente com o uso de antibióticos (terapia), em torno de R\$500 milhões, sendo que R\$480 milhões foram gastos com pacientes vítimas de infecção hospitalar.

Nos Estados Unidos, ocorrem dois milhões de infecções hospitalares anualmente, resultando em mortalidade e custos elevados. Lá, o tempo de internação consequente de infecções hospitalares é estimado entre um e quatro dias para infecções do trato urinário; entre sete e 8,2 dias para infecções de ferida cirúrgica; entre sete e 21 dias para a septicemia; e en-

tre 6,8 e 30 dias para as pneumonias. A mortalidade por septicemia ou infecção generalizada chega a 50%. Com infecção hospitalar, o tempo médio de internação sobe para 21 dias. Já a mortalidade associada às pneumonias oscila entre entre 14,8% e 71%.

Os custos médios calculados dessas infecções são de US\$558 a US\$593 para cada infecção do trato urinário; US\$2.734 para cada infecção de ferida cirúrgica; US\$3.610 a US\$40.000 para cada septicemia e US\$4.947 para cada pneumonia. Essa é uma estatística norte-americana. O nosso País não gasta tanto com doenças, mas, se fizéssemos o ideal, o custo com o tratamento de uma infecção hospitalar, quando calculado de modo criterioso, fugiria ao controle do Governo Federal e dos cofres públicos, podendo acarretar danos irreparáveis à saúde pública e ao investimento nas prioridades do Governo Federal.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, deve-se investir naquilo que consta na Constituição, no direito inalienável à saúde, à qualidade de vida, às políticas públicas. Decididamente, não conseguiremos ver o Governo Federal implantando política pública e alcançando resultado se as discussões, se o senso de prioridade ficar estabelecido dentro de gabinetes e não chegar à ponta do sistema. Dezoito por cento das infecções hospitalares ocorrem no setor público e 10%, nos hospitais privados, o que demonstra que, onde há a fiscalização da família, onde a sociedade faz-se presente, como nas clínicas particulares, algumas medidas são alcançadas de modo mais rápido. Quando a investigação, a crítica e o controle é menor, menos sensível e menos eficiente, como no caso dos hospitais públicos, geralmente ambientes de pobreza, de pessoas humildes, que não têm condições de ir a uma clínica particular, as taxas de infecção são, pelo menos, 8% mais elevadas que nas unidades privadas.

Portanto, deve haver plena atenção e responsabilidade dos governos estaduais e municipais, em parceria com o Ministério da Saúde, que não pode, sozinho, traçar um plano, uma discussão. Sem responsabilizar as unidades estaduais e municipais, o custo será altamente elevado e danoso para a população. O Brasil não aguenta gastar o que vem gastando com infecção hospitalar. Isso poderia ser investido em qualidade de vida e de assistência à saúde dentro das unidades hospitalares.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, O Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloisa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena) – Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Srª Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, está prestes a ganhar um novo e moderno aeroporto às margens da rodovia BR-364, próximo ao Município do Bujari. Será um importante instrumento para promover o progresso econômico, social e cultural de todo o sudoeste da Amazônia, além de abrir as portas da região para uma integração mais efetiva com os países andinos.

Dotado dos mais modernos requisitos técnicos e capaz de propiciar a seus usuários a segurança e o conforto desejados, o novo terminal permitirá a otimização do tráfego regional, hoje prejudicado por problemas de diversos tipos.

No momento em que o Acre se volta para o futuro, é importante fazer sua ligação com as raízes do povo, com páginas gloriosas e consagradoras de homens públicos que representaram o Estado junto aos outros membros da Federação. Precisamos mostrar aos novos cidadãos que o futuro promissor que lhes é propiciado não existiria, se não tivéssemos tido, há poucas décadas, homens dedicados à causa da democracia construtiva, à consolidação de expectativas e à luta contra o obscurantismo político-institucional.

E poucos se destacaram tanto nessa luta, no contexto interno acreano e nas grandes causas da nacionalidade, como o saudoso Senador, Governador e General Oscar Passos.

Estou apresentando, nesta sessão do Senado Federal, projeto de lei que dá ao novo aeroporto acreano o nome de "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos", em cuja justificação espero comprovar a justiça e a oportunidade da homenagem.

E, para constar dos Anais e rememorar a trajetória gloriosa de Oscar Passos pela vida do Acre e da democracia brasileira, faço, agora, a leitura da proposição:

"PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº , DE 1999

Denomina de 'Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos' o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco, Acre.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º. O novo aeroporto internacional da cidade de Rio Branco, no Estado do

Acre, construído sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), às margens da rodovia BR-364, vizinho ao Município de Bujari, passa a ser denominado 'Aeroporto International Senador Oscar Passos'.

Art. 2º. Da placa inaugural, a ser colocada no saguão do terminal, constarão, além das habituais referências às autoridades e empresas responsáveis por sua construção, os seguintes dizeres: 'A Oscar Passos, parlamentar, militar e administrador que honra a nossa história, à homenagem do povo acreano e o reconhecimento de toda a Nação por sua luta pela liberdade, pelo fortalecimento da Amazônia e pela consolidação da democracia no Brasil'.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Brasil tem uma imensa dívida para com os defensores da democracia que, ao longo de mais de duas décadas, lutaram contra o regime arbitrário que mancha tantas páginas de nossa história. Essa luta, em alguns casos, resvalou para a troca de violências, mas teve, também, líderes que, por sua moderação e sua alta sensibilidade, souberam agir com serena firmeza e, assim, conservar abertas as poucas frestas que permitiam a entrada da luz da democracia.

Entre esses visionários, destacou-se, já nos anos 60, o Senador Oscar Passos, um militar consagrado na guerra, mas cuja dedicação à farda nunca o impediu de participar de importantes momentos da vida político-administrativa do País – jamais como conspirador ou golpista, mas sempre voltado para a causa da integração e do desenvolvimento nacionais.

Seu grande momento como homem público foi quando assumiu a árdua missão de ser o primeiro presidente do Movimento Democrático Brasileiro, em que se entrincheiravam os resistentes da sociedade civil, os quais, hoje, em grande número, estão disseminados pelos muitos partidos políticos que procuram consolidar a república livre em nosso País. Não podemos esquecer, toda-

via, que, naqueles duros e sombrios tempos, era indispensável a unidade das forças antiarbitrárias, que, conscientes dessa necessidade, fundaram o glorioso MDB.

A aceitação unânime de Oscar Passos para presidir aquele núcleo de obstinados democratas foi decorrência natural de sua vitoriosa carreira de homem público, militar, administrador e profundo conhecedor da realidade geopolítica nacional, inclusive da grande Região Amazônica, que, naqueles dias, estava ostensivamente sob a cobiça de grandes organizações e potências de outros continentes.

A biografia de Oscar Passos é uma das mais ricas já registradas na história brasileira: nascido em 1902, em Porto Alegre, lá foi servidor público e sentou praça no Exército, no qual se destacou nas artes castrenses, mas, ao mesmo tempo, teve importantes intervenções na alta administração pública.

Na condição de acreano, quero começar este relato, enaltecendo sua presença, como Governador, no ex-Território Federal do Acre, no biênio 1941/1942, ao término do qual recebeu outro chamado da Pátria: organizar e ser o primeiro presidente do Banco de Crédito da Borracha, atualmente denominado Banco da Amazônia S. A., que deu força decisiva no abastecimento de borracha ao Mundo Livre, então empenhado na guerra contra o eixo nazi-fascista, que havia ocupado as plantações inglesas no Extremo-Oriente.

Logo em seguida, com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, Oscar Passos foi integrado à Força Expedicionária Brasileira, a vitoriosa FEB, consagrando-se como bravo soldado e brilhante estrategista na Campanha da Itália, sob o comando do Marechal Mascarenhas de Moraes e ao lado de Humberto Castello Branco e de tantos outros oficiais, sargentos, cabos e soldados, cujos nomes estão escritos em letras douradas na vitória dos Aliados.

O papel desempenhado por Oscar Passos no teatro de operações reservou-lhe, após o conflito, um importante posto na Escola do Estado Maior do Exército, na formação de oficiais, onde sucessivas gerações de jovens patriotas dele receberam as mais valiosas lições de vida e de dedicação às causas da nacionalidade.

Em 1950, Oscar Passos retornou ao ainda Território Federal do Acre, disputando uma das duas vagas de Deputado Federal. Vitorioso, teve atuação tão destacada no Congresso Nacional, que mereceu duas reeleições sucessivas, em 1954 e 1958. Em 1962, com a elevação do Acre a Estado, criou-se sua bancada no Senado Federal, e, mais uma vez – disputando uma das três vagas –, Oscar Passos recebeu a confiança do povo, ao lado de José Guiomard dos Santos e Adalberto Sena.

Muitas outras páginas importantes de sua biografia foram escritas nessas quase quatro décadas. E são, certamente, conhecidas dos Srs. Congressistas. Detenho-me, todavia, àquelas três mais importantes, para cumprir a obrigatoriedade regimental de justificar a presente proposição: a brilhante carreira como militar; a condição de precursor do restabelecimento democrático, ao assumir a Presidência do MDB, em plena ditadura; e a forte liderança que exerceu na administração do antigo Território Federal do Acre e, mais tarde, na sua transformação e consolidação como Estado.

Nada mais justo, portanto, do que propiciar aos que chegarem ao Acre, pelas portas do futuro aeroporto, uma recepção que evoca um dos grandes construtores do Estado, respeitado, também, em todas as outras Unidades da Federação e nos centros das decisões nacionais. Quem não conhece a saga de Oscar Passos, ao ouvir seu nome, decerto ganhará novos e mais fortes motivos para ter orgulho de ser brasileiro e de ver a Amazônia integrada ao processo de fortalecimento das instituições democráticas e da economia do Brasil.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1999. Senador Nabor Júnior."

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, estou certo de que o projeto que ora estou apresentando para apreciação da Casa dela merecerá a atenção devida, principalmente por ser dedicado à memória de um dos mais ilustres cidadãos que neste plenário tiveram assento e oportunidade de trabalhar pela democracia e pelo progresso do Brasil."

Muito obrigado, Sr^a Presidente. (Pausa.)

A Sra. Heloisa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente e Srs e Srs. Senadores, nessa oportunidade, desejo trazer ao debate algumas declarações feitas, no final de semana e mesmo nesta manhã, pelo Ministro da Fazenda. Tais declarações nos deixaram assombrados. Entendemos que nada melhor do que a Providência Divina, ou a pressão do Congresso, ou da Imprensa, para fazer com que S. Ex^a mudasse de idéia a respeito de uma informação anterior sua, qual seja: a de que nada falaria sobre a saída de Francisco Lopes a não ser dez anos após sua morte em um livro póstumo. Nada melhor do que os informantes do Bem que nos possibilitam o conhecimento de determinadas coisas. Fiquei muito perplexa ao ouvir o Ministro dizer que tinha conhecimento da operação feita pelo Banco Central e que, após 15 dias desse evento, tinha colocado à disposição do Presidente da República tanto o seu cargo quanto o do Presidente do Banco Central. O Presidente Fernando Henrique Cardoso optou apenas pela mudança no Banco Central.

Para profunda desolação de todos os brasileiros que ouvimos as declarações, não foi feito absolutamente nada a partir desse dado, não foi aberta uma sindicância no Banco Central, nada foi explicado à opinião pública, não se buscaram mecanismos para punir os culpados.

Creio que os mais diversos setores da sociedade brasileira – não apenas aqueles que, por meio de um postulado ideológico, defendem a mudança da política econômica do Governo, mas os mais diversos setores, das pessoas mais simples às que entendem o que está acontecendo, quer seja ligando para A Voz do Cidadão, quer seja por meio de correspondência eletrônica –, não conseguem entender o maravilhoso tráfico de intuição consolidado em determinados relações, em lucros gigantescos de determinadas instituições financeiras. É exatamente por isso que está mais do que chegada a hora de o Ministro Pedro Malan vir à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as atividades dos bancos e o do sistema financeiro para dar suas explicações.

Portanto, fica o meu apelo a todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito para que o Ministro Pedro Malan venha até à CPI explicar, quer seja a boa mesada dada ao Banco Marka e ao Banco FonteCindam, quer seja essa oitava maravilha do mundo, ou seja, o "tráfico de intuição" feito pelos grandes bancos que ganharam muito dinheiro do Te-

souro Nacional, dinheiro esse arrancado das famílias brasileiras. Aguardamos, também, a presença daqueles assessores maravilhosos que estabeleceram laços, elos, relações. A corretora que presta assistência ao Banco, num surto de intuição – não é mais **Inside Information**, deve ser **Insight**, como na psiquiatria, **Insight**, o estalo, o vislumbre, algo muito rápido –, uma intuição tão maravilhosa que alguém, de repente, passa a investir R\$50 milhões, R\$300 milhões, mudando completamente uma postura política que vinha sendo adotada.

O nome de uma das corretoras, inclusive de filhos de ex-Ministros e de figuras poderosas, talvez já diga muito sobre o elo, o laço que os grandes e os poderosos estabeleceram com a pérola do sistema financeiro internacional, com o capital especulativo e com informações privilegiadas dentro do Banco Central. Nós, Senadores, precisamos desvendar esse laço, desmanchar o laço da corretora dos filhos do Mendonça de Barros, quebrar esse elo terrível que desmoraliza as instituições deste País, que desestimula a sociedade e cria nela a desesperança de forma geral.

O Sr. Amíl Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pois não, Excelência.

O Sr. Amíl Lando (PMDB – RO) – Nobre Senadora Heloisa Helena, V. Ex^a traz à discussão um tema que, no mínimo, agride o bom senso da cidadania. Esse prejuízo brutal, essa perda de recursos públicos injustificável que significou ganho para grandes instituições – de todas as instituições financeiras ou, mais especialmente, de 24 delas que têm uma vantagem expressiva no ranking –, mostra uma crise, sobretudo uma crise moral no Brasil. Quando se tem a notícia de que um enfermeiro no Rio de Janeiro – sabemos apenas desse caso – resolveu eliminar um número de pacientes, que se estima em torno de 150 pessoas, em troca de R\$80,00 a R\$100,00 das funerárias, essa também é uma informação privilegiada. Esse enfermeiro informava diariamente os funcionários da funerária que havia falecido mais uma pessoa. Esses chegavam, como espécie de urubus, para buscar o cadáver, que poderia ter vivido até a sua morte natural ou poderia ter tido a possibilidade de sobreviver. Veja V. Ex^a que a conduta da informação privilegiada para se tirar vantagem, de certa maneira, é a mesma. O que se pode dizer disso que aconteceu? Um núcleo de decisão, que não nominarei – mas não passa de dez pessoas – detinha essa informação. Se vazou, vazou dessas pessoas. Todos são suspeitos. A informação passa

pela diretoria, chega aos Ministros de Estado, e todos ficam no mesmo nível de suspeição. E o que se observa? Que a investigação deveria partir desse dado, que é o ponto de partida. Alguém detinha informações, e agora é preciso buscar algum elo, alguma relação entre a ação da vantagem final e a decisão. Isso permanece sob o véu obscuro, num primeiro momento, da dificuldade ou da falta de determinação política de ir atrás dessa relação espúria. Veja V. Ex^a que esse fato não está ocorrendo agora. Segundo informação que tenho – e pode não ser definitiva –, dos 26 bancos considerados de investimento, 20 deles têm relação direta com ex-Presidentes do Banco Central. Ora, isso não é novidade, pois acontece há longa data. Todos sabem e fazem de conta que é natural, que são regras de mercado, que há o risco sistêmico. Buscam-se justificativas que não dão nenhuma resposta cabal, mas iludem a opinião pública. Tudo fica do mesmo jeito. Quem devolverá esses R\$10 bilhões que faltam à saúde, à educação, à infra-estrutura, à qualidade de vida do povo brasileiro? Possivelmente, ninguém. Por que não se investiga essa relação mais do que incestuosa e vergonhosa entre os ex-Presidentes e esses bancos? Muitos inclusive quebraram os bancos que estavam dirigindo para buscarem socorro do Proer ou de programas similares, e voltaram a atuar e a fundar outros bancos. Ninguém sofreu punição. Alguns processos tramitam a passos lentos na Justiça, mas por intermédio de bons advogados criam-se mil mecanismos de procrastinação, e tudo fica do mesmo tamanho. Riquezas e fortunas foram erigidas à custa do Erário, e o dinheiro faltou aos hospitais, às escolas. Evidentemente, há uma recessão, mas esse dinheiro sai do mercado, é retirado, é extirpado e vai para o ócio das Ilhas Cayman ou quaisquer outros paraísos fiscais. É o dinheiro sangrado do povo brasileiro, daquele contingente de recursos que poderia gerar atividades produtivas e fazer andar a máquina do processo econômico. Concluo para dizer a V. Ex^a que o procedimento é antigo. Vislumbra-se todo o **Iter criminis**, mas ninguém ousa colocar a mão. Veja V. Ex^a quem hoje dirige uma instituição esteve ontem em um banco, já foi presidente do Banco Central, quebrou alguns, fundou outros e atualmente está com uma vantagem brutal por uma instituição que não tem nada a ver com o povo brasileiro. É uma ave de rapina que suga o sangue, a miséria determinada pelo processo de rapinagem dos recursos do povo brasileiro. É isso que estamos vivenciando. De repente, um auxiliar de enfermagem mata 150 pessoas, mas os dez milhões possivelmente vão matar muito mais porque esses dez milhões que vão

faltar à infra-estrutura, aos investimentos fundamentais e essenciais para a melhoria da qualidade de vida e para dar cidadania por certo vão provocar a morte de muito mais gente. E tudo se quedará no silêncio, na condescendência e talvez até num atestado de bons antecedentes para esses senhores que sempre manipularam os recursos do Brasil sem qualquer sentido ético, sem qualquer atitude ética, sem o menor pejo, mas só com o único e exclusivo objetivo de extrair vantagens para si e para seu grupo. Muito obrigado.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço o aparte e compartilho da indignação de V. Ex^a, Senador Amir Lando.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo o aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senadora Heloisa, associo-me às preocupações de V. Ex^a, que também são colocadas pelo Senador Amir Lando, e desejo registrar a minha preocupação com o momento delicado que estamos vivendo, da evolução da CPI dos Bancos. Hoje, se não me falha a memória nem a interpretação que tive do programa Bom Dia Brasil, o Ministro Malan colocou, com clareza, que não teve conhecimento imediato da operação com o Banco Marka, mas que duas semanas após S. Ex^a foi informado da situação, procurou o Senhor Presidente da República e dividiu a gravidade do assunto cujo desfecho teria sido a saída do Presidente do Banco Central. Foi a interpretação que fiz da entrevista apresentada hoje no programa Bom Dia Brasil. Gostaria também de registrar minha preocupação com outras circunstâncias relacionadas à CPI, como o pensamento de que essa deva ser sufocada imediatamente, deva ter seu trabalho concluído. O registro do jornal **Folha de S.Paulo**, segundo a qual a Polícia Federal estaria tentando envolver outras figuras do Poder Central em relação ao caso Banco Marka e sistema bancário e financeiro, traz-me uma preocupação com relação a uma nova conduta da CPI. Imagino que é um assunto que não deva ser sufocado. É muito rico, é de profunda contribuição à moral pública e exige uma investigação rígida, muito criteriosa em relação a todos esses acontecimentos. Quando se fala em CPI dos Bancos, o conceito e a interpretação deveriam ser mais amplos. Veja V. Ex^a, estamos com a CPI do Banco do Estado do Acre, e hoje o Governo tem que pagar cerca de R\$800 mil por mês, acumulado em 30 anos, de uma dívida que não foi assumida pelo povo acreano, mas contraída por meia dúzia de espertalhões que se

apropriaram do dinheiro público e que levaram à falência do Banco do Estado. E nós temos hoje uma CPI que escandaliza a Região Norte e que está se propagando Brasil afora. Ontem, ganhou destaque no jornal **O Globo** a notícia de que apenas um desembargador, utilizando-se do cheque especial do banco, que tem um teto de cobertura de R\$5 mil, gastou R\$700 mil dos cofres públicos e diz que vai discutir a dívida na Justiça. Então, em relação à falência de um banco cuja dívida o Governo do Estado do Acre vai pagar por 30 anos e que poderia ser invertida e estar gerando milhares de empregos para aquele povo humilde, que soma 72 mil desempregados, parece-me que a CPI dos Bancos deveria aproveitar e exigir a associação do Governo Federal, para que o escudo da moral pública, no momento, seja o de dar um grande exemplo de que lugar de bandido não é no sistema financeiro, mas atrás das grades, e fazer com que o povo brasileiro tenha na sua moeda um direito sagrado à geração de emprego, renda e distribuição das riquezas do nosso País. Muito obrigado e parabéns pelo pronunciamento.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço o aparte, Senador, e fica aqui a reflexão para todos nós. Qual é o papel do Senado? Qual é o nosso papel? Qual é a importância do Senado, além de ser essa obra arquitetônica maravilhosa e ter esses tapetes azuis tranqüilizadores? Qual é o nosso papel diante de situações desse tipo?

Qual é a pessoa de bom senso, independentemente de suas convicções ideológicas ou da sua identidade partidária, capaz de proteger tamanha aberração? Qual é a pessoa de bom senso capaz de entender que, de repente, saem dos cofres públicos mais de R\$7 bilhões, fora os outros bilhões dados para banquinhos? Qual é a pessoa de bom senso capaz de entender que todo um País volte sua política econômica para a subserviência e para a subordinação ao capital especulativo internacional? Qual é a pessoa de bom senso capaz de defender a fome, a miséria, o desemprego, a humilhação, o sofrimento, o desmantelamento de parques produtivos inteiros, o desmantelamento do setor agrícola e da pecuária, a ausência absoluta de obras de infra-estrutura no País? Qual é a pessoa de bom senso capaz de defender tudo isso?

É preciso ser uma estrutura fiscal muito frágil, porque, diante de um escândalo como esse, não é possível que determinadas personalidades não sejam chamadas a depor. O Ministro da Fazenda tem que ser chamado a depor! Os senhores da tal Corretora Link – como o próprio nome diz, laço, elo ou o

que seja -, têm que ser chamados a depor! Caso contrário, não teremos o direito sequer de fazer a condenação do auxiliar de enfermagem que mata ou de qualquer pessoa mais simples da população que mata porque outras personalidades políticas estão matando a esperança de milhares de pessoas.

Milhares de e-mails enviados e milhares de pessoas que ligam para o programa A Voz do Cidadão pedem pelo amor de Deus que a CPI dos Bancos, Senador Eduardo Suplicy, aprofunde suas investigações e enquadre alguém que represente os grandes e os poderosos, a fim de que se sintam melhores como brasileiros. Há uma torcida generalizada no País no sentido de pegar não os pequeninhos, mas os grandes, aqueles que estão na estrutura do poder político e do poder financeiro, estabelecendo a danosa promiscuidade entre o setor político, a instituição e o setor econômico do País.

Espero que a CPI tenha a oportunidade de desvendar os mistérios sujos em relação ao Banco Central. E que chame o Ministro Pedro Malan. Se fosse este um País onde os mecanismos de controle e as instituições de fiscalização fossem fortes o suficiente, o mandato do Presidente da República já estaria sob risco, porque, diante de um escândalo como esse, nenhum presidente poderia se preservar impassível no poder. Portanto, fica o nosso protesto e a nossa solicitação de que a CPI dos Bancos convoque para depor determinadas personalidades que, sem dúvida alguma, tenham relação direta com o gigantesco escândalo que machuca ainda mais os corações tão sofridos do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra, por 20 minutos, ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, começo com palavras do jovem aguerrido e vitorioso cineasta Walter Sales:

"Um filme nunca vence um festival sozinho. Traz consigo a história viva de toda uma cinematografia. No caso de Central do Brasil, há no filme o desejo explícito de homenagear os grandes criadores do cinema novo, estes cineastas que colocaram pela primeira vez, de forma visceral, o rosto do Brasil na tela. Há também a vontade de dialogar com o jovem cinema brasileiro, com aqueles realizadores que começam agora a filmar, reinventando e dando prosseguimento ao sonho possível e necessário do cinema brasileiro." Ver *Central do Brasil*, editora Objetiva, pág. 13.

Sr. Presidente, neste último mês, por três vezes vim a esta tribuna para falar de um assunto empolgante: os sucessos do filme *Central do Brasil*, do jovem e aguerrido diretor Walter Salles, da magnífica atriz Fernanda Montenegro e do ator-mirim Vinícius de Oliveira.

Hoje, retomando o tema, volto à tribuna com um grito de alerta. É que, por trás dos indiscutíveis sucessos da cinematografia brasileira nestes últimos quatro anos, graves dificuldades ameaçam seu atual renascimento. Hoje, mais do que nunca, faz-se necessário discernir o teor verdadeiro dessas dificuldades, e por isso temos de estudá-las. Todos queremos, por certo, o desenvolvimento pleno e consistente da nossa indústria cinematográfica.

Mas qual deve ser nosso papel nessa história, como Parlamentares e como instituição?

Aberta a questão, tenho recebido, pela Internet, por telefone e por contatos pessoais, persistentes manifestações de apoio ao nosso interesse pela matéria, por intermédio de propostas variadas, de amplo debate com acadêmicos, artistas, cineastas, historiadores, intelectuais, investidores, jornalistas, políticos, com as instituições, envolvendo a sociedade brasileira como um todo, de forma especial, o Congresso Nacional.

A mídia vem dando ampla repercussão à nossa iniciativa.

Durante recente viagem ao Rio de Janeiro, o Ministro Francisco Weffort me dizia que o Congresso tem um papel fundamental porque nele estão as Casas do debate franco e da concentração possível, indispensáveis.

E é disso, de um acerto geral sobre o caminho principal a seguir, sobre a política mestra a implementar, sobre as leis a refazer e a fazer, que o cinema brasileiro precisa, neste momento. Nossa papel é maior do que simplesmente fazer, reformular e adequar as leis às necessidades presentes e às do futuro. Nossa papel é também representar os interesses, deixar que se expressem livremente, para que os acertos alcançados capturem o sentido natural das coisas, e a reforma das leis ou as novas leis deles decorrentes tenham eficácia duradoura.

Com esse espírito – o de estudar nossas reais dificuldades e o de reformular as leis no bojo de um acerto geral dos sentidos –, estou propondo à Mesa do Senado, na forma regimental, a instalação de uma comissão especial temporária de estudo do cinema brasileiro, justamente na esperança de que a virtude política, devidamente orientada, seja capaz de prevalecer sobre as contingências.

Sr. Presidente, é sabido de todos que, com a extinção da Empresa Brasileira de Filmes – Embrafilme – e do Conselho Nacional do Cinema – Concine –, em 1990, no rastro dos grandes problemas da década perdida, dos anos 80, o cinema brasileiro beijou a lona. O Brasil, que chegara a produzir mais de cem longas-metragens por ano durante os anos 70, passou a produzir, na primeira metade desta década, dois ou três filmes por ano, apenas.

Mas ao extinguir a Embrafilme e, com esta; o antigo modelo estadista de gestão da indústria cinematográfica, o Governo Collor sinalizou qual seria o novo modelo. A livre iniciativa deveria, a partir daquele momento, comandar o setor.

A produção na lona e pressionado por forças sempre vivas da comunidade cinematográfica, o mesmo Governo logo reconheceu que a sorte do cinema não poderia ficar exclusivamente na mão de um mercado, por sinal já dominado por fortes interesses estrangeiros. Esse reconhecimento, todavia, não levou a um retorno à antiga política, ou seja, à reintrodução da mão do Estado no setor, mas a uma política de incentivos fiscais como novo modelo de capitalização da produção nacional.

Aprovou-se, em primeiro lugar, a Lei nº 8.313, de 1991, Lei Rouanet, que restabelecia e reformulava disposições da precedente Lei nº 7.505, Lei Sarney, concedendo incentivos fiscais às empresas que quisessem investir em projetos culturais já qualificados pelo Ministério da Cultura.

Aprovou-se, em segundo lugar, a Lei nº 8.401, de 8 de janeiro de 1992, que dispôs, entre outras coisas, sobre a autenticidade das obras audiovisuais, sobre o sistema de informação, controle e comercialização, sobre a associação de capitais na produção inclusive com a conversão de créditos da dívida externa, e sobre quotas de tela.

Aprovou-se, por fim, a Lei nº 8.685, de 1993, Lei do Audiovisual, então sob o Governo do Presidente Itamar Franco, que permitiu o abatimento do Imposto de Renda até o limite de 3% do Imposto devido por pessoas físicas e 1% do Imposto devido por pessoas jurídicas, para investimento na produção de obras audiovisuais. Essa lei criou ainda, em seu art. 3º, dispositivo que encoraja as distribuidoras estrangeiras a investir 70% do imposto devido (15%) sobre suas remessas de lucros na produção brasileira de audiovisuais. Três anos depois, o Governo Fernando Henrique Cardoso, por meio da Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1996, alterou esse limite de dedução do imposto devido das pessoas jurídicas para 3%, o que propiciaria um ainda maior aporte de recursos.

Outras leis do gênero surgiram em alguns Estados e Municípios. É o caso, por exemplo, da Lei nº 8.819, de 1996, Lei de Incentivo à Cultura, em São Paulo, que criou programa de incentivos capaz de viabilizar até 80% dos projetos aprovados. É o caso também da Lei nº 10.923, de 1991, Lei Mendonça, do Município de São Paulo, que permite ao contribuinte IPTU e do ISS abater até 70% do imposto a pagar para investimento em projetos culturais. Leis como essas já existem em Minas Gerais, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e outros Estados, bem como em dezenas de municípios.

Sr. Presidente, o renascimento do cinema brasileiro vem-se processando no bojo dessas e de outras leis. Nos últimos quatro anos foram captados R\$256 milhões, sendo R\$ 193 milhões pela Lei do Audiovisual e R\$62 milhões pela Lei Rouanet. A produção de longas-metragens subiu para 10 filmes em 1995, 16 em 1996, 22 em 1997 e 24 em 1998. Este ano de 1999 promete ser ainda melhor, com o lançamento previsto de 49 longas.

Da safra de 1995 saiu "O Quatrilho", ganhador de vários prêmios nacionais e internacionais, o primeiro filme brasileiro a obter indicação para o Oscar de melhor filme estrangeiro. Da safra de 1997 saiu "O que é isso companheiro?", outro ganhador de prêmios e o segundo a obter indicação para o Oscar. Da safra de 1998 saiu "Central do Brasil", com seus 48 ou mais prêmios já colhidos e oito indicações no Brasil, na França e nos Estados Unidos, sendo duas destas para o Oscar.

Portanto, em quatro anos, obtivemos dezenas de prêmios e quatro indicações para o mais importante prêmio da indústria cinematográfica mundial. Esse não é um balanço medíocre, pelo contrário. Nunca, em tão curto espaço de tempo, o cinema projetou tanto o Brasil no exterior quanto agora. Nem mesmo nos anos 60, quando o Cinema Novo colocou pela primeira vez, de forma visceral, o rosto do Brasil na tela, isso ocorreu com a mesma intensidade.

Urge, portanto, preservar esse *momentum*, agindo prontamente, prevenindo para remediar, porque nos assustam os sintomas da crise subjacente. Somos como gato escaldado, porque a nossa história, a história do cinema brasileiro, é a de um círculo recorrente, alternante, entre decadências e renascimentos, ápices e quedas de tempos em tempos.

Não custa lembrar, Sr. Presidente, que o Brasil entrou na produção de filmes praticamente junto com os países pioneiros, França, Inglaterra, Itália e Estados Unidos. Na primeira década deste século, chegamos a produzir mais de 200 filmes ou "vistas"

por ano, e aquela década pioneira ficou conhecida como a época de ouro do nosso cinema.

Em 1912, a produção cinematográfica brasileira foi à lona pela primeira vez. Citam-se como causas daquela primeira depressão o início da importação de filmes estrangeiros, a fundação de trustes de exibição e as dificuldades de importação da matéria-prima (a película virgem) surgidas com a aproximação do grande conflito que foi a Primeira Guerra Mundial.

No final dos anos 20 e nos anos 30, conhecemos um primeiro renascimento, seguido por esforços eventualmente fracassados de se implantarem aqui grandes estúdios à maneira de Hollywood. Dessa época, ainda estão na memória de muitos brasileiros os filmes da Atlântida, produzidos nos anos 40 e 50, e os da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, produzidos nos anos 50. É grato ressaltar aqui que a Companhia Vera Cruz está sendo reinstalada com boas expectativas de sucesso.

Nos anos 60, passamos pela experiência inovadora do Cinema Novo, com filmes realizados fora dos estúdios e com atores não-profissionais, locados em favelas e no sertão. A frase "uma câmara na mão e uma idéia na cabeça" definia o espírito desse movimento. Glauber Rocha foi sua figura exemplar.

Nos anos 70 e 80, o cinema brasileiro experimentaria o novo pico produtivo sob a égide do Estado, do INC – Instituto Nacional do Cinema e da Embrafilme. Duas cinematografias se distinguem. De um lado, adaptações literárias e fatos históricos são explorados, a exemplo dos filmes "Dona Flor e seus Dois Maridos", "Xica da Silva" e "Como era Gostoso o meu Francês". Do outro lado, as porno-chanchadas. Começa, então, o êxito comercial dos Trapalhões. Com filmes dirigidos às crianças e temas extraídos das histórias infantis, eles têm sido um público que oscila entre 3 e 6 milhões de espectadores por ano. No auge desse período, entre 1974 e 1980, o público nacional chegou a atingir 60 milhões de espectadores por ano. A produção de longas alcançou 100 filmes por ano no início da década dos anos 80.

Cada um dos surtos de produção mencionados organizou-se e desorganizou-se, de forma específica, sob as contingências de uma economia nacional em franca transformação. Dadas as especificidades de cada ciclo, não podemos tirar deles lições que nos sejam realmente úteis hoje, salvo a de que devemos prolongar ao máximo o atual renascimento, porque a sua extensão é o que poderá realmente gerar e acumular conhecimentos, padrões e mão-de-obra.

A crise do ciclo atual apresenta dois aspectos relevantes: um, mais fácil de se ver, que se mostra na queda dos recursos, e outro, mais sutil, que se encontra na política de investimento e seus critérios e que só apareceu quando os recursos de produção tornaram-se mais abundantes. Esse lado mais complexo da crise pode ser resumido nos seguintes termos: 1) os incentivos fiscais criaram uma demanda indiscriminada de projetos; 2) os projetos variados do documentário à grande produção competem em todo e no mesmo espaço de capitalização; 3) a falta de critérios e habilitação das empresas e de alocação dos recursos resultou no desperdício, na inadimplência de muitos projetos e na desprofissionalização do setor.

Mas a primeira manifestação da crise do atual modelo de produção foi contábil, visível desde o ano passado, na dificuldade que vários projetos de filme, até mesmo de cineastas consagrados, estão encontrando para completar a captação, mesmo depois de já terem elevado percentuais dos recursos necessários. Citam-se entre as causas dessa redução: 1) a privatização de empresas estatais tradicionalmente preocupadas com o incentivo à cultura; 2) a recessão econômica que atingiu a economia nacional desde meados do ano passado; e 3) falhas na legislação dos incentivos.

A captação de recursos via Lei do Audiovisual caiu de quase R\$80 milhões, em 1987, para cerca de 40 milhões no ano passado. Muitos vêm nessa queda uma demonstração do filme do atual modelo, tido como excessivamente sensível às flutuações da economia. Sabe-se ainda que o art. 3º da Lei nº 8.685, de 1993, dispositivo que busca o investimento das distribuidoras estrangeiras no cinema nacional, não surtiu ainda os efeitos almejados na escala possível. Ora, em última análise, nada escapa aos vagares da economia, o que não requer dizer que o atual modelo já se tenha esgotado. Além disso, sempre se pode aperfeiçoar a legislação ou até mesmo adotar políticas compensatórias que não para a economia como um todo, pelo menos para setores específicos.

Sr. Presidente, é justamente isto – políticas compensatórias – que o Governo vem fazendo pelo Ministério da Cultura. Os filmes a serem finalizados este ano poderão pleitear recursos junto a um programa especial de financiamento, dirigido pelo Ministério da Educação e Cultura – MinC, e com recursos do BNDES e Sebrae, operados pelo Banco do Brasil e com o aval do próprio Ministério da Cultura. O Governo poderá liberar até 80 milhões de reais para cineastas, produtores e donos de cinema em 1.999 e 2.000. Serão custeados 63 filmes em fase de finali-

zação e 71 em estágio avançado de produção. Haverá, também, dinheiro para distribuidores e para quem quiser reformar, modernizar ou construir novas salas de cinema, assim como para a divulgação de filmes nacionais. Enfim, os recursos escasseados pelo mercado serão compensados.

A produção está garantida, Sr. Presidente, até o ano 2.000, com essas compensações. Mas e depois, como será? Para os resultados deste ano o cinema brasileiro contou com uma boa captação de recursos até meados do ano passado. Instalada a crise do segundo semestre, o crescimento da economia em 1.988 reduziu-se a quase zero, projetando-se para este ano de 1.999 um crescimento de até 3% negativos.

Sob esse cenário, a captação de recursos este ano ainda está mais comprometida do que esteve no ano passado. Portanto, ao olharmos para depois do ano 2.000, vemos que a produção de filme deverá cair em relação a este e ao próximo ano. Isso ocorrerá se as atuais políticas compensatórias forem descontinuadas e os investidores continuarem fora da produção. Duas medidas, pois, parecem urgentes: 1) Melhorar e manter a política compensatória até que passe a crise de captação; 2) Reajustar a legislação para atrair novos investidores.

E se todos os filmes programados para este ano forem realizados como se promete?

Aí, então, chegaremos ao instigante paradoxo do atual renascimento e da sua crise subjacente. Tivemos chegado a uma supersafra relativa de filmes, relativa ao mercado exibidor e super porque extrapola a capacidade de absorção do mercado. Esse paradoxo entre o atual renascimento e sua crise aponta para uma falha estrutural de longa data na cinematografia brasileira.

O cinema brasileiro acabou tendo problemas de produção simplesmente porque não consegue resolver nem o problema da distribuição nem o da exibição. Daí advém um encadeamento de dificuldades onde os mais sacrificados são os exibidores, e os mais frustrados, os produtores. Esse encadeamento perverso faz com que, não-raro, uns se posicionem contra os outros, em especial quando chegam as crises.

A solução mais freqüentemente aplicada a essa falha estrutural – e que continua posta como um resíduo na legislação vigente – tem sido a de alguma proteção para o cinema nacional. O paradoxo da supersafra já levou à sugestão de que a dificuldade-chave do cinema brasileiro não está tanto em reservar para si uma parte de um mercado já estreito, mas em recuar e fazer crescer um mercado maior.

Via de regra, Sr. Presidente, os produtores são a favor de alguma reserva e os distribuidores são contra. Estaria a melhor solução para nosso cinema em não se promover qualquer reserva, mas em ganhar mercado pela competitividade intrínseca do produto nacional? Isso implica confiarmos na criatividade brasileira, na pujança de nossa cultura, nos nossos produtores, diretores, roteiristas, técnicos e artistas. E mais importante: implica darmos a essa comunidade condições reais de competitividade, o que, muitas vezes, reclama uma certa dose de proteção. Como confiar em nós mesmos?

O nosso mercado cinematográfico está, de fato, bem aquém das suas potencialidades, começando só agora, nos últimos três anos, a se recuperar de um longo período de decadência. A decadência começou nos anos 70, com a introdução e a disseminação de novas tecnologias audiovisuais. Refiro-me aqui à televisão aberta e a cores, ao videocassete e, finalmente, às TVs a cabos e por assinatura. Foram mudanças tecnológicas que alteraram bastante os hábitos da produção, sendo o seu maior impacto o fechamento das salas tradicionais de cinema, de forma acentuada nas cidades do interior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Francelino Pereira, a Presidência cumpre o dever de informar-lhe que são passados 5 minutos além do seu tempo regulamentar, mas estamos respeitando a contribuição que está dando com a análise que faz da indústria cinematográfica brasileira. Apenas faço o registro para que possa considerar os demais oradores.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Eu pediria a V. Ex^a, ao Plenário e aos oradores em especial que me permitissem concluir este trabalho que me tomou pelo menos um mês de pesquisas, estudos e encontros com os homens do cinema nacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nós lhe permitiremos continuar.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, o pico do número de salas ocorreu no Brasil no início dos anos 70. Em 1975, existiam no País 3.276 salas de exibição, estando 2.701 delas no interior e 575 nas capitais. Nos treze anos que vão de 1975 a 1988, foram fechadas 1.853 salas: 1.719 no interior e 134 nas capitais. Quer dizer, para cada sala de cinema fechada nas capitais, nesse período, foram fechadas 12,8% no interior. Segundo projeção feita pelo Sindicato das Empresas Distribuidoras Cinematográficas, Vídeo e Similares

do Estado de São Paulo, teríamos de ter hoje, no território brasileiro, sete mil salas aproximadamente. O déficit de 5.600 salas é cinco vezes maior do que o número de salas existentes: hoje em torno de 1.100 efetivamente operacionais.

É justamente na recuperação do mercado brasileiro que grandes empresas exibidoras estrangeiras estão apostando, com fortes investimentos em novos conjuntos de salas que levam à caracterização de "multiplex". Seu objetivo é o de instalar 1.300 novas salas no País até o ano de 2001. O próprio Governo projeta uma recuperação do setor, com expectativa de atingirmos 4.000 salas até o ano de 2002. Então, teremos um mercado espectador ampliado, mais desenvolvido, no qual alguns dos problemas de espaço atuais poderão ser mais facilmente sanados.

Sr. Presidente, as perspectivas são boas, mas muito há que se fazer.

Debruçado sobre a matéria nas últimas cinco semanas, adquiri uma razoável idéia da sua complexidade e das suas demandas correntes. No início, minha vontade foi a de apresentar um projeto de lei sucinto, objetivo, que favorecesse o cinema nacional nesses dias bicudos. Logo vi, todavia, que a iniciativa isolada de um parlamentar não poderia resolver a questão de forma assim tão ligeira, além de ser mal recebida pelo setor.

Ante minhas indagações, o professor Carlos Calil, ex-Presidente da Embrafilme e hoje professor de cinema na USP, escreveu-nos solidário: "A matéria é complexa, os beneficiários são exigentes e batalhentos, os adversários são gente poderosa, não admira que o Senador queira refletir um pouco".

As idéias iniciais que meus assessores e eu aventamos receberam críticas sinceras e sugestões, o que nos fez evoluir e compreender melhor os fatos, movendo-nos no sentido de requerer essa Comissão Especial do Cinema, temporária, porque é realmente uma demanda do setor.

Vera Zaverucha, ex-titular da Secretaria do Audiovisual do MinC e consultora dessa indústria, enviou-nos propostas, análises e muitos dados. Entre outros, ela nos enviou cópia de importante documento, assinado por Gustavo Dahl e 66 outras personalidades do ramo cinematográfico, encaminhado ao Governo Federal em outubro do ano passado. Nesse documento, além de uma penetrante análise dos problemas atuais, apresentaram-se as metas para a produção, a distribuição e a exibição de filmes até o ano 2003, bem como as metas para difusão e mercado externo.

Mariza Leão, Vice-Presidente para as Relações Institucionais do Sindicato Nacional dos Produtores de Cinema, estimulou-nos a prosseguir, "pois é urgente agir antes que a crise que hoje atravessamos se transforme numa nova paralisia da produção", oferecendo-nos a legislação audiovisual compilada e traduzida de oito países para termos um amplo quadro de referência.

Falamos por telefone com os produtores Luiz Carlos Barreto, Francisco Paulo Aragão e Aníbal Massaíne Neto. Recebemos em meu gabinete a visita de Steve Solot, representante para a América Latina das grandes distribuidoras centradas em Hollywood. Recebemos Adalberto Moura Macedo, Presidente da Federação Nacional das Exibidoras Cinematográficas, acompanhado por Ricardo Difine Leite, Presidente do Sindicato dos Exibidores do Rio Grande do Sul, e por Alberto Bitelli, Presidente do Sindicato das Empresas Distribuidoras Cinematográficas, Vídeos e Similares do Estado de São Paulo. E conversamos com Walkiria Barbosa, produtora e diretora do Rio Cine Festival.

Acompanhei as demandas do setor junto ao Poder Executivo e verifiquei que o governo vem respondendo com medidas positivas, sinal de que a indústria do cinema tornou-se uma de suas prioridades. Em janeiro deste ano, por exemplo, o Ministério da Cultura reformulou a antiga Comissão do Cinema, dando-lhe ampla representatividade e obtendo com isso a aprovação do setor. Essa positividade começa a ser creditada pelo povo do cinema a José Álvaro Moisés, que, ao assumir no MinC a Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual este ano, imprimiu-lhe um novo dinamismo.

Assim é que pude verificar, entretanto, que algumas frustrações persistem no meio cinematográfico brasileiro. Reclama-se que as propostas feitas no documento de outubro ainda não foram devidamente consideradas. Reclama-se, e esta demanda nos interessa aqui especialmente, um foro relevante e consequente para os seus debates. Eis aqui, manifesta, a necessidade da entrada do Poder Legislativo nessa questão.

Claro, sabemos todos, que a ação do Governo é fundamental, enquanto Poder Executivo, na formulação e nas decisões de solução para muitos dos problemas da nossa cinematografia. Mas por muito que o Governo responda, não pode prover ao povo do cinema a atual demanda por um foro de debate e de concentração de suas idéias.

Assim é que, Sr. Presidente, corroborado pela demanda manifesta desse povo e pela opinião do

Ministro Francisco Weffort sobre a importância do Poder Legislativo na obtenção dos acertos necessários, entendo oportuna a instalação dessa Comissão Especial do Cinema no Senado Federal.

Sua pauta, por tudo que vimos até aqui, será positiva. Ela realizará debates, inclusive audiências com produtores, distribuidores e exibidores, almejando a concentração dos interesses. Ela examinará a legislação vigente e produzirá uma nova, adequada às necessidades do atual ciclo de produção. E estou seguro de que, com a colaboração de todos, ela contribuirá enormemente, no prazo regimental, para afastarmos os problemas que, sem ela, se abaterão certamente sobre o cinema brasileiro do ano final deste século.

Encerro, Sr. Presidente, com Fernanda Monte negro, com sua manifestação sobre a necessidade visceral de se filmar no Brasil:

"As favas a modéstia! O que se vê na tela é o tocante resultado deste excelente roteiro(...) Filmar esta bela história foi um ato gozoso e doloroso, obstinado, orgânico e absolutamente surpreendente na sua coragem e despudor de falar ao coração, e só ao coração. Longa, vitoriosa vida a esta Central, que é este renascer conjunto do cinema no Brasil." (Em Central do Brasil, Ed. Objetiva, contracapa).

Sr. Presidente, toda esta dissertação é para que, traduzida em documento específico, transforme-se num referencial para iniciar-se nesta Casa o debate em torno do cinema brasileiro.

O cinema brasileiro não tem uma convivência com o Congresso Nacional, nem com a Câmara e nem com o Senado. Bate sempre às portas do Ministério da Cultura. Mas convém salientar que um Ministro de Estado nem sempre tem a liberdade de falar abertamente, de contrariar interesses dentro da própria estrutura governamental. Já o Congresso Nacional, que é uma Casa de debate por natureza, pode dialogar abertamente, com todas as opiniões contrárias, até encontrar convergências no sentido de realizarmos o objetivo dessa Comissão Especial do Cinema. Para tanto, Sr. Presidente, apresento o seguinte requerimento:

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, e dos artigos 74 e 76 do Regimento Interno, a criação de uma comissão temporária de estudo do cinema brasileiro, composta de 9 integrantes, com o objetivo de, até 15 de dezembro do corrente

ano, fazer estudo exaustivo da situação do cinema nacional, em todos os ângulos de sua atuação, e propor uma legislação específica de fomento a essa atividade.

Assinado por este Senador.

Sr. Presidente, sobre este assunto, conversei com o ilustre Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, manifestando a minha preocupação no sentido de que há nesta Casa mais de 10 requerimentos de criação de Comissões Especiais. S. Ex^a considerou que este tema é de interesse da Nação brasileira e envolve um segmento da sociedade altamente interessado em encontrar o melhor caminho para o cinema nacional, através do foro legislativo, no Congresso, especialmente no Senado da República.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Francelino Pereira, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Presidência, em primeiro lugar, louva a iniciativa do Senador Francelino Pereira de propor um amplo debate sobre o cinema brasileiro e vai providenciar a leitura do requerimento que V. Ex^a está encaminhando à Mesa.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para falarmos um pouco sobre a questão da reforma partidária, da reforma política. A discussão dessa matéria vai continuar na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania na próxima quarta-feira.

Nós, do PFL, temos três projetos em relação à reforma partidária que consideramos muito importantes, porque acreditamos que, no Brasil, os Partidos políticos ainda não possuem a força e a estrutura necessárias para conduzir cada vez melhor o processo democrático que teremos que enfrentar e conduzir durante longos anos.

Atualmente há um grande número de Partidos políticos, alguns com grande representatividade, outros sem nenhuma representatividade, às vezes marcando o desejo de apenas uma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas. Tais Partidos muitas vezes não apenas atrapalham o funcionamento das Casas legislativas como também não permitem que se dê um melhor uso ao tempo gratuito no rádio e na

televisão e aos recursos públicos alocados para a política, para as eleições, para a reforma partidária. Se queremos que no futuro todas as eleições sejam financiadas unicamente com recursos públicos, temos de fazer com que nossos Partidos sejam cada vez melhores e mais representativos.

Outro ponto importante na questão partidária brasileira é quanto à mudança de Partidos. Estamos com três meses de mandato e, na Câmara dos Deputados, mais de 50 parlamentares já mudaram de Partido. Na legislatura anterior, tivemos Deputados que mudaram de partido quatro vezes por um período de quatro anos, o que mostra que nossa estrutura partidária ainda está longe do ideal e que não está de acordo com a evolução democrática vivida pelo País.

Existem três projetos cuja discussão será iniciada ou continuada nesta próxima quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e gostaria de abordá-los rapidamente.

O primeiro deles é o Projeto de Lei do Senado nº 178, de 1999, terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, a fim de proibir as coligações nas eleições proporcionais. É de autoria do Senador Sérgio Machado, o Relator é o Senador Edison Lobão, e tem um parecer pela aprovação.

O segundo projeto é o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1999, com caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096, de 1995, e do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 1997, e revoga o art. 57 da Lei nº 9.096, de 1995, e dá outras providências, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos Partidos que não tenham caráter nacional. É de autoria do Senador José Agripino e o Relator é o Senador Edison Lobão. Tem também parecer pela aprovação, com duas emendas de redação que apresenta.

O terceiro projeto é o Item nº 4 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1999, que tem caráter terminativo e que modifica a Lei nº 9.096/95, com finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária. O autor é o Senador Jorge Bornhausen, que acaba de chegar, e o Relator é o Senador Sérgio Machado. Também tem parecer pela aprovação.

O primeiro projeto mencionado – Projeto de Lei do Senado que extingue as coligações proporcionais

– altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Esse projeto extingue a coligação proporcional e mantém a coligação majoritária. É correto se dizer que coligação é uma coisa própria para eleição majoritária. Cada Partido tem sua filosofia, tem seus quadros, tem suas idéias políticas, que devem ser apresentadas nas eleições proporcionais, enquanto nas eleições majoritárias, principalmente em um país que tem tantos Partidos como o Brasil, estes têm que se juntar para formar coligações e assim disputar as eleições majoritárias.

Dessa forma, as coligações proporcionais são verdadeiras aberrações, que terminam atrapalhando o bom entendimento do eleitor e escondendo o verdadeiro resultado eleitoral em termos proporcionais. Muitas vezes um Partido lança só um candidato – digamos que à Câmara Federal –, cujos votos são insuficientes para atingir o coeficiente eleitoral, mas, coligando-se com outro Partido maior, mais estruturado, ele pode obter êxito nessa candidatura com o sacrifício de candidatos do Partido que lhe deu guarda. Na verdade, isso é uma distorção, pois cada Partido tem que ter sua chapa proporcional, para que possamos saber exatamente qual foi a estrutura partidária que venceu a eleição e quais os que tiveram votos para Deputado.

Esse é um projeto simples, com parecer favorável, que apenas acaba com essa possibilidade. Acredito que ele beneficia todos aqueles Partidos que lutam para que o Brasil possa realmente ter uma estrutura partidária melhor.

O segundo projeto veda o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos Partidos que não tenham caráter nacional. Na verdade, esse projeto, apesar de ter esse título, que não explica bem o seu conteúdo, pretende alterar os arts. 41 e 48 da Lei nº 9096/95 – Lei dos Partidos Políticos –, restringindo o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão apenas aos Partidos que cumprirem os requisitos do art. 13 da Lei, que são os seguintes:

Tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as Casas Legislativas para as quais tenha elegido representante, o Partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados,

com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles.

É a chamada cláusula de barreira, já aprovada e constante do projeto. Depois há o art. 57, que a adia da seguinte forma:

No período entre o início da próxima Legislatura [a de 1999] e a proclamação dos resultados da segunda eleição geral subsequente para a Câmara dos Deputados, será observado o seguinte:

I – direito a funcionamento parlamentar ao partido com registro definitivo de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral até a data da publicação desta lei que, a partir de sua fundação, tenha concorrido ou venha a concorrer às eleições gerais para a Câmara dos Deputados, elegendo representante em duas eleições consecutivas:

a) na Câmara dos Deputados, toda vez que eleger representante em, no mínimo, cinco Estados e obtiver um por cento dos votos apurados no País, não computados os brancos e os nulos (...)

Na verdade, verificando o art. 57, a cláusula de barreira já existe. Existem duas cláusulas de barreira já aprovadas nesse projeto: a do art. 13, definitiva, que entrará em vigor apenas a partir de 2010 – na eleição de 2006 não entrará –, e a segunda, que se trata de uma pseudocláusula de barreira, pois é tão simples de atingir que praticamente todos os Partidos a atingirão com muita facilidade. Portanto, não é uma cláusula de barreira na prática.

O projeto pretende exatamente fazer com que a cláusula de barreira do art. 13 possa funcionar a partir da próxima eleição, deixando a do art. 57 revogada. Na verdade, o projeto revoga o art. 57 da Lei nº 9.096/95 e altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do §1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional.

Está na pauta também o Projeto de Lei do Senado nº 187, que modifica a Lei nº 9.096, com a finalidade de ampliar o prazo da filiação partidária. Esse projeto apenas altera o art. 18 dessa lei, que diz:

Art. 18. Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respetivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.

Esse projeto dá a seguinte redação ao art. 18:

Art. 18. Para concorrer a cargo eletivo, majoritário ou proporcional, o eleitor deverá estar filiado ao partido pelo prazo de

I – um ano em caso de primeira filiação; ou

II – quatro anos para quem já foi filiado a outro partido político, salvo o caso de fusão, incorporação ou, para participar, como fundador de um novo partido político.

Com a mudança desse artigo, proposta pelo Senador Jorge Bornhausen e relatada pelo Senador Sérgio Machado, procuramos atingir a questão da fidelidade partidária. Há uma dificuldade muito grande no Brasil em relação à fidelidade partidária. Em todas as votações, a maioria dos partidos, com exceção do PT e do PFL, vota de uma maneira completamente independente da orientação partidária. Para cada votação, existe uma forma de negociação diferente, que faz com que, a cada votação importante no Congresso, sejam publicadas matérias nos jornais referentes a barganhas de votos pelos Parlamentares. Na realidade, isso não contribui para o Governo, para o Congresso ou para a democracia.

Há uma maneira de se ter a fidelidade partidária, mas ela não pode ser obrigatória, porque não seria democrático. Resolvemos, então, por meio desse projeto, estabelecer uma fidelidade partidária com punição para o Parlamentar que mudasse de Partido. Com a facilidade que se tem hoje para mudar de Partido, não se pode punir ninguém que votou contra a orientação partidária, mesmo que se tenha fechado questão, porque a punição ocorre num dia e a mudança de Partido, no outro.

Dessa forma, é preciso que haja uma regra mais rígida para a mudança de Partido. Pela regra ideal e constitucional, o mandato deveria pertencer ao Partido. Se se mudasse de legenda durante um mandato, perder-se-ia o mandato. Essa regra é de difícil aprovação porque a punição seria muito rígida.

Portanto, estamos defendendo a alternativa de proibir o Parlamentar que mudar de Partido de participar da próxima eleição. Desse modo, há uma diferenciação entre o prazo de filiação partidária daquele que nunca foi filiado e que está querendo ter uma opção nova em sua vida, ser filiado a um Partido daquele que já é filiado, que tem história partidária e que deverá ter maior dificuldade para mudar de Partido.

Se essa diferença for de um a dois anos, ele fica impedido de participar, no mínimo, de uma eleição. Se for de três anos, também haverá o impedimento de, no mínimo, uma eleição – e pode ser até

de duas. Se for de quatro anos, ele ficará sem poder participar de duas eleições.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania continuará a discussão desses três projetos a partir da próxima quarta-feira. Esse seria o primeiro passo no sentido da reformulação partidária. Com isso, teríamos Partidos fortes, e as pessoas não trocariam de Partido como de roupa ou de casa, mas fariam a opção pela sua filosofia e seu trabalho.

Nós, do PFL, e muitos Senadores consideramos que o fortalecimento partidário é fundamental para o funcionamento da democracia brasileira.

Como a discussão desse projeto inicia-se nesta semana, aproveito o momento para mostrar aos companheiros Senadores e a todas as pessoas a necessidade de que esses projetos sejam aprovados o mais rapidamente possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Pausa.)

O Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, estarei apresentando requerimento de convocação do Ministro da Fazenda Pedro Malan, juntamente com os Senadores Roberto Saturnino e Emilia Fernandes e, acredito, com a concordância de todos os membros da CPI do Sistema Financeiro, nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor Pedro Malan, Ministro da Fazenda, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca das operações de socorro aos Bancos Marka e FonteCindam; dos indícios de vazamento de informações por ocasião da mudança cambial ocorrida em janeiro; da retirada de milhões de dólares do país por meio de mecanismos como o FIEX; da continuada fragilidade do sistema financeiro nacional, apesar da injeção de milhões de reais através do Proer; das denúncias de sonegação fiscal por parte de grandes bancos; das operações de empréstimos irregulares favorecendo empresas como a Construtora Encol; das mudanças ocorridas em diversos postos funcionais da área econômica. O Ministro da Fazenda deverá ainda contribuir

com proposições que visem melhorar e tornar mais transparente o funcionamento do sistema financeiro nacional, objetivos que se tornaram mais urgentes depois de tudo o que veio à tona nos meses recentes.

Em janeiro, quando ocorreu a disparada no valor do dólar, o Banco Central vendeu dólares na BM&F abaixo das cotações que o mercado estava pagando pela moeda norte-americana, por intermédio do BB Investimento. Essas transações acarretaram um grande prejuízo aos cofres públicos. As explicações até agora apresentadas não esclarecem as bases legais de tais transações nem a real necessidade de sua concretização, bem como de inúmeras outras que a imprensa vem denunciando diariamente.

O Ministro da Fazenda deve ser a pessoa com o mais amplo e aprofundado conhecimento do funcionamento do Sistema Financeiro, sendo o responsável pela chave do Tesouro Nacional e pela condução da política econômica brasileira. O Ministro da Fazenda, obviamente, tem o segredo do cofre. S. Ex^a está em melhor condição de esclarecer todos os oito fatos administrativos listados no requerimento de constituição da CPI, formulado pelo Senador Jader Barbalho. Diante das graves acusações de que o País tomou conhecimento, a presença do Ministro da Fazenda perante esta Comissão é de fundamental importância para esclarecê-las, bem como para ajudar o Parlamento a aperfeiçoar nosso arcabouço legal e restabelecer a confiança nacional e internacional nas autoridades econômicas brasileiras.

Até aproveito a presença do Senador Gilberto Mestrinho, que é um dos membros da Comissão, para dizer que o requerimento está cuidadosamente escrito. Devemos analisar os oito pontos desse documento feito pelo Senador Jader Barbalho, levando em consideração o extraordinário conhecimento do Ministro da Fazenda, que há de contribuir para as conclusões da CPI. Não considero premente que S. Ex^a venha na próxima semana, mas posteriormente, pois ouviremos, amanhã, o depoimento do Sr. Demóstenes Pinho, que foi diretor da área internacional, e, na quinta-feira, os Srs. Salvatore Cacciola e Luiz Antônio Gonçalves, presidentes, respectivamente, dos bancos Marka e FonteCindam. Estamos prevendo examinar os demais pontos relativos ao vazamento de informações por ocasião da mudança cambial, como a retirada de milhões de dólares do País por meio de mecanismos como o FIEX e outros.

Ainda ontem, por exemplo, o jornalista Celso Pinto falava da importância de a nossa CPI examinar quanto o mercado como um todo – investidores in-

ternos e externos – ganhou com a defesa de uma política cambial insustentável, que foi de responsabilidade, sim, do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, o Sr. Gustavo Franco, que a defendia.

Vamos ouvir o Sr. Gustavo Franco para saber como essa operação acabou custando dezenas de bilhões de dólares em reservas, que foram tão abruptamente diminuídas. De setembro do ano passado até janeiro deste ano, houve uma perda estimada em mais de US\$40 bilhões em reservas. Isso representou um custo.

É importante que venhamos a aprofundar o questionamento sobre isso, até para aprendermos com a experiência havida. Temos a perguntar ao Ministro Pedro Malan – agora, já passadas diversas experiências com o Proer – qual foi o custo efetivo, para o Tesouro, para a sociedade, da maneira segundo a qual o Governo Federal canalizou recursos, por exemplo, para o Unibanco absorver os ativos do Banco Nacional; para o Excel e depois o HSBC absorverem os ativos que antes eram do Econômico; para outros procedimentos de absorção de instituições. Quanto isso custou? Por que continua certa fragilidade do sistema financeiro brasileiro? Por que – em que pesem essas operações do Proer – continuam os problemas? O que poderia ser feito ao invés disso? Qual foi o custo do Proer? O fato de o Proer propiciar que o Bamerindus, o Econômico e o Nacional fossem absorvidos por outras instituições não resultou em um processo de concentração de riqueza, que precisa ser examinado pelo Congresso Nacional?

Há ainda a questão das denúncias de sonegação fiscal, das formas encontradas pelos grandes bancos, conglomerados e bancos menores de diminuírem o que normalmente pagariam à Receita Federal de Imposto de Renda, em função de um complexo mecanismo que há entre os bancos, os fundos de capital exterior, de investimento externo, e os cotistas. Isso – que foi, inclusive, objeto da análise do Deputado Aloizio Mercadante e que tem sido motivo de preocupação dos Senadores, inclusive do Senador Jader Barbalho – merece ser examinado com profundidade. E quem melhor do que o próprio Ministro da Fazenda para nos expor os fatos, bem como as providências que já começam a ser tomadas?

O Banco Central, no dia 29 de abril, já baixou normas, limitando, de alguma forma, a possibilidade de os bancos serem os próprios cotistas de seus fundos. Esta pode ser uma medida que decorreu do que foi detectado a partir da constituição da CPI.

Há, ainda, os problemas da construtora Encol e a questão das modificações funcionais impostas da área econômica.

Considero imprescindível a presença do Ministro Pedro Malan. A partir das notícias havidas neste final de semana, sobretudo a informação de que o Ministro Pedro Malan almoçou, no dia 14, com Francisco Lopes e o Presidente da República; jantou com Francisco Lopes naquele mesmo dia em que houve a decisão de liberação de recurso para o Banco Marka e o FonteCindam; esteve por alguma horas, no Banco Central, na manhã do dia 15, quando ainda se concluíam as operações para o Marka e o FonteCindam, mais do que natural que venhamos a perguntar-lhe – é interessante observar que, pouco a pouco, o Ministro vai dizendo as coisas – o que os Senadores merecem saber.

Ainda hoje, pela manhã, S. Ex^a trouxe mais alguma revelações. O Senador Tião Viana, que assistiu à entrevista do Ministro Pedro Malan no Bom Dia Brasil, relata-me que S. Ex^a afirmou que soube, 15 dias depois, das operações dos bancos Marka e FonteCindam, que foi reportá-las ao Presidente da República e que sobre isso houve consequências. Quais são as consequências? O Senado, que estava votando o nome de Francisco Lopes, indicado para presidir o Banco Central, merece saber isso. Foi exatamente 15 dias depois da operação do dia 14.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador José Roberto Arruda. V. Ex^a é sempre bem-vindo para debater comigo, seja em situações de maior tensão, seja em situações mais calmas, como a presente.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Embora prefiramos as situações mais calmas. Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a sabe do respeito que temos por V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Que é mútuo.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Independentemente de divergências políticas e ideológicas, V. Ex^a é um Senador que cumpre o seu mandato dentro de uma linha em que acredita, de uma ordem que emana sempre da sua consciência. Logo após o seu pronunciamento, estou inscrito e desejo trazer ao Plenário uma posição dos trabalhos da CPI do Sistema Financeiro. Respondo, interinamente, pela Presidência e parece-me ser minha obrigação apresentar, publicamente, em plenário, como vejo os trabalhos neste instante. Mas, eu não gostaria de deixar passar o seu pronunciamento sem que fizes-

se a ele um aparte. Para lhe dizer, em primeiro lugar, que concordo que as ações tomadas pelo Banco Central são consequências da CPI. Da mesma forma, a CPI do Judiciário gerou a extinção dos juízes classistas, votada pelo Senado, e está gerando a reforma do Judiciário, que antes estava parada na Câmara dos Deputados. Uma CPI, muito mais do que investigar uma eventual irregularidade e punir responsáveis, tem uma missão muito maior, que é a de mudar a legislação para que esses eventos não voltem a ocorrer. Não tenho dúvidas quanto a isso: tanto a CPI do Judiciário como a CPI do Sistema Financeiro já estão produzindo efeitos. Penso que a medida tomada pelo Banco Central, regulando as negociações com os **dealers**, é oportuna, importante e que talvez até já venha tarde. E mais do que isso: não tivesse havido a CPI dos Bancos muito provavelmente o Banco Central não teria sido alertado para fazer essa alteração. Ao mesmo tempo que louvo o Banco Central pela medida, temos que reconhecer que, a partir do momento em que toma essa medida, é porque, anteriormente, ela fazia falta. E talvez exatamente por isso, por uma falha ou brecha da legislação pôde-se chegar a um ato como esse que investigamos. Sobre a questão do Ministro Malan, quero deixar claro que já tornei pública minha opinião, que é apenas uma: a CPI decidirá sempre por maioria. Em primeiro lugar, como Presidente da CPI, todo e qualquer documento como todos os requerimentos que V. Ex^a apresentou terão o parecer do Relator e irão a voto. Então, não há nenhum problema. No caso específico do Ministro Malan, vou até falar uma coisa nova: penso que deveríamos votar logo, a favor ou contra. Vou adiantar meu voto. Neste momento, sou contrário, por uma razão muito simples, Senador Eduardo Suplicy. A Polícia Federal e o Ministério Público estão acompanhando os trabalhos da CPI, pela manhã, à tarde e à noite, por membros oficialmente indicados pelo Procurador-Geral da República e pelo Ministro da Justiça. Quais as informações oficiais que a Polícia Federal tem trazido à CPI? Tive o cuidado de, neste final de semana, debruçar-me sobre todas elas. Não basta dizer que fontes da Polícia Federal informaram sobre o assunto. Passei em frente ao prédio da Polícia Federal, parei o carro e perguntei: "Polícia Federal, alguma informação nova"? O prédio não me respondeu. Não dá para a CPI trabalhar em torno de fontes. Fontes oficiais, como o Delegado responsável da Polícia Federal na CPI, têm nos trazido informações oficiais dos inquéritos em andamento na Polícia Federal. Quais são essas informações oficiais? Inclusive há uma cópia do próprio depoimento do Dr. Francisco Lopes na Polícia Federal. São as de que, efetivamente, o Ministro da Fazenda não foi comunicado dessa operação. Podemos julgar isso inconveniente e até mudarmos a legislação para que o Banco Cen-

tral não tenha esse tipo de liberdade. Entretanto, tudo ocorreu dessa maneira, até onde pôde a Polícia Federal investigar. As declarações do Ministro, neste final de semana, deixam claro também que, em todos esses dias, S. Ex^a teve vários contatos com a Diretoria do Banco Central, sempre discutindo a questão da mudança da política cambial. Em nenhum instante foi informado dessa ou de alguma outra decisão operacional, o que pessoalmente até lamento, pois acredito que deveriam tê-lo informado. Todos os depoimentos e todas as investigações da Polícia Federal trazidas à CPI até o momento dão conta do contrário. Como Presidente interino da CPI, levanto aqui uma questão: não podemos fazer um trabalho coordenado com a Polícia Federal se esta nos traz uma informação oficial e depois, em off, passa dados divergentes para órgãos de imprensa. Nesse caso, algo está errado. Decerto, estou consultando oficialmente a Polícia Federal até para saber se sua representação na CPI é realmente formal. Então, é essa a minha posição nesse momento. Senador Eduardo Suplicy, aproveito esse aparte – falarei sobre esse assunto no meu discurso, que com certeza V. Ex^a acompanhará –, para dizer que estou convencido de que toda a sociedade cobra dos Senadores e da CPI resultados. Chegou a hora de fazermos menos discursos e trabalharmos mais. O volume de documentos que nossos assessores e nós estamos tendo que analisar é muito grande. O número de informações neles contidos é imenso. Devemos debruçar sobre isso. Agrada-me o calendário que fizemos para esta semana: haverá um depoimento amanhã e dois na quinta-feira. Portanto, teremos mais tempo para a análise das provas documentais, porque precisamos rapidamente apresentar à sociedade os eventos que julgamos impróprios, os responsáveis por eles e a legislação que queremos mudar – e virar a página. Aquilo que eventualmente considerarmos impróprio ou inadequado deverá ser encaminhado ao Ministério Público para que proceda aos indiciamentos que entender competente e à Justiça para que julgue. Mais do que isso, Senador Eduardo Suplicy, estou convencido de que toda as vezes em que qualquer um de nós deseje transformar a CPI num palanque político, ainda que com a melhor das intenções, desviando a referida Comissão de Inquérito de um trabalho suprapartidário de investigação séria, depõe-se contra a credibilidade da própria CPI. Sei que as suas iniciativas, até porque conheço e respeito V. Ex^a, são sempre na busca da verdade. O que ocorre é que elas levantam grandes expectativas na sociedade que podem gerar depois grandes frustrações, como o episódio recente da vinda do Deputado Aloizio Mercadante que fez uma excelente explanação, mas de fatos e números que S. Ex^a já vinha repetindo em todos os programas de televisão do País há 20 ou 30 dias. Lembro-

me, por exemplo, em uma CPI anterior, parece-me que a do Orçamento, V. Ex^a foi a Nova Iorque na esperança de encontrar a Sr^a. Elizabeth Lofrano. A sociedade brasileira acompanhou esse fato com uma grande expectativa e, depois, veio uma grande frustração. Entendo, e tento ser isento neste momento, que temos que aprofundar as investigações dos fatos objetivos. Temos que verificar o que é errado, mostrar o erro para a sociedade, quais são os responsáveis e puni-los, se for o caso. Sem, contudo, transformar isso em um grande palanque de exibição política, sob o risco de tirar a credibilidade do trabalho da CPI. Toda vez que ela levanta uma grande expectativa e gera uma grande frustração, esse efeito sanfona tira dela credibilidade. E isto não pode ocorrer. Estou convencido de que foi importante instalar essas duas CPIs. Estou convencido, Senador Eduardo Suplicy, de que os nossos votos, se analisarmos todos os trabalhos da CPI, nós dois, que somos de Partidos diferentes, que temos nossas diferenças políticas e ideológicas, votamos juntos em praticamente todas as questões. Por quê? Porque estamos querendo, todos nós, o Senador Eduardo Siqueira Campos, o Senador Gilberto Mestrinho, os Senadores que fazem parte da CPI, estamos decidindo tudo por consenso. Por quê? Porque a CPI não está dividida em quem é do PT, quem é contra, quem é do PSDB, quem é a favor. Não! A CPI está querendo chegar à verdade, e vai chegar. Isso é fundamental. Receba este meu aparte com uma contribuição ao raciocínio de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Senador José Roberto Arruda, fiz questão de vir hoje, segunda-feira, e iniciar o debate sobre o requerimento que estou encaminhando a V. Ex^a, como Presidente em exercício da CPI, para ser apreciado amanhã e votado no momento em que a CPI irá, acredito que por consenso, votar, exatamente porque acho que é necessária essa reflexão.

Gostaria de transmitir a V. Ex^a que considero que seria um desserviço para a CPI se os Senadores da base governamental viessem a negar a possibilidade de o Ministro Pedro Malan prestar seu depoimento na CPI. Estaríamos negando a quem mais conhece das coisas a possibilidade de contribuir para um esclarecimento. Em que pese a ocorrência no dia 14 de uma decisão qualificada pelos responsáveis pela fiscalização, pela administração das reservas do Banco Central como atípica, considerada pela BM&F como caso único na história, considerada uma aberração por tantas pessoas, por que isso não foi objeto de consulta ao Ministro da Fazenda e ao Presidente da República, tendo o Presidente Francisco Lopes almoçado no Palácio da Alvorada, na companhia do Diretor Demosthenes Madureira de

Pinho – que amanhã nos estará falando – no mesmo dia em que estavam Amaury Guilherme Bier, Secretário Executivo da Fazenda; o Ministro da Fazenda e o próprio Presidente. E, lembrem-se, as pessoas que trabalharam nesse assunto, no Banco Central, informaram-nos que foi uma decisão extremamente tensa. E, quando da presença do Ministro Pedro Malan aqui, ouvimos que tinham ótimo relacionamento, em que pese algumas pessoas sugerirem que estavam brigados e não conversavam. Mas a verdade é que almoçaram, jantaram e, na manhã seguinte, o Ministro Pedro Malan esteve no Banco Central para discutir a política cambial, no mesmo momento em que estava lá o Sr. Salvatore Alberto Cacciola, no outro andar, procurando concluir a operação ao Banco Marka e ao FonteCindam. Será que o Banco Central estava tão independente do Ministro da Fazenda que poderia fazer uma operação daquela ordem sem falar uma palavra ao Ministro responsável pela Fazenda? Se ocorreu isso, é importante S. Ex^a esclarecer. Se, porventura, S. Ex^a foi comunicado, também é importante o esclarecimento. Acredito na palavra do Ministro Pedro Malan e gostaria de saber por que ele não foi comunicado.

Mas há outra questão: o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro Pedro Malan, por quatro anos – estávamos então em 14 ou 15 de janeiro –, confiaram plenamente na equipe formada por Francisco Lopes, Demosthenes Madureira de Pinho, Cláudio Mauch, que estavam lá praticamente desde o início do Governo Fernando Henrique Cardoso. Francisco Lopes era Diretor de Política Econômica, e posteriormente da área monetária, desde janeiro de 1995. Francisco Lopes foi, reconhecidamente, um dos intelectuais economistas mais respeitados desse País que, além de ter participado da elaboração de planos anteriores – como o Plano Cruzado e, por isso mesmo, pode refletir sobre aquela experiência –, foi um dos formuladores do Plano Real. Então, foi uma pessoa na qual o Presidente e o Ministro da Fazenda depositaram toda a confiança durante quatro anos. Soa um tanto estranho que, de repente, venha o Presidente da República e diga a respeito do Presidente do Banco Central o seguinte: quem não tem cão, caça com gato. Será que a pessoa de toda confiança de Sua Excelência poderia, por uma eventual operação da qual não tenha gostado, ser chamado de gato?

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT-AL) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a ultrapassou 5 minutos de

seu tempo. Gostaria que fosse breve na finalização de seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me apenas ouvir a Senadora Heloisa Helena muito rapidamente. Pensei que V. Ex^a fosse censurar o "gato", mas foi a palavra do Presidente da República.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Eduardo Suplicy, pior é se depois não achar o gato. E, na hierarquia animal, o que vem depois do gato? Em primeiro lugar, gostaria de saudar V. Ex^a, meu querido companheiro, Senador Eduardo Suplicy. Acredito que a vinda do Ministro Pedro Malan é fundamental. Claro que não vou para a frente do prédio da Polícia Federal pedir informações. Não vou cometer tal ato. Por essa razão, é importante que S. Ex^a ou qualquer outra pessoa venha. O Senado Federal, esta belíssima estrutura arquitetônica de tranqüilos tapetes azuis, tem a obrigação de fiscalizar o Poder Executivo. Qualquer pessoa pode responder a algumas perguntas. Por que o Governo não tomou providências após a saída de Gustavo Franco, se todos, inclusive o vendedor de carros do Senador Romero Jucá, já sabiam que alguém ia ganhar? Gostaria de entender isso. Já disse ao Senador que vou formar um fundo de investimentos para flagelados e favelados e vou comprar a assessoria do vendedor de carros de S. Ex^a para "tráfico de intuição". A única coisa que desejamos saber é isto: se até o vendedor de carros sabia que não seria um bom negócio o Senador comprar um carro em leasing com dólar porque haveria aumento, por que o Governo Federal nada fez para impedir isso? E não foi apenas o vendedor de carros. Em pronunciamento, o Vice-Presidente desta Casa, na sexta-feira, disse que já circulava pelos subterrâneos da política, pelos subterrâneos do sistema financeiro, que a saída de Gustavo Franco significaria uma mudança cambial. O Governo Federal não fez nada, o Ministro da Fazenda não fez nada, possibilitando assim que os piratas saqueassem nosso Tesouro. Esse o primeiro ponto a ser dito. O outro é explicar uma coisa muito concreta, muito objetiva que não precisa de nenhum pressuposto ideológico. Não vou fazer, Senador Gilberto Mestrinho, nenhum debate de pressupostos ideológicos sobre a política econômica. Tenho uma posição e o outro tem outra. Quero apenas uma explicação. Como é que se justifica que determinadas pessoas mudem tão rapidamente de posição? Como mulher, até acredito em intuição. Dizem que é um sentimento absolutamente primitivo e irracional. Até que entendo, mas é coincidência demais. Como é que uma corretora dos filhos de um ex-Mi-

nistro poderoso – o nome da corretora é Link, ligação, elo, laço; é até sugestivo – orienta com tamanha intuição e um banqueiro ganha uma fortuna? Como é que se justifica que não invisto em uma área e, de repente, a intuição bate rapidamente e mudo completamente a minha atuação? Ora, convenhamos, aprendi que isso era tráfico de influência. Agora não é mais, é **Inside Information**. Deve ser **Insight**, porque em psiquiatria **Insight** é estalo, algo que vem rapidamente, premonição. Deve ser isso. Quero saudar V. Ex^a e repetir o que já disse anteriormente: é verdade que a CPI não pode ser um palanque político nem para crítica nem para defesa do Governo Federal, mas para avaliar dados objetivos. E são esses dados que quero saber. Quais são as respostas para esses dados frios e objetivos? Só quero uma resposta para isso e espero que o Ministro Malan efetivamente possa fornecê-la à Nação brasileira. Muito obrigada.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senadora Heloisa Helena.

Quero registrar que, há cerca de 10 dias, o Presidente Antonio Carlos Magalhães, a propósito da observação feita pelo Ministro Pimenta da Veiga de que o Ministro Pedro Malan não deveria vir aqui, S. Ex^a me disse que ponderaria junto ao Ministro que achava adequado que S. Ex^a espontaneamente viesse aqui, com espírito construtivo, colaborar com a CPI. E foi o que vimos depois do café da manhã que o Presidente Antonio Carlos Magalhães teve com o Ministro Pedro Malan. O Ministro passou enfaticamente a dizer que tem toda a disposição de colaborar com a CPI. E é isso que espero que se realize.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Concedo o aparte a V. Ex^a com muita honra. Li no jornal que V. Ex^a não votaria a favor, mas espero, até amanhã, convencê-lo, assim como aos Senadores Romero Jucá, Gilberto Mestrinho e José Roberto Arruda; de que não devemos ter receio alguma da contribuição que o Ministro Pedro Malan possa vir a prestar à CPI. Creio que S. Ex^a tem muito a dizer. Precisamos ter a cooperação dele e tenho certeza de que a teremos. S. Ex^a está dizendo que quer cooperar com a CPI; então como vamos negar-lhe essa possibilidade?

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, quero esclarecer, não só a V. Ex^a, mas também aos demais Senadores, neste plenário, que já estive na tri-

buna defendendo que o Governo fizesse a indicação do seu Líder nesta Casa o quanto antes. Inicialmente, afirmo que não sou pretendente ao cargo e que não estou aqui exercendo esse papel. Mas, quero expor meu ponto de vista, minha visão e, inclusive, esclarecer a V. Ex^a a razão do meu posicionamento. Senador Suplicy, não foi só o Presidente da República juntamente com o Ministro Malan que depositaram tanta confiança no Dr. Francisco Lopes; o PT – e quero ser corrigido se estiver enganado...

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Votei a favor dele, e o Senador Lauro Campos também.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Quero trazer aqui o que me parece ser um fato histórico.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Mas houve quem, no PT, votasse contra. Se não me engano, o Senador José Eduardo Dutra, que está aqui presente, teve dúvidas e votou contra.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Fui informado de que, pela primeira vez, na sua atuação nesta Casa, o Senador Lauro Campos teria votado a favor, o que é um fato realmente excepcional. É uma confiança da qual o Dr. Francisco Lopes pode se orgulhar – e deve ter se orgulhado – porque, afinal de contas, parece que teria sido o primeiro voto favorável do eminentíssimo Senador Lauro Campos, em qualquer causa em que esteja envolvida a área econômica. Mas não quero discutir especificamente esse ponto, apenas gostaria de dizer que a confiança era de todos, porque, até então, não havia outra figura que estivesse defendendo as exportações brasileiras e a indústria nacional. Isso tudo, sem dúvida alguma, fez com que o Dr. Francisco Lopes merecesse a confiança e a esperança de muitos. Observe que no dia 26 de janeiro ele foi sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos. V. Ex^a não estava presente, mas tive o cuidado...

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – E no dia 28 votei no nome dele.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Votou. Mas no dia 26 enviou um fax, já que V. Ex^a estava fora do país, se não me engano. Tive o cuidado de olhar toda aquela documentação e procurar entender aquele quadro, já que não estava ainda no exercício do mandato, e vi que ele, realmente, foi merecedor da confiança de todos. Eu me posicionei, Senador Suplicy, porque não me recordo, até o presente momento, de nenhum episódio que tenha dividido essa Comissão...

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Nem eu vim aqui para dividir, necessariamente, mas,

por vezes, na história da humanidade, é preciso trazer a espada para dividir, para que a humanidade caminhe em uma direção mais justa. Meus instrumentos são sempre de paz.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Tenho acompanhado...

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador Eduardo Siqueira Campos, pediria que V. Ex^a deixasse o Senador Eduardo Suplicy encerrar, pois o tempo foi ultrapassado em praticamente 15 minutos. Gostaria de contar com sua colaboração.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Falarei rapidamente, Sr. Presidente. Meu depoimento é no sentido de que não há a divisão provocada por V. Ex^a ou por qualquer outro integrante. A comunicação de que o Ministro não havia sido informado foi dada à Polícia Federal, em primeiro lugar, pela autoridade que promoveu a alteração: Dr. Francisco Lopes. Mais do que isso, Senador Eduardo Suplicy, na tarde de hoje a Comissão está recebendo oito novos depoimentos. Tive o cuidado de folheá-los – não os li com a atenção que merecem. No seu depoimento à Polícia Federal, o Dr. Demosthenes – a primeira pergunta que pretendia fazer seria essa – respondeu que não comunicou, não citou o fato. Nas conversas durante o almoço ou o jantar, ou mesmo nas reuniões de que participou o Ministro Pedro Malan, o assunto foi apenas a mudança da banda cambial. Já disse em entrevista que nesse momento sou contra a convocação do Ministro Pedro Malan. Até o final dos trabalhos da CPI, poderia querer o Ministro Pedro Malan vir aqui dar uma contribuição ao detectar que estamos debatendo a legislação para o sistema financeiro, as mudanças na Lei nº 4.595, que está defasada, que é genérica, que está ultrapassada em virtude da globalização e da informatização. V. Ex^a tem-se conduzido sempre com um espírito investigador, com a calma necessária e também com veemência. Tenho acompanhado a atuação de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – O vigor, por vezes, faz-se necessário.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Gostaria que esse depoimento viesse a ocorrer, mas não agora quando há especulações e debates sobre se o Ministro sabia ou não, porque haveria na Polícia Federal um depoimento que iria contradizer o que disse o Ministro. Tive o cuidado de ler esses depoimentos, que somados aos outros são mais de 12, e percebi que todos são categóricos: o Ministro Pedro Malan não foi informado. Sobre isso acredito que o Ministro está dispensado de falar até que surja qualquer fato que mostre o contrário. S. Ex^a já disse,

com todas as letras, que não foi informado e se ofereceu para uma acareação. Disse também que virá à CPI depor se ela entender que é necessário. Senador Eduardo Suplicy, se esse requerimento for votado amanhã, antecipo a V. Ex^a que votarei contra. Penso que até o final dos trabalhos o Ministro poderá, como brasileiro e como responsável pela área econômica, dar uma contribuição, mas para isso é preciso que a Comissão mantenha o posicionamento de não se dividir entre Bancada governista e oposicionista, porque a CPI não foi instituída para causar um desgaste à imagem do Governo. Sinceramente não foi. Tenho procurado fazer perguntas objetivas e determinar os fatos que se apresentam. A minha posição é essa. Os depoimentos enviados pela Polícia Federal a esta Casa esclarecem a pergunta de V. Ex^a. Não só o Dr. Demosthenes mas também todos os outros funcionários consultados, perguntados especificamente sobre a matéria negam e reafirmam o que disse o Ministro Pedro Malan.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois bem, Senador Eduardo Siqueira Campos, se o Presidente do Banco Central não transmitiu a informação ao Ministro Pedro Malan nem durante o almoço, nem durante o jantar, nem na manhã seguinte, isso é muito importante sabermos. É importante sabermos também qual a opinião do Ministro da Fazenda sobre o fato de o Banco Central ter realizado uma operação desse porte, canalizando mais de R\$1,6 bilhão para o Banco Marka e mais de R\$700 milhões para o Fonte-Cindan sem consultar o Ministro e o Presidente da República. Esse é um fato grave que merece ser esclarecido por um ou por outro. Por essa razão, considero fundamental que S. Ex^a venha à CPI para explicar esse aspecto, bem como os demais sete pontos do requerimento apresentado pelo Senador Jader Barbalho.

Concordo com V. Ex^a que o Ministro não precisa vir nos próximos dias, podendo vir um pouco mais adiante. Mas procurarei convencer V. Ex^a, com os melhores argumentos, de que devemos definir que o Ministro Pedro Malan deverá comparecer à CPI. Deixemos essas outras questões de lado, porque essa polêmica que deverá ser encerrada. O Ministro Pedro Malan virá à CPI? Quando S. Ex^a virá? Quando houver consenso dos membros da CPI. Aliás, V. Ex^a inclusive concorda que precisamos da colaboração do Ministro Pedro Malan. Afinal de contas S. Ex^a não pode se ausentar dos temas da CPI, pois é a autoridade que dispõe de amplo conhecimento sobre o funcionamento do sistema financeiro e é responsável pela guarda do Tesouro Nacional e pela condução da economia brasileira.

Ainda gostaria de salientar que considero da maior relevância a contribuição que o Deputado Aloízio Mercadante deu ao organizar tão bem os dados

relativos aos bancos e aos fundos, os quais tiveram resultado tão significativo. Isso vai servir para melhor apuração dos fatos por parte da CPI.

Sobre a observação relativa a Sr^a Ana Elizabeth – o Senador José Roberto Arruda não está aqui neste instante, mas S. Ex^a terá conhecimento disso –, apesar de ter sido incorreta a informação de que ela poderia estar no exterior naquele momento, deram resultado o esforço que fiz para encontrá-la naquela oportunidade e o grande destaque dado pela imprensa ao fato de que se procurava saber do seu destino. O que aconteceu? Uma senhora que havia sido casada com uma das pessoas que participaram do assassinato resolveu revelar à Polícia que o seu ex-companheiro havia participado, de alguma forma, do assassinato e, a partir daquele momento, descobriu-se onde estava enterrada a Sr^a Ana Elizabeth, esposa do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Portanto, nesse aspecto, a viagem acabou tendo um resultado positivo.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Senador, eu faria um apelo para que encerrasse.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu terminei, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Apenas, se V. Ex^a me permite, quero dizer que houve entendimento entre a Rede Manchete e o grupo que a está adquirindo.

Mas quero ressaltar que vamos solicitar ao Ministro Pimenta da Veiga que, realmente, seja respeitado o direito dos funcionários da TV Manchete, que há nove meses estão esperando o pagamento de seus salários. Também vamos solicitar ao novo responsável por essa emissora, se for concluída a operação, que venha ao Senado, antes de votarmos aquela concessão para a Rede Manchete de Televisão.

O requerimento vai, portanto, à Presidência da CPI. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy.

Antes de chamar o próximo orador inscrito, anuncio a presença na Tribuna de Honra da Prefeita de Pimenta Bueno, Sr^a Inês Zanol, e do Vice – Prefeito, Otávio Moreira, a quem agradecemos a atenção para os trabalhos desta Casa.

Concedo a palavra, por 20 minutos, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu sou membro da CPI dos Sistema Financeiro, como Líder do PSDB. É lamentável que, de alguns dias para cá, a discussão naquela Comissão que vinha, até então, investigando de forma cristalina e contundente as questões levantadas no requerimento do Senador Jader Barbalho, começa a pender, infelizmente, para tendências partidárias.

No depoimento do Deputado Aloizio Mercadante, tive a oportunidade de contestar alguns dados levantados por S. Ex^a. Entendemos que a sua presença não acrescentou nada ao material que já havia sido enviado àquela CPI – na verdade, essa é uma opinião pessoal.

No final de semana, com notícias da imprensa, assanha-se novamente a possibilidade de convocação do Ministro Pedro Malan. Após o discurso do Senador Eduardo Suplicy, aqui mesmo nesta tribuna, sem dúvida nenhuma verifica-se que a convocação ou a tentativa de convocação do Ministro Pedro Malan é também bafejada pelos ares partidários. E por que digo isso? Porque o próprio Senador Eduardo Suplicy, que acabou de falar aqui e a quem ouvi neste plenário, disse textualmente – consta aqui nas anotações – que acredita no que diz o Ministro Pedro Malan. E o Ministro Pedro Malan, no final de semana, exaustivamente disse que não falou com Chico Lopes, que não participou de nenhuma reunião lá no Banco Central para tratar efetivamente da operação Marka/FonteCindam.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminentíssimo Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu sempre acreditei na palavra do Ministro Pedro Malan, porque sempre tivemos uma relação de amizade e respeito mútuo, mas considero que, caso Francisco Lopes não tenha revelado ao Ministro durante as três oportunidades – almoço, no dia 14; jantar, no dia 14; e presença do Ministro Pedro Malan, por cinco horas, no Banco Central –, então isso é um fato também sério e precisa ser melhor analisado por nós membros da CPI. Isso significaria que o Banco Central está com tal grau de independência para fazer operações dessa natureza que nem mesmo consulta o Ministro da Fazenda. Esse fato também é importante. Por outro lado, também é importante a responsabilidade do Ministro da Fazenda e do Presidente Fernando Henrique Cardoso de terem confiado, por quatro anos, naquela equipe composta por Francis-

co Lopes, Cláudio Mauch e Demóstenes Madureira. Parece que nós não temos nada a ver com o que fizeram essas pessoas. Querem como que separar.... E esse ponto, Senador Romero Jucá, também é muito relevante. Peço desculpas a V. Ex^a e ao Senador José Roberto Arruda, que me pediram para estar presente ao debate, mas não posso permanecer até o final deste pronunciamento. Como hoje haverá eleição da Diretoria da Fundação Getúlio Vargas, da Escola de Administração de Empresas, e eu sou membro da Congregação, precisarei pegar o avião para São Paulo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Agradeço o seu aparte que, efetivamente, só demonstra o que V. Ex^a disse antes: que acredita no Ministro Pedro Malan. E acredita em S. S^a, pelo que pude depreender, pela ênfase em seu pronunciamento, não só no plenário da CPI, mas também quando S. S^a fala pela imprensa, quando vem à Comissão de Assuntos Econômicos, quando fala na televisão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Agora, acreditar não significa concordar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sim, claro. Estou dando a ênfase que V. Ex^a deu em seu discurso exatamente para dizer que, como acredita no Ministro Pedro Malan, V. Ex^a está apresentando essa convocação por uma questão estritamente partidária, talvez, por uma missão até do Partido. O mesmo ocorreu com o Presidente do PT, Deputado José Dirceu, que, infelizmente, nas emissoras de televisão, na propaganda partidária do seu Partido, fez agressões diretas e pessoais ao Presidente da República – o que, efetivamente, não representa nenhum direcionamento de discurso partidário. O Ministro Pedro Malan tem dito, exaustivamente, que não tomou conhecimento de reunião alguma ou qualquer decisão a respeito das operações nos Bancos Marka e FonteCindam. E, mais: não precisaria ter tomado conhecimento, pois uma das atribuições do Banco Central é dar poderes a sua Diretoria para que agisse conforme agiu. Aquela Instituição tinha atribuições para avaliar e tomar as medidas que considerasse adequadas. Se não as tomou corretamente, é exatamente esse o objeto da CPI. Estamos investigando como foram realizadas as duas operações. Tanto o Banco Central tinha atribuições para fazer o que fez, ou para tomar a iniciativa que tomou, independentemente de estar correta ou não, que aqui nesta Casa, discutimos, várias vezes, a questão da autonomia do Banco Central como guardião da moeda, dentro dos pré-requisitos e objetivos que a Instituição tem hoje em nosso País. Essa é a primeira observação que eu gostaria de fazer.

Sr. Presidente, o Ministro Pedro Malan já discorreu sobre o assunto exaustivamente, dizendo à Nação e aos Senadores que não tomou conhecimento da operação. Não há nenhum Ministro da Fazenda na História da República que veio tanto a este Senado e à Comissão de Assuntos Econômicos para discutir as questões econômicas do País. O Ministro Pedro Malan jamais se furtou ao diálogo, ao entendimento, à discussão, à busca de caminhos para fortalecer a política econômica do Governo e do Brasil e, portanto, vai continuar com essa postura. Efetivamente, se a CPI vai levantar questões que estão sendo ajustadas, essas questões podem até ser – depois da CPI e depois de levantadas – objeto de discussão com o Ministro Pedro Malan. Todavia, deve ser uma discussão no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que é exatamente o fórum apropriado para discutir mudanças na política econômica do Brasil.

Sr. Presidente. Lamento que tenhamos a possibilidade – não estou dizendo que esse fato seja afirmativo – de descambiar a atuação da CPI para uma discussão partidária, política ou eleitoral, o que, efetivamente, não vai contribuir para darmos prosseguimento à importante tarefa que a CPI do Sistema Financeiro está fazendo. A CPI já colheu frutos importantes: o Banco Central já mudou duas sistemáticas diferenciadas levantadas pela CPI. A CPI precisa tratar de outros assuntos graves, como, por exemplo, a questão da Encol, do financiamento do Banco do Brasil e, também, da análise dos lucros dos bancos que foram levantados no objeto do requerimento.

Portanto, não estamos nos furtando à discussão e à averiguação. Por favor, não venham amarrar a dizer que a base do Governo está querendo entrar com a CPI ou evitando discutir assuntos da

I. A base do Governo está querendo exatamente o contrário; a base do Governo está querendo discutir os assuntos pertinentes à CPI; a base do Governo está querendo averiguar as irregularidades, que, se houve, devem ser levantadas e cobradas a quem de direito. Mas nós – e eu pessoalmente, pois falo por mim e pelo PSDB – não queremos a interferência

ura e simples de ações políticas para tentar atingir o Ministro da Fazenda ou a política do Governo, no momento em que abrimos os jornais e vemos manchetes como "Redução de juros surpreende mercado"; "FGV prevê inflação zero no Rio este mês", quando há notícias nos jornais informando que a credibilidade econômica do País está sendo retomada e quando ações concretas redirecionam o País para a estabilidade econômica, estabilidade econômica que não é a estabilidade econômica do PSBD,

que não é a estabilidade econômica do PFL, que não é a estabilidade econômica do PMDB, mas a estabilidade econômica do Brasil, inclusive dos Partidos de Oposição.

Eu tenho certeza de que o objetivo do Senador Eduardo Suplicy não é criar uma guerra partidária na CPI. Tenho certeza, como S. Ex^a mesmo disse, que acredita no Ministro Pedro Malan.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – S. Ex^a também acreditava no Chico Lopes. É um homem de boa fé, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Eu também acredito que o Senador Eduardo Suplicy é um homem de boa fé. Tenho o maior respeito e carinho por S. Ex^a.

O Ministro Pedro Malan, Sr. Presidente, não é objeto da CPI e não há fato determinado que leve o Ministro à CPI. Portanto, convocar o Ministro da forma como se está pretendendo é, na verdade, tentar politizar um discurso que não é apropriado para o momento.

Quero registrar que fico satisfeito em ver que o vendedor de carros que me falou sobre a aquisição do leasing em dólar poderá trabalhar na assessoria do PT. Sem dúvida alguma, ele não cometeria os erros de dados que o Deputado Aloizio Mercadante cometeu na sua exposição na CPI, erros que eu tive o prazer, ou o desprazer, de corrigir.

Sem dúvida nenhuma, independentemente da questão que se levanta, tenho certeza de que a CPI do Sistema Financeiro dará uma contribuição extremamente importante ao País. Independentemente de questões que possam surgir ao longo do caminho, todos nós, Senadores da base de apoio ao Governo e Senadores da Oposição, temos a intenção de contribuir com o Brasil e de fazer com que a estabilidade volte, para que os brasileiros possam respirar com tranquilidade e afastar o fantasma da inflação, dos preços altos, do sofrimento que conhecemos em um passado não tão distante e que precisa ser trabalhado para que não volte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. José Jorge, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do

orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, na última sexta-feira, vim à tribuna para me pronunciar sobre a CPI do Sistema Financeiro, particularmente sobre a presença do Deputado Aloizio Mercadante na Comissão. Não pretendo repetir o pronunciamento que fiz na última sexta-feira. Quero hoje tratar especificamente da vinda ou não do Ministro Pedro Malan. Naturalmente esse tema está enriquecido com algumas intervenções de Senadores que me antecederam. A minha discussão não deve se limitar a acreditar ou não no Ministro Pedro Malan, até porque, se a discussão limitar-se a isso, vou dizer que "eu não acredito no Ministro Pedro Malan". E não digo isso em relação especificamente ao tema que se está discutindo, qual seja, se ele sabia ou não do auxílio ao Banco Marka e ao Banco FonteCindam. Se fizermos um retrospecto de todas as vindas do Ministro Pedro Malan a esta Casa e compararmos suas previsões econômicas, suas explicações da conjuntura política e econômica com a realidade, verificaremos que o Ministro Pedro Malan, se fosse profeta, certamente morreria de fome. Então, se a discussão for só "Acredita ou não?", eu vou dizer que "eu não acredito em Pedro Malan" em função da quantidade de vezes que ele veio aqui. Aliás, se é verdade que o Ministro Pedro Malan foi o Ministro, na história recente, que mais vezes veio ao Senado, isso é decorrente do fato de que ele foi o Ministro da Fazenda, na história recente, que mais tempo permaneceu à frente da Pasta. É uma questão meramente estatística.

Surpreende-me sempre a insistência de Senadores da base governista na discussão: "A CPI não pode ser politizada". Ora, trata-se de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Mesmo uma investigação no âmbito da Congregação Mariana, muito provavelmente, teria seu componente político. Imaginem uma investigação no âmbito do Congresso Nacional! É lógico que sempre haverá um componente político. Aliás, na CPI do Collor, houve um componente político de oposição da parte do PSDB que fazia oposição – já que uma outra parte estava tentando entrar no Governo Collor. A parte que fazia oposição demonstrou esse componente político.

A discussão não é se haverá ou não um componente político, porque o componente político sempre haverá, seja da Oposição ou da Situação, e é perfeitamente legítimo. O fato de os Senadores da base governista defenderem o Governo é perfeitamente legítimo, assim como é perfeitamente legítimo o fato de os Senadores da base oposicionista atacarem o Governo.

Lembro um aparte do Senador Eduardo Siqueira Campos ao Senador Eduardo Suplicy sobre o Dr. Francisco Lopes, então candidato a Presidente do Banco Central. Houve um outro fato comum entre Senadores da base oposicionista e os da base governista, além do de terem votado favoravelmente ao Dr. Francisco Lopes. Da mesma forma que os Senadores da Oposição, ao votarem contra ou a favor, pensaram que a votação valeria, Senadores da base governista também acreditavam nisso; embora tenha feito o papel de marido traído, porque – depois foi revelado – se sabia que, quando o nome do Dr. Francisco Lopes foi votado no plenário do Senado, já havia a decisão do Governo de que ele nem tomaria posse. Então, esse é mais um ponto comum entre os Senadores da base governista e os da Oposição com relação ao caso Dr. Francisco Lopes.

Quanto à vinda do Dr. Pedro Malan, surpreende-me o fato de que, quando foi convocado o Dr. Armínio Fraga – atual Presidente do Banco Central indicado pelo Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso –, seu nome foi aprovado por consenso. Ninguém entendeu a vinda do Dr. Armínio Fraga à Comissão Parlamentar de Inquérito como uma ação político-eleitoral da Oposição ou como um fato que poderia desestabilizar o Governo ou provocar uma reação indesejável no mercado em relação à nossa economia. Poderia até haver mais argumentos contra a vinda do Dr. Armínio Fraga do que contra a vinda do Dr. Pedro Malan, já que o atual Presidente do Banco Central chegou depois e não acompanhou o processo de ajuda ao FonteCindam e ao Marka poder-se-ia, na ocasião, ter levantado a ponderação de que não havia sentido convocar o Sr. Armínio Fraga porque ele não acompanhou o processo, mas isso não foi feito porque não se entendia – aliás, corretamente – o Presidente do Banco Central não comparecer a uma Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando o sistema financeiro brasileiro, uma Comissão que não é contra o Banco Central, como fez questão de dizer o Deputado Aloizio Mercadante, e que não é contra o Governo. Da mesma forma, a uma Comissão como esta não há sentido o Ministro da Fazenda não comparecer!

Entendo que o Dr. Pedro Malan deveria encaminhar um ofício à Comissão Parlamentar de Inquérito, dizendo "quero comparecer à CPI". E não ficar se limitando a dizer: "Se a CPI me convocar, eu compareço". Ao mesmo tempo em que ele diz isso, a base governista faz tudo para evitar que ele compareça. Se ele tem tanta indignação, como fez questão de demonstrar na televisão, que quer se subme-

ter à acareação como qualquer funcionário, se ele está disposto a vir à CPI, deveria encaminhar um ofício à CPI, solicitando a sua vinda à Comissão. Assim, com certeza, como se trata de uma solicitação do próprio Ministro, é bem provável que os Senadores da base governista iriam votar a favor.

Esse deveria ser o gesto esperado de alguém que tem, não uma questão de investigação ou de suspeita sobre ele, mas deverá dar uma contribuição fundamental em uma CPI que está investigando o Sistema Financeiro Nacional.

A não ser, como disse o Senador Eduardo Suplicy, que a situação dele seja pior. Aliás, não sei o que é pior: ele dizer que sabia da ajuda ao FonteCidadam e ao Banco Marka ou dizer que não sabia. Sinceramente, não sei qual a pior situação para o Ministro, porque ele esteve no Banco Central, e confirma isso, no dia 15. Segundo todas aquelas cartas e datas, inclusive a carta da Bolsa Mercantil e de Futuros foi feita no dia 15, mas com data do dia 14.

Quer dizer, o Banco Central do Brasil promove uma ajuda a dois bancos, sob a alegação de que haveria risco de crise sistêmica no sistema financeiro. O Ministro da Fazenda comparece ao Banco Central no dia seguinte, quando a operação ainda estava sendo concluída, até porque a alegação que foi dada na CPI foi de que a autorização foi no dia 14, mas, se houvesse decisão em contrário, ela poderia ser revertida no dia 15. Então, no dia 15 ainda estava sendo viabilizada aquela decisão da Diretoria do Banco Central tomada na véspera. A tudo isso, a essa decisão da Diretoria – não foi uma decisão isolada do Dr. Francisco Lopes, mas da Diretoria do Banco Central – no dia 14, o Ministro da Fazenda comparece ao Banco Central no dia 15. Quer dizer, uma decisão tomada no sentido de ajudar dois bancos sob a alegação de que haveria risco de crise sistêmica do Sistema Financeiro! E o Ministro da Fazenda não fica sabendo de nada? Acho que talvez seja, não digo o medo, mas a tendência do Ministro em não comparecer, porque não sei o que é pior: se ele disser que sabia, e aí ele seria investigado com base numa operação que está sendo colocada, no mínimo, como atípica, ou se ele disser que não sabia, porque o que está em xeque é toda a sua autoridade, enquanto Ministro da Fazenda. Talvez seja por isso que ele esteja relutando em vir à Comissão.

Mas ouço o Senador Eduardo Siqueira Campos com muito prazer.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO)

– Queria dar uma contribuição ao pronunciamento de V. Ex^a, que talvez nos ajude até a raciocinar sobre essa questão. Porque, imaginem, V. Ex^a se recorda da pergunta que fez ao Dr. Francisco Lopes na sabatina da CAE? Pergunta de V. Ex^a a ele?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Fiz várias perguntas. Não me lembro.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO)

– Vou lembrar uma específica. V. Ex^a se referiu especificamente ao dia 14. Tenho a ata da reunião. V. Ex^a, em meio a uma longa pergunta que fez sobre currency board e outros assuntos, V. Ex^a, que discordou sempre dele de forma muito incisiva, fez uma pergunta específica e me chamou a atenção, depois que fui analisar, e era a primeira pergunta que eu faria ao Dr. Francisco Lopes naquele depoimento que se recusou a fazer. Porque V. Ex^a perguntou: "Temos informações de que no dia 14 teriam ocorrido graves problemas na BM&F. Muita gente ganhou dinheiro, e alguns perderam. V. Ex^a poderia me dar uma informação sobre isso?" Só que, nessa pergunta, V. Ex^a continua a fazer outras perguntas, e ele, nas suas respostas, lá na frente, diz o seguinte: "Não havia preocupação alguma com o Sistema Financeiro, preocupação alguma com mercados derivativos. Havia liquidez no sistema bancário. E, graças ao Proer" – são palavras do Dr. Francisco Lopes –, "ao incompreendido Proer" – ou uma frase parecida com essa, um termo parecido com esse – "graças ao mal compreendido Proer, o mercado está calmo, não existe preocupação alguma, fato algum relevante." Se depois de decorridos mais de 13 dias do ato da ajuda, ele esconde de V. Ex^a, numa pergunta específica, imagine se ele iria tomar a iniciativa de contar deliberadamente a qualquer outra pessoa. Entendo, nobre Senador José Eduardo Dutra, que o Ministro Pedro Malan não se arriscaria – imagine V. Ex^a, um homem inteligente como ele –, tendo estado no Banco Central e participado de várias reuniões, vendo que vários funcionários estão depondo – a dizer que se submeteria a um processo de acareação se algum funcionário do Banco Central pudesse afirmar que ele tivesse participado de algum desses episódios. Portanto, diante de uma colocação como essa, penso que o Ministro estaria arriscando muito. Muito antes disso, prefiro acreditar – e talvez seja o mais grave, como V. Ex^a raciocinava – que ele não foi informado. Aí temos, sim, que repensar o modelo, repensar o Banco Central, e esse fato não diminui a gravidade do que foi ali praticado. Em nenhum momento, está-se concordando com aquilo. Tenho feito o possível para tentar investigar. Inclusive, uma das perguntas, feita a uma funcionária, a respeito da carta, foi da minha autoria, quando ela acabou revelando que, realmente, a carta foi feita depois de tratativas. Portanto, posteriormente ao voto. Assim, se ele escondeu, em uma pergunta específica de V. Ex^a, certamente escondeu do resto da Nação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a estabelece uma comparação entre a minha pessoa e a do Ministro Pedro Malan que realmente não procede, porque estamos cansados de ver, em vindas de

Ministros, em sabatinas, onde nós, Senadores, fazemos perguntas e os Ministros ou os candidatos, ou dão respostas, que se descobre não serem verdadeiras, ou se omitem.

O Dr. Chico Lopes, em relação à pergunta de um Senador, principalmente de um Senador da Oposição, poderia, como fez, dar a resposta que deu. Agora, é diferente a situação em relação ao Ministro, que era inclusive hierarquicamente superior a ele. Acredito que a comparação que V. Ex^a fez entre duas personalidades é equivocada. Mas V. Ex^a tocou em um ponto que, inclusive, eu tocaria no final de meu pronunciamento e vou adiantá-lo.

O problema, que, a meu ver, cabe ser respondido por aqueles que, por várias vezes, estiveram aqui a fim de defender o Proer, é exatamente a situação em que foi colocado em xeque nesse episódio. Das duas uma: ou é uma mentira que houvesse risco de uma crise sistêmica – e essa afirmativa, na própria vinda aqui do representante da BM&F, que volta e meia se contradizia em relação à questão: mandaram uma carta um dia depois, com data retroativa, mas, ao mesmo tempo, diziam que poderia haver crise sistêmica porque eles só tinham conhecimento da situação da BM&F, não tinham conhecimento em outros mercados –, ou não havia crise sistêmica e, portanto, o que houve em relação ao Banco Marka e ao FonteCindam foi, na melhor das hipóteses, um erro, ou, na pior das hipóteses, uma negociação, porque não havia crise sistêmica, ou, então, havia crise sistêmica, e aí o que está em jogo é a discussão do Proer. Todas as vezes em que se discutia a questão do Proer nesta Casa, independentemente do mérito, o argumento dos que o defendiam era: "O Proer foi um instrumento eficaz, e gastou menos do que no Japão, na Venezuela, etc. Gastamos R\$25 bilhões, mas temos, a partir de agora, um sistema financeiro estável, imune às crises."

Essas são duas afirmações contraditórias entre si. Ou não havia risco de crise sistêmica coisa nenhuma – e aí houve um erro ou uma negociação –, ou então havia risco de crise sistêmica, e nesse caso o Proer foi uma falácia, porque gastou R\$25 bilhões e não deu eficácia, não deu estabilidade, não deu garantia ao nosso sistema bancário. Se dois "tamboretes" como o Banco Marka e o FonteCindam não pôdiam quebrar, porque poderiam causar uma crise sistêmica e quebrar todo mundo, então por que se gastaram R\$25 bilhões no Proer? Volta-se à discussão de um ponto também discutido na CPI: os custos e a própria eficácia do Proer.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Antes de concluir, quero conceder o aparte à Senadora Heloisa Helena.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador José Eduardo Dutra, todo o debate que gostaria de fazer já fiz quando estava na tribuna o Senador Eduardo Suplicy; mas não poderia deixar de parabenizar o pronunciamento de V. Ex^a e de dizer simplesmente uma coisa: existe uma frase muito comum no interior, Senador Gilberto Mestrinho, que diz assim: "Quem não deve não teme". Pronto! Quem não deve não teme. Se existem todas as explicações para esse processo mirabolante, esses ganhos faraônicos, não há problema: que venham para cá, pois quem não deve não teme. Parabenizo V. Ex^a mais uma vez.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senadora Heloisa Helena.

Concluindo, creio que sempre é tempo para se corrigir alguma coisa. E talvez a vinda do Ministro Pedro Malan a esta Comissão – até para se retirar essa discussão sobre se é palanque ou não, se é proposta da Oposição ou não – devesse ter feito parte do próprio roteiro apresentado pelo Relator. Quando foi apresentado e aprovado o roteiro, já foi aprovada convocação dos donos dos bancos que fizeram movimentações suspeitas por ocasião da mudança do câmbio, ou seja, quando foi aprovado aquele roteiro, já estava aprovada a vinda dessas pessoas, independentemente da data. Como não foi feito isso com relação ao Ministro, creio que ainda está em tempo.

Volto a insistir: o ideal seria que o próprio Ministro Pedro Malan dissesse que quer vir à CPI, encaminhando para isso um ofício reivindicando sua presença aqui, para tratar de assunto relacionado a ele. No entanto, se S. Ex^a não fizer isso, como ele diz que está à disposição da Casa, acredito que a própria CPI poderia muito bem aprovar, por consenso, um requerimento de sua vinda aqui.

Insisto também que a vinda do Ministro Pedro Malan não deve ser restrita a essa discussão de FonteCindam e Marka, se S. Ex^a sabia ou não dos fatos. Sua presença, como Ministro da Fazenda, é fundamental em todos os pontos que são objeto de investigação. Seria perfeitamente possível atender àquilo que o Ministro Pedro Malan já tem dito, de que está à disposição, aprovar-se o requerimento para sua convocação, e depois a data seria estabelecida de comum acordo entre os membros da CPI, e acabaríamos com essa discussão sobre se é proposta de Oposição ou de Governo, se é palanque ou não. A Comissão Parlamentar de Inquérito viria a ou-

vir todas as pessoas que tenham alguma contribuição a dar.

Reafirmo que a vinda do Ministro para depor na CPI não significa que ele esteja vindo sentar-se no banco dos réus. Talvez haja setores da base governista que estejam entendendo assim, mas não é na condição de acusado que ele virá, e, sim, na condição de Ministro da Fazenda, que como tal não pode se furtar a dar sua contribuição para uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o sistema financeiro e suas relações com o Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a tem a palavra para uma breve comunicação, pelo prazo de 5 minutos, de acordo com art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO.) Para uma breve comunicação.) – Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, queró dar conhecimento a esta Casa de correspondência que recebi da Associação Tocantinense dos Municípios, informando-me da participação de mais de 100 prefeitos do nosso Estado no Encontro Nacional dos Municípios, a realizar-se em Brasília, nos dias 11,12 e 13, portanto a partir de amanhã até a próxima quinta-feira.

Esse conclave está sendo organizado pelo Conselho Brasileiro de Integração Municipal e pela Confederação Nacional de Municípios. Obviamente, tem por objetivo discutir a situação dos municípios, neste instante em que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira discutem a reforma tributária, o pacto federativo e outros temas por demais importantes para os administradores públicos.

O público desse encontro será constituído pelos nossos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários, técnicos e líderes de teses municipalistas e outras entidades.

Teremos ainda, no dia 11 de maio, o início da Feprom – Feira Nacional de Produtos e Serviços para os Municípios. Haverá uma série de debates, palestras, simpósios e conferências, a serem realizados no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Os Municípios brasileiros estarão presentes, e nós, da Bancada do Tocantins, Sr. Presidente, com a participação de V. Ex^a, estaremos recebendo nossos prefeitos e participando de todos os debates.

Destaco várias outras entidades que participarão desse importante evento: a Contag, a CNA, a OCB, a UVB, a ABM e a FNP. Todas são associações, confederações e federações que congregam os diversos Municípios brasileiros.

O prefeito da cidade de Tocantinópolis, Sr. José Bonifácio Gomes, que deixou sua passagem registrada aqui nesta Casa como suplente de Senador, tendo assumido o cargo por quatro meses, contribuindo para a consolidação do nosso Estado, o Tocantins, quando trouxe a este Senado sua experiência municipalista, envia esta correspondência a nós, integrantes do Congresso Nacional.

Chamo a atenção dos meus Pares para a importância desse encontro, principalmente quando o objetivo é discutir a situação dos Municípios brasileiros.

Sr. Presidente, analisando o comportamento do Fundo de Participação dos Municípios na época em que fui prefeito, já reivindicávamos a municipalização, as ações descentralizadas tanto para a merenda escolar quanto para os recursos diretos para escola, a valorização das nossas experiências municipalistas. Mesmo assim, diante do comportamento das receitas destinadas aos municípios naquela oportunidade em que fiquei à frente da Prefeitura de Palmas, como primeiro prefeito eleito, entre 1993 até o final do ano de 1996, vejo que hoje os nossos colegas prefeitos estão em situação ainda mais difícil. Constatou que, com a criação do FEF, Fundef, da Lei Kandir, o Poder Executivo tem se preocupado muitas vezes em fazer renúncias com relação a IPI e outros impostos, estes que são compartilhados. Ao mesmo tempo, cria novos impostos, não compartilhados, fazendo uma profunda alteração no que estabeleceu a Constituinte de 1988.

O que podemos observar, depois dessas alterações, é que estão em situação muito mais difícil os governadores de Estado, os prefeitos e administradores municipais. Portanto, divulgar-se-á a Carta Municipalista de Brasília em 12 de maio, data do encerramento do encontro.

Devido ao grande número de entidades envolvidas nesse conclave e às dificuldades por que passam os prefeitos, teremos um documento muito importante, que deverá ser dirigido à comissão que estuda a reforma tributária e a todas as partes envolvidas na questão do pacto federativo.

O Executivo tem interferido no equilíbrio das receitas, nos mecanismos delineados pela Constituição de 1988, agravando principalmente a situação dos grandes centros e causando um esvaziamento nos Municípios brasileiros.

Com a guerra fiscal da qual fazem parte os governos de Estado nas disputas pelas fábricas, pelos projetos e pelos programas, parece, Sr. Presidente, que não existe um grande projeto de Nação que estabeleça uma política que direcione os investimentos para que a Nação brasileira possa desenvolver-se em todo seu território de uma forma mais equilibrada. A situação do pequeno município está inviabilizada.

No nosso Estado, tenho combatido, em contato com a Associação Tocantinense dos Municípios, a criação de novos municípios, sempre mostrando aos prefeitos que não podemos mais aceitá-la, principalmente quando isso se dá com o intuito repartir ainda mais o FPM, em prejuízo dos municípios já instalados. Isso faz com que a violência aumente nos grandes Municípios brasileiros, nos grandes centros.

Sr. Presidente, Palmas completa, neste ano, dez anos de fundação, do lançamento de sua pedra fundamental. E trata-se da capital que mais cresce neste País, uma das cidades que mais cresce no mundo, à taxa de 27% ao ano, atingindo 150 mil habitantes.

Samambaia, considerada entorno do Distrito Federal, já ultrapassou os 200 mil habitantes. Fico imaginando o que seria de Brasília se não houvesse Palmas, uma cidade que ainda cresce de forma equilibrada, sem invasões, com respeito ao Plano Diretor traçado pelos que assinaram o projeto de sua criação.

Portanto, essa é uma questão que, sem dúvida, vai da raiz ao centro dos problemas que a população brasileira enfrenta nas áreas da saúde, da segurança pública, da educação.

Sr. Presidente, chamo a atenção desta Casa para a importância do Encontro Nacional dos Municípios, para conamar os prefeitos do nosso Estado que compareçam; para anunciar que estaremos preparados – nós, representantes do Estado do Tocantins – não só para participar, como para apoiar as ações desses prefeitos junto aos órgãos públicos e ministérios.

Espero que a Carta Municipalista de Brasília, a ser firmada por todos os Municípios brasileiros ao final desse encontro, possa apontar soluções, despertar atenção do Poder Executivo, para que possamos, efetivamente, buscar uma forma mais equilibrada, diminuir as diferenças entre as diversas regiões e simular o desenvolvimento por todo o território nacional de forma mais equilibrada.

Sr. Presidente, parabenizo todas as entidades envolvidas – Conselho Brasileiro da Integração Municipal, Confederação Nacional dos Municípios – e todos os prefeitos deste País, num gesto de solidariedade à causa municipalista em nossa Pátria.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Ex^a, por 5 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, registro a visita do Presidente da Venezuela, Hugo Chavez, na semana passada, a Brasília e a São Paulo.

Tive a honra de estar presente à recepção que o Presidente do Senado fez àquele Chefe de Estado, quando vimos uma demonstração firme do Presidente venezuelano de se integrar ao Brasil, num esforço de integração comercial, bilateral, ou mais intensamente de se integrar ao Mercosul, o que venho defendendo no Senado.

O Presidente venezuelano deixou bem claro, em Brasília, em São Paulo e em todas as entrevistas concedidas, o seu interesse efetivo de caminhar junto com o Brasil. É a primeira vez que um Presidente venezuelano demonstra esse interesse de maneira tão incisiva. Ao longo do tempo, Venezuela e Brasil tiveram poucos contatos. Como o sul da Venezuela, subdesenvolvido, faz fronteira com o norte do Brasil, também subdesenvolvido, esses dois países encontravam-se a uma distância incompreensível, uma vez que geograficamente estavam unidos.

Como Senador pelo Estado de Roraima, encravado na Venezuela, apelo ao Senado, à Comissão de Relações Exteriores, à Comissão Parlamentar do Mercosul, para que aproveitemos esse momento para, de alguma forma, sensibilizar ainda mais o Governo brasileiro para juntar-se a esse esforço com a Venezuela, visando integrar também os outros países da fronteira norte do Brasil ao Mercosul.

Solicito, Sr. Presidente, que façam parte desta minha comunicação notícias veiculadas por diversos jornais dos centros mais desenvolvidos deste País no tocante à visita do Presidente venezuelano, ressaltando, portanto, a sua importância para o Brasil, especialmente para o meu Estado de Roraima.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

V. 0

Chávez quer aproximar países da América Latina

st

Presidente da Venezuela defende criação de pólo econômico e propõe associação Petrobras-PDVSA

sb

137

Wagner Gomes

• SÃO PAULO. O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, defendeu ontem a união da América Latina e do Caribe para a formação de um novo pólo econômico no século XXI. Durante solenidade no Parlamento Latino-Americano (Parlatino), em São Paulo, Chávez apontou o Mercosul como a base para a ampliação da integração na região. Em sua primeira visita oficial ao Brasil desde que tomou posse, há pouco mais de três meses, ele já tinha discutido o assunto com o presidente Fernando Henrique Cardoso, quinta-feira em Brasília. Na ocasião, os dois presidentes se comprometeram a acelerar a conclusão de um acordo de preferências tarifárias entre o Brasil e os países do Pacto Andino — que, além da Venezuela, é formado por Colômbia, Chile, Bolívia e Peru.

O acordo, segundo o Itamaraty, deve ser assinado em 30 de junho e significará o primeiro passo para a formação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e o Pacto Andino. Por ele, uma sé-

rie de produtos passará a ser comercializada com taxas alfandegárias menores entre os signatários do acordo.

— A vontade política não pode ser subordinada à técnica econômica e vamos trabalhar por uma aproximação com o Brasil, ainda que seja independente do Mercosul — disse Chávez.

Chávez quer que a Venezuela entre no Mercosul

Paralelamente a essas gestões, a Venezuela trabalha para ser aceita no Mercosul. E Chávez aproveitou a visita para acelerar as negociações para uma associação comercial entre a PDVSA, a estatal petrolífera venezuelana, e a Petrobras. Ele sugeriu até um nome para a corporação que surgisse de um a associação entre as duas estatais: Petroamérica. Segundo Chávez, o objetivo deverá ser o de dar maior valor agregado ao petróleo e para buscar novos mercados e associações. Segundo ele, que já está tratando do assunto com a Colômbia e o México, a idéia é criar mais tarde uma organização nos moldes da Opep. ■

Informe Econômico

■ ANTONIO XIMENES

Venezuela no Mercosul

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, deu um passo concreto em direção a uma nova agenda para a tão sonhada integração cultural e econômica da América do Sul, mais especificamente entre o Mercosul e o Pacto Andino. Líder de um país auto-suficiente em petróleo, mas que passa por uma brutal crise, com a inflação anual superior a 20% e com as reservas em raios US\$ 14 bilhões, Chávez sabe que não tem tempo a perder a busca alternativas para alavancar os negócios da Venezuela com o Brasil. "Queremos fazer parte do Mercosul, sem perder as nossas características de uma economia andina e caribenha. O que não podemos permitir é que as nossas economias fiquem cada vez mais dependentes dos Estados Unidos. Temos que ter alternativas viáveis de desenvolvimento, e isso passa pela haverança do Brasil no continente", observou em jantar reservado realizado no Hotel Sheraton Mofarrej no último dia de sua visita ao país.

O embaixador brasileiro na Venezuela, Rui Nogueira, disse que o presidente Chávez está disposto a desencadear uma integração com o Brasil que ultrapassa a mera retórica. "Sinto que o presidente venezuelano está disposto a estabelecer uma ponte comercial e empresarial com o Brasil, independente do que pense os seus parceiros do Pacto Andino."

Na avaliação de Roberto Cauby Vidigal, diretor-presidente da Confab Industrial, uma empresa que exporta para a Venezuela há 20 anos, a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional abalou a economia venezuelana e por muito pouco o país não entrou em colapso. "A Venezuela está pagando caro pelo seu atrelamento a somente um produto. Acredito que a situação deva melhorar somente depois que for realizada a constituinte, prevista para ser convocada este ano." Depois dessa investida cabe ao diamarati ter habilidade o suficiente para não deixar esta oportunidade passar. Quanto aos empresários paulistas, não restam dúvidas de que comitivas de executivos iriam à Venezuela com o objetivo de viabilizar novos negócios.

Na alça de mira, a possibilidade de negociação de 20 aviões AMX de combate, num valor próximo a US\$ 300 milhões, para a Força Aérea Venezuelana; obras do metrô de Caracas, através da Odebrecht, num valor de cerca de US\$ 180 milhões; e a venda de trens e mequinários agrícolas brasileiros que gerariam receita de aproximadamente US\$ 100 milhões.

Brasil e Venezuela incentivam integração

Aldo Renato Soares
do Brasil

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, disse que Brasil e Venezuela irão acelerar as negociações com os demais países da Comunidade Andina de Nações (CAN) — formada, além da Venezuela, pela Colômbia, Equador e Peru — com o objetivo de integrar a região com o Mercosul. Segundo ele, a vontade política de integração deve prevalecer sobre as questões técnicas. "O ritmo das negociações depende apenas da vontade política e Brasil e Venezuela estão empenhados nesse objetivo", afirmou.

Chávez lembrou as tentativas anteriores que não deram resultados. Inicialmente, os quatro países do Mercosul (Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina) tentaram negociar com cada país andino em separado, no esquema quatro por um. Depois, os dois blocos negociaram conjuntamente. Há um mês, o governo brasileiro decidiu negociar isoladamente com o bloco andino. No último encontro entre negociadores brasileiros e argentinos, o Brasil comprometeu-se a informar as autoridades argentinas sobre o andamento das conversações com os andinos.

O cronograma de criação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e a comunidade andina está atrasado. Em março passado só deveriam estar definidas as preferências tarifárias dos produtos negociados entre as duas regiões. Segundo fontes diplomáticas, parte do impasse ocorreu pelo choque de interesse entre a Argentina e o Brasil. Os argentinos querem reduzir significativamente a taxação sobre suas exportações agrícolas e de couro. O Brasil está interessado em abrir os mercados andinos para produtos de maior valor agregado, como bens de capital e veículos.

Depois da decisão de negociar so-

zinho com os países andinos, o Brasil deu prazo até 30 de junho para um acordo e, se não houver entendimento, as preferências tarifárias dos andinos no Brasil serão canceladas. Dos cerca de 3 mil itens tarifários em discussão, integravam-se 1.500 itens de importação. A direção pública mais forte se concentra em produtos têxteis e siderúrgicos. O governo brasileiro teme que, abrindo seu mercado para os têxteis dos andinos, incentivariam a triangulação (produtos de países de fora da zona entrariam no Brasil através dos países andinos). A Sider, maior siderúrgica da Venezuela pressiona o governo contra o aumento das preferências tarifárias para o aço brasileiro.

O Brasil quer uma definição imediata porque o bloco andino é um importante parceiro comercial do País. Em 1998, o Brasil registrou um superávit comercial de US\$ 700 milhões com os andinos. Outra preocupação é conseguir neste mercado as mesmas condições obtidas pelo México, maior concorrente do Brasil na região. "Até 30 de junho o acordo deverá estar concluído", disse o presidente Hugo Chávez.

Ele reafirmou a intenção do seu governo de intensificar as discussões para a criação de uma parceria estratégica entre a PDVSA, estatal venezuelana do petróleo, e a Petrobras. Há quatro anos os dois países assinaram um acordo para estabelecer a cooperação na área de petróleo, mas até hoje não houve resultados práticos. A Venezuela é o segundo maior fornecedor de petróleo do Brasil.

Chávez defendeu uma estratégia energética comum para a América

Latina. Antes da viagem ao Brasil, ele discutiu a questão com o presidente da Colômbia, Carlos Pastrana, que admitiu a inclusão da Ecopetrol, estatal de petróleo colombiano, na parceria. No acordo original, a Petrobras e a PDVSA criariam uma terceira empresa, a Petroamerica, para atuar no mercado global na exploração, refino e comercialização.

O presidente venezuelano defendeu também a reestruturação do pagamento da dívida externa do país, cujo serviço consome 30% do orçamento nacional. "É preciso rediscutir o gasto com a dívida externa para que o Estado possa enfrentar os problemas provocados pela dívida sozinha", afirmou. Hugo Chávez se projetou politicamente depois de encabeçar uma rebelião militar, no dia 4 de fevereiro de 1992.

No dia 6 de dezembro de 1998 foi eleito presidente por 56,20% dos votos com a bandeira do combate à pobreza e à corrupção, e com o compromisso de convocar uma Assembleia Constituinte. Uma consulta popular feita recentemente mostrou que 92% dos venezuelanos apóiam a convocação da Assembleia Constituinte. Hugo Chávez pretende manter relações estreitas com o Brasil, Colômbia, México e países do Caribe. O principal projeto em execução com o Brasil é a construção da rede elétrica que vai abastecer Boa Vista, capital do estado de Roraima, com a energia produzida na hidrelétrica venezuelana de Guri.

Interesses argentinos e brasileiros ainda conflitam na estipulação das tarifas de exportações de produtos

Chávez defende parceria com o Brasil

Presidente destacou interesse de assinar nas próximas semanas um acordo entre a Petróleos de Venezuela e a Petrobrás

Sandra Lefcovich
Da equipe do Correio

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, confia que o Brasil e os países da Comunidade Andina (CAN, formada pela Venezuela, Colômbia, Equador e Peru) firmarão acordo comercial em 30 de junho. O tratado de preferências tarifárias facilitará o intercâmbio de produtos entre os cinco países e será uma chance de o Brasil aumentar suas exportações. Também será um primeiro passo em direção ao estabelecimento de uma área de livre comércio na América do Sul, já que depois do Brasil, os demais países do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai) devem entrar no acordo.

"A disposição política está acima da técnica", disse ontem Chávez em coletiva de imprensa no Itamaraty, em seu segundo dia de visita oficial ao Brasil. Por isso, o presidente venezuelano espera que os negociadores possam superar os impasses técnicos para fechar o acordo. As tratati-

vas se iniciaram em março, quando o governo brasileiro desistiu de negociar com a CAN em conjunto com os demais países do Mercosul.

Chávez também destacou o interesse da Venezuela, compartilhado com o Brasil, de assinar "nas próximas semanas" um acordo entre as companhias petrolíferas Petróleos de Venezuela (PDVSA) e Petrobrás. Apesar de ter até nome — Petroámerica —, o projeto de criar a empresa há quatro anos não sai do papel. "Vamos revisar o protocolo de 1995, que anuncia o projeto de buscar áreas de associação entre as duas empresas", declarou Chávez. "Os detalhes não estão definidos, mas há uma intenção estratégica de dar maior valor a isso. Os trabalhos técnicos estão em marcha".

O presidente Fernando Henrique Cardoso também confia nessa associação. "Essa é uma parceria da qual se podem esperar projetos de grande impacto, que gerem empregos e divisas nos dois países", disse ele durante jantar em homenagem a Chávez na quinta-feira à noite no Itamaraty.

Venezuela e Argentina são os principais provedores de petróleo ao Brasil. Em 1998, dos US\$ 790 milhões de importações brasileiras da Venezuela, US\$ 630 milhões foram gastos em petróleo. A previsão da Câmara de Comércio Brasil-Venezuela é que o país compre mais US\$ 400 milhões em petróleo do país vizinho do norte neste ano.

Embora eleito com 56% dos votos em dezembro, Chávez continua sob o sinal da tentativa de golpe militar de fevereiro de 1992. O presidente fez um chamado à "objetividade". Para ele, o mundo tem de analisar o processo intenso que está vivendo o seu país nesta década. "Eu nunca fui golpista. Nós fizemos o que fomos obrigados a fazer pela situação do povo", disse.

"Estamos tentando resgatar os direitos humanos e dando um exemplo de democracia", finalizou. As eleições para os integrantes da Assembleia Constituinte, o principal projeto de Chávez, estão marcadas para 25 de julho. O presidente finaliza sua viagem hoje em São Paulo.

Chávez gostade se comparar a Simón Bolívar

Hugo Chávez, o presidente da Venezuela, usou o discurso inflamado e humanista característico de quem ainda está em campanha durante sua visita ao Brasil. Com menos de 100 dias de governo, o novo presidente venezuelano não consegue falar muito tempo sem citar o herói

da independência da América espanhola, Simón Bolívar ou pérolas de retórica como, "sou uma leve palha levada pelo furacão do povo." Azar do presidente Fernando Henrique Cardoso que é moderado e prefere o esquema sugerido pela diplomacia brasileira para seus discursos.

O diálogo entre ambos nem sempre deve ser fácil.

Em sua primeira visita oficial, Chávez seguiu o programa de encontros e jantares com o presidente Fernando Henrique e outros líderes do governo, mas se diferenciou de outros chefes de Estado ao ir à Universidade de

Brasília (UnB) para inaugurar uma cátedra de estudos sobre a Venezuela, que bem a propósito tem o nome de Simón Bolívar. Em todos os compromissos oficiais, o presidente venezuelano, eleito com 60% dos votos, falou da importância da aproximação entre seu país e o Brasil.

"A vontade política deve sempre estar acima das razões técnicas e econômicas", disse Chávez ao reconhecer a diminuição do ritmo das negociações para uma zona de preferências tarifárias entre Mercosul e Comunidade Andina, iniciadas em 96. Em vista da dificuldade dos países-membros do Mercosul em chegar a um acordo sobre as negociações com a Comunidade Andina e da decisão argentina de se aproximar do México, o Brasil iniciou um diálogo direto com a Comunidade Andina.

Ele já priorizava o relacionamento da Venezuela com o Brasil durante sua campanha eleitoral e, durante a visita de dois dias, sua agenda deu importância especial para a integração energética e física. Sobre o acordo entre a Petrobras e sua correspondente venezuelana, PDVSA, para a formação de uma holding

binacional, Petro América, Chávez disse que os detalhes ainda não estão definidos, mas que Brasil e Venezuela estão buscando áreas de ação para ir formando uma corporação entre as duas empresas. A Venezuela disputa com a Argentina o primeiro lugar como fornecedor externo de petróleo.

Fernando Henrique e Chávez também discutiram a conclusão de uma linha de transmissão de energia elétrica para Roraima. Também discutiram a adoção de medidas para facilitar a comunicação entre as comunidades que vivem na fronteira, propiciada pela rodovia Manaus-Boa Vista-Santa Helena de Uairén.

Falta saber se o presidente, que atualmente tem 90% de aprovação popular, poderá governar tranquilamente o país apontado como o segundo mais corrupto da América Latina. O apoio popular contrasta com a briga que Chávez comprou quando decidiu seguir adiante com sua promessa de campanha de elaborar uma nova constituição. Ele utilizou poderes especiais, previstos na constituição, para governar por decreto em questões econômicas, além de convocar um referendo para

uma nova constituição no dia 25 de abril. Conseguiu o que queria e em julho a nova assembleia constituinte inicia seus trabalhos.

Chávez justificou em Brasília a sua tentativa de tomar o poder por meio de um golpe de Estado contra o presidente Andrés Pérez em 1992: "Estávamos presenciando não só a matança do povo, mas também a corrupção mais deslavada." Ele não perde a oportunidade de contar como seus ideais representam a revolução pacífica iniciada pela população para protestar contra um pacote econômico lançado por Pérez em 3 de fevereiro de 1992. No dia 27 do mesmo mês, um protesto popular foi às ruas e acabou sendo reprimido com violência pelas forças armadas, causando 300 mortes. "Maldito seja o soldado que aponta sua arma contra seu povo", lembra Chávez, citando Simón Bolívar mais uma vez e ressaltando que não deixará que isso se repita em seu governo. Muitos brasileiros gostaram desse discurso.

MARTHA BECK

Reporter do JORNAL DE BRASÍLIA

VENEZUELA CHÁVEZ, retórica à parte

Hugo Chávez, o presidente da Venezuela, chamou a atenção por seus discursos inflamados, quase arengas. Ele gosta de citações e abusa da retórica com pérolas, como "sou uma leve palha levada pelo furacão do povo." Retórica à parte, o presidente da Venezuela veio falar de um tema importante:

quer colocar Caracas num eixo de integração que já inclui Buenos Aires e Brasília. Em todos os seus encontros, em Brasília e São Paulo, falou da importância da aproximação entre seu país e o Brasil. A Venezuela é o principal fornecedor externo de petróleo para o Brasil e começa a vender energia elétrica

para Roraima, além de ser uma via de acesso aos produtos brasileiros pela estrada Manaus-Caracas. Agora só falta um acordo comercial que estimule ainda mais o intercâmbio comercial.

MARTHA BECK

Reporter do JORNAL DE BRASÍLIA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Moreira Mendes. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho procurado, na medida do possível, restringir ao âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito as tomadas de posição. Justamente neste período em que, interinamente, respondo pela Presidência da CPI do Sistema Financeiro, sou levado a fazer as minhas intervenções. Este assunto foi trazido ao plenário do Senado – e é bom que assim aconteça –, ampliando as discussões, os debates, a fim de que se esclareça os fatos.

Contudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago uma reflexão. Em primeiro lugar, muitas pessoas têm se perguntado se esse caso – Banco Central e Banco Marka –, especificamente, não seria um assunto de polícia. Dessa forma, por que os Senadores têm de tratar de um assunto que, se comprovada alguma irregularidade, deveria ser tratado, simplesmente, como um caso policial?

Sinto que essa pergunta nasce da indignação de quem acompanha as investigações e é agredido a cada dia. Realmente, o cidadão sente uma agressão. Afinal de contas, as informações revelam relações suspeitas; indícios de favorecimento; patrimônios inexplicados; milhões de dólares salvando bancos e engordando as contas de banqueiros no exterior; coberturas em Miami. Enfim, essas informações estão diariamente nos jornais, nos rádios e nas televisões, causando no cidadão comum que acompanha esses fatos uma justa perplexidade. E vem a pergunta: por que os Senadores tratam desse tema? Não deveria ser um caso de polícia? Creio ser importante responder a essa pergunta. Acontece que muitas dessas coisas que deixam os cidadãos injuriados resultam da esperteza dos que conhecem as brechas da legislação. O exemplo do caso Marka evidencia isso: deu prejuízo à Nação – o que está claro –, privilegiou uma instituição financeira em detrimento de outras, mas pode ter sido realizada com base na lei. Afinal, a Lei nº 4.595/64 poderia ter embasado uma decisão de compras de contratos futuros com uma taxa de câmbio dentro dos limites da base cambial vigente naquele dia.

Se esse caso fosse tratado simplesmente como de polícia, arrisco em dizer, Sr. Presidente,

que facilitaria muito a vida dos advogados de defesa. Não é à toa que os advogados do Dr. Francisco Lopes desejaram tirá-lo do âmbito da CPI e indicaram-lhe, como cliente, que respondesse aos eventuais processos no âmbito penal. Por que os advogados de defesa desejam tirar seus clientes do âmbito da CPI e levá-los para os processos comuns? Por uma razão muito simples: a legislação brasileira – e, de resto, a do mundo – não acompanhou a evolução do sistema financeiro e deixou brechas. Comparando-se, simplesmente, de um lado, o ato praticado e, de outro, o texto frio da lei, fica muito mais fácil defender o responsável pelo ato no processo comum; de um lado o ato, de outro, a lei.

Há um caso clássico que desejo citar como exemplo. Até, aproximadamente, 20 anos atrás – penso que o assassinato de Ângela Diniz em Búzios foi o que rompeu essa tradição –, qualquer marido que matasse a mulher defendia-se e era absolvido com a maior facilidade, porque havia, no Código Penal, o legítimo direito de defesa da honra. Com base nesse instituto, a desconfiança de uma eventual traição justificava o crime. Foi preciso que houvesse indignação da sociedade, para que se mudasse essa interpretação legal e para que se coibisse esse tipo de atitude.

O que acontece, hoje, no sistema financeiro nacional, Sr. Presidente? A legislação que o rege é da época em que dinheiro era de papel; em que caixa registradora de banco era de manivela; em que contador trabalhava com livro de capa dura, no qual havia uma coluna de "Deve" e outra de "Haver". Será que a legislação desse tempo se aplica ao sistema financeiro de hoje? Claro que não. O mundo mudou muito rapidamente: os grandes fluxos de dinheiro, na verdade, viajam ou navegam pela Internet, as grandes transações financeiras são feitas em tempo real, e a legislação não acompanhou essa evolução.

Por isso, Sr. Presidente, casos como esse não podem ser tratados pela via policial comum; têm de ser trazidos ao Congresso Nacional, para que se analisem os erros não apenas sob o aspecto legal, mas também sob o aspecto ético, da conveniência da administração pública e da formação de consciência coletiva da sociedade.

Analizar essas atitudes na letra fria da lei – uma lei antiquada, imprópria – pode ficar fácil; difícil é trazer esses episódios à análise complexa, pública e transparente do Congresso Nacional, que tem como missão não apenas detectar a eventual operação inadequada e apontar-lhe os responsáveis, mas,

principalmente, mudar a legislação, as relações do Banco Central com o setor financeiro, limitar o poder decisório da autoridade monetária em acordo com este novo tempo que estamos vivendo, para evitar que episódios como esse voltem a ocorrer.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que as duas CPIs em andamento no Senado Federal, se terminassem hoje, já teriam dado grandes resultados. Não foi à toa que o Plenário do Senado decidiu pelo fim do juiz classista; isso é consequência da CPI do Judiciário. Não é à toa que na Câmara dos Deputados está acelerado, agora, o processo de reforma do Judiciário; isso é consequência da CPI do Judiciário. Não é à toa que o Banco Central acaba de publicar portaria, normatizando – e, agora, corretamente – o trabalho do Banco Central com os **dealers**, pluralizando esse tipo de operação, evitando os privilégios e as escolhas pessoais das operações bancárias. Essa portaria do Banco Central, Sr. Presidente, não nasceu do nada, é consequência da CPI dos Bancos.

Não tenho dúvida de que essas CPIs, que já estão gerando consequências, chegarão à verdade inteira dos fatos. Elas apontarão para o Ministério Público a verdade por inteiro, os seus responsáveis e, mais do que isso, os caminhos de mudança da legislação, para que fatos como esse não ocorram.

Quero, inclusive, lançar mão de uma figura de linguagem usada pelo ex-Ministro Rubens Ricupero, que disse que as CPIs não podem ser vaga-lumes, acendendo e apagando as suas luzes, sem demarcar um caminho; as CPIs têm de ser uma luz própria, indicando o caminho de mudanças da sociedade, para que fatos lamentáveis como esse não venham a ocorrer.

Como Senador, como membro da CPI e como seu Presidente interino, farei todos os esforços para evitar que ela CPI seja usada politicamente para atrapalhar ou beneficiar o Governo, para gerar dividendos, ou não, à Oposição. CPI não é palanque de exibição política, não pode ser usada para benefício ou prejuízo político deste ou daquele Partido. Sendo um instrumento de investigação, a CPI deve ser usada, independentemente das filiações partidárias dos seus membros, para se chegar à verdade dos fatos.

Toda vez em que se tenta transformar a CPI em palanque de exibição política, ela perde a credibilidade da sociedade. Na CPI não devem os Srs. Senadores trabalhar em função dos objetivos políticos próprios ou de seus Partidos. Deve a CPI conduzir-se com seriedade e isenção na busca da verdade, doa a quem doer, para que esses resultados tenham a necessária credibilidade da sociedade, que acompanha o nosso trabalho.

É com este pensamento, Sr. Presidente – sabedor de que uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem de fazer uma investigação pública, transparente, e receber as críticas construtivas da sociedade –, que tenho procurado conduzir-me e também os trabalhos da CPI; com isenção, com equilíbrio na busca da verdade, sem querer proteger esse ou aquele, sem querer fazer prejulgamento, e, principalmente, evitando que a Comissão Parlamentar de Inquérito seja usada por qualquer Partido político como palanque de exibição. A CPI não é para isso. Ela tem de fazer um trabalho sério de investigação. É nessa linha que estou conduzindo, nesses dias, o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, por todas essas razões, não tenho dúvidas de que esta é uma hora em que, na CPI, devemos ter menos discurso e mais trabalho. Há milhares de provas documentais a serem analisadas, contestadas e comparadas. Do resultado exaustivo desse trabalho poderemos ter um caminho mais curto em direção à verdade dos fatos.

Não tenho dúvidas de que as duas CPIs estão prestando um grande serviço à Nação, e também de que esses mesmos fatos, que estão sendo investigados pelas CPIs, se fossem colocados no leito normal de uma investigação policial, poderiam facilitar, e muito, a defesa de quem os praticou.

A CPI é o âmbito próprio para investigar temas complexos como esse, que não podem ser vistos apenas como um ato isolado. Têm de ser analisados pelo desejo da sociedade de mudar as relações do Banco Central com o sistema financeiro. Têm de ser analisados sob o clamor da sociedade, que deseja uma justiça mais ágil e efetiva.

É com esse pensamento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que tenho pautado o meu trabalho na Comissão Parlamentar de Inquérito. Todas as decisões desta Comissão, sem exceção, são tomadas democraticamente, pelo voto da maioria de seus membros. Sempre que possível – e isso vem ocorrendo com muita freqüência –, essas decisões têm sido unânimes e consensuais, porque, independentemente de suas filiações partidárias, cada um dos Senadores, de partidos da base do Governo ou da Oposição, tem se pautado na busca da verdade. Não é demais lembrar, por exemplo, Sr. Presidente, que as duas CPIs foram criadas por iniciativas de Parlamentares de partidos da base de sustentação do Governo.

É preciso esclarecer também – e sou testemunha disso – que o Governo não tem feito, por nenhum de seus membros, qualquer tipo de comentário ou de atuação que pudesse limitar o nosso tra-

lho na CPI. Primeiramente, não aceitariamos. Além disso, se há um mérito no Governo Fernando Henrique Cardoso, é o de não querer varrer lixo para debaixo do tapete. Problemas e impropriedades de 30 ou 40 anos estão sendo abertos ao exame da sociedade. Apenas desse modo, Sr. Presidente, ou seja, investigando com seriedade, chegando à verdade dos fatos, apontando os responsáveis e indiciando aqueles que eventualmente tenham agido de má-fé, mudaremos o estágio de desenvolvimento da nossa sociedade.

Estou convencido da importância das duas CPIs e da clareza dos seus trabalhos. Dessa maneira, com isenção e equilíbrio, pretendo continuar conduzindo, nesses dias, a CPI do Sistema Financeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

OF. Nº CE/10/99

Em 27 de abril de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1999, de autoria do Exmo. Sr. Senador Artur da Távola, que "Dispõe sobre a Criação do dia Nacional do Choro e dá outras providências", em reunião do dia 13 de abril próximo passado.

Atenciosamente, – Senador Freitas Neto, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente, terá, perante a Mesa, o prazo de cinco dias úteis para a interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, a fim de que seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 225, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, e dos arts. 74 a 76 do Regimento Interno, a criação de uma comissão temporária de estudo do cinema brasileiro, composta de nove integrantes, com o objetivo de, até 15 de dezembro do corrente ano, fazer estudo exaustivo da situação do cinema nacional, em todos os ângulos de sua atuação, e propor uma legislação específica de fomento a essa atividade.

Sala das Sessões, 10 de maio de 1999 – Senador Francelino Perelra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 6, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sras. e Srs. Senadores, que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6

DE 1999 – COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado

com o art. 338, II, do Regimento Interno, nos

termos do Requerimento nº 207, de 1999)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1998 –Complementar)

(Votação nominal)

Discussão, em turno único, Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999 – Complementar (nº 249/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição), tendo

Pareceres sob nºs:

– 178-A e 179, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara:

1º pronunciamento: favorável ao Projeto;

2º pronunciamento: favorável ao Projeto e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 89,

de 1998-Complementar, e da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), a ele oferecida, que tramita em conjunto;

– 180, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Pedro Piva, favorável ao Projeto, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1998-Complementar e da Emenda nº 1-CAE (substitutivo), a ele oferecida, que tramita em conjunto, com votos contrários dos Senadores Lauro Campos e Roberto Saturnino, e contrário, em separado, do Senador Eduardo Suplicy.

– 2 –

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89
DE 1998 –COMPLEMENTAR**
(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 207, de 1999)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999-Complementar)

(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1998 –Complementar, do Senador Romero Jucá, que modifica a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, tendo

Pareceres sob nºs:

– 668, de 1998, da Comissão de Assuntos Econômicos, 1º pronunciamento: Relator: Senador José Fogaça: favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo), que oferece;

– 179, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, pela prejudicialidade do Projeto e da Emenda nº 1-CAE (substitutivo), a ele oferecida, e favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999-Complementar, que tramita em conjunto; e

– 180, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, 2º pronunciamento, Relator: Senador Pedro Piva: pela prejudicialidade do Projeto e da Emenda nº 1-CAE (substitutivo), a ele oferecida, e favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999-Complementar, que tramita em conjunto.

– 3 –
REQUERIMENTO Nº 170, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 170, de 1999, da Senadora Marina Silva, solicitando,

nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 1999, de autoria do Senador Antero Paez de Barros, que introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o código Brasileiro de Telecomunicações, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

– 4 –

REQUERIMENTO Nº 173, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 173, de 1999, da Senadora Emilia Fernandes, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1996 (nº 420/95, na Casa de origem), que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo – GLP ou gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los e dá outras providências, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

– 5 –

REQUERIMENTO Nº 175, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 1999, do Senador Geraldo Althoff, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 1999, de sua autoria e outros senhores Senadores, que dá nova redação ao parágrafo 7º do art. 14 da Constituição Federal.

– 6 –

REQUERIMENTO Nº 176, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 1999, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 1999, de sua autoria, que dispõe sobre taxa de juros nos financiamentos de imóveis habitacionais e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 8 minutos.)

(OS 13034/99)

**ATA DA 50^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 7 DE MAIO
DE 1999**

(Publicada no Diário do Senado Federal de 8 de maio de 1999)

R E T I F I C A Ç Õ E S

No sumário da ata, à página nº 10692, 1^a coluna, no Item 1.2.6 -
Leitura de requerimento,

Onde se lê:

Requerimento nº 225, de 1999, ...

Leia-se:

Requerimento nº 224, de 1999, ...

.....

À página nº 10749, 2^a coluna, na leitura de requerimento de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 188, de 1999, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade da rotulagem de produtos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, e 216, de 1999, que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional, por versarem sobre matéria correlata,

Onde se lê:

REQUERIMENTO Nº 225, DE 1999

Leia-se:

REQUERIMENTO Nº 224, DE 1999

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 118, de 1999-SF "destinada a apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, fatos do conhecimento do Congresso Nacional, e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais, e de Tribunais de Justiça".

Ata da 9ª Reunião, realizada em 3-5-99

Aos três dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às onze horas e vinte e cinco minutos, na sala 2 da ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores Ramez Tebet, Paulo Souto, Carlos Wilson, Geraldo Althoff, José Agripino, Ney Suassuna, Maguito Vilela, Djalma Bessa, Amir Lando, Pedro Simon e Lúdio Coelho, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, fatos do conhecimento do Congresso Nacional, e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais, e de Tribunais de Justiça", presente também o Senhor Senador Eduardo Suplicy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Ramez Tebet, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica ao Plenário a presença do expositor, Juiz Floriano Vaz da Silva, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, convidando-o a tomar assento à mesa dos trabalhos. O Presidente procede a leitura dos expedientes recebidos, entre eles, o Ofício nº 193/99 – CCE, do Tribunal Superior de Justiça, datado de 29-4-99, subscrito pelo Dr. Antonio de Pádua Ribeiro – Relator, o Ofício nº 13/99-GM/MC, do Ministério das Comunicações, datado de 29-4-99, subscrito pelo Ministro Pimenta da Veiga, Ofício nº 418/99 do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, datado de 22-4-99, subscrito pelo Juiz Presidente José Maria Lucena, o FAX do Juiz Delvio Buffulin e o Ofício nº 352/JCDF da Junta Comercial do Distrito Federal, datado de 28-4-99, subscrito pelo Presidente Sr. Miguel Nabut, despedindo-o à Secretaria para autuação e posteriormente, dar vista ao Sr. Relator e depois aos demais membros da CPI. O Senhor Presidente, referindo-se ao convidado, informa ao Plenário que este, de própria vontade, declara estar presente à CPI como Testemunha e que o mesmo antecipou-se à CPI, entregando preenchido à Presidência o Termo de

Compromisso, procedendo a leitura do mesmo. O Presidente concede a palavra ao convidado para iniciar sua exposição, que agradece e cumprimenta aos membros da mesa e aos membros da CPI, pedindo licença ao Plenário para ler seus apontamentos no decorrer de sua explanação. Dando início a sua exposição, sua Excelência esclarece que a documentação comprobatória que está em seu poder será disponibilizada com cópia para a Comissão. Após as indagações do Relator, O Senador Ramez Tebet, de acordo com a ordem de inscrição, concede a palavra aos Senadores, Jefferson Peres, Maguito Vilela, Djalma Bessa, Lúdio Coelho, Geraldo Althoff, José Agripino, Carlos Wilson e Pedro Simon. O Presidente concede a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que cumprimenta aos membros da CPI e ao convidado. O Dr. Floriano, quando de posse da palavra, faz um apelo aos Poderes constituídos no sentido de salvaguardar a obra inacabada do Tribunal de São Paulo, evitando a deteriorização do prédio, de forma a liberarem verbas para a conclusão da obra, ou mesmo, decidindo pela conclusão da obra ou destiná-la para outros fins. A Presidência, atendendo ao Juiz Dr. Floriano, solicita a Secretaria oficializar ao Tribunal de Contas da União – TCU, através de seu corpo técnico, proceder levantamentos, formulando os seguintes questionamentos: 1) Aos Senhores Peritos – descrever o estado atual do Prédio em construção do Tribunal Regional do Trabalho do Estado da 2ª Região – São Paulo/SP; 2) Quais os riscos decorrentes da paralização das obras; 3) A construção está obedecendo ao Projeto de engenharia aprovado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, inclusive quanto aos materiais utilizados; 4) Podem os Senhores Peritos avaliar o custo da obra no estado que se encontra; 5) Quaisquer outros esclarecimentos, que possam elucidar a matéria e 6) O que se pode e deve ser realizado em caráter emergencial para evitar danos ao prédio e prejuízos ao erário público, observando que o mesmo deverá ser redigido no prazo de 48 horas, aguardando questionamentos dos Senadores da Comissão. O Presidente concede a palavra ao Senador Carlos Wilson, pela ordem, que sugere oficializar à Subsecretaria de Engenharia do Senado Federal, solicitando disponibilizar dentre o seu corpo técnico, um Engenheiro que possa acompanhar o levantamento dos técnicos do TCU, o Senador Ramez Tebet, informa que entrará em entendimento com o corpo técnico do TCU no sentido de realizarem em conjunto com o corpo técnico do Senado Federal a referida inspeção ao prédio do TRT/SP. A Presidência recebe a documentação que encontra-se com o Dr. Floriano, e o mesmo coloca-se à disposição da CPI quanto a disponibilizar outros e quaisquer documentos que forem solicitados pela CPI. Não havendo mais oradores

inscritos, o Presidente, solicita a permanência dos Senadores para proceder a leitura e votação dos Requerimentos. Em seguida, o Presidente, lê o Requerimento do Senador Carlos Wilson, solicitando a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico do Sr. Itagiba de Souza Toledo, membro da Comissão de Licitação do TRT/SP, que colocado em votação, é aprovado por unanimidade. Em seguida, a Presidência lembra que o Senador Jefferson Peres havia apresentado um Requerimento oral solicitando ouvir o Ministro Ademar Guise do TCU, sobre um Processo que sua Excelência é Relator naquele Tribunal. Em decorrência da ausência do autor do Requerimento o mesmo será apreciado na próxima reunião. A Presidência encerra a presente reunião, agradecendo a presença e esclarecimentos prestados espontaneamente pelo convidado, em seu nome e dos membros da CPI, proclamando que esta reunião foi uma das melhores sessões realizadas, demonstrando a sociedade brasileira o verdadeiro espírito de uma Comissão de Inquérito, trazendo a luz e elucidando as irregularidades e a partir dos fatos proceder a reparação dos danos causados ao erário público e a imagem das instituições. O Senhor Presidente procede a leitura da agenda para a próxima reunião, dia 4-5-99, às 10 horas, com o comparecimento, do Dr. Nicolau dos Santos Neto, conforme compromisso sob a fé do seu grau, na pessoa do seu advogado, Dr. Alberto Zacharias Toron. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calhão, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havia-
do número regimental, declaro aberta a 9ª reunião
desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da
ata da reunião anterior, realizada em 29 de abril, ou
se podemos considerá-la aprovada. (Pausa)

Atendendo a requerimento aprovado do Senador Lúdio Coelho, fica dispensada a leitura da ata da 8ª reunião.

Comunico que a presente reunião destina-se a
ouvir a exposição do Dr. Floriano Correa Vaz Da Silva,
atual Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Estado de São Paulo, a quem convido para
tomar assento à minha esquerda.

Sobre a mesa, expediente recebido do Super-
ior Tribunal de Justiça, que passo a ler.

OFÍCIO N° 193/9, 29 DE ABRIL DE 1999

Sr. Presidente, em atenção ao Ofício n° 30/99
– CPI Justiça, encaminho a V. Exª cópias autentica-

das dos processos deste Tribunal referentes ao TRT Paraíba, em andamento ou arquivados, conforme solicitado.

Informo que, de acordo com os andamentos processuais anexos, encontram-se no Ministério Públíco Federal os processos de **Ex verbis** n° 24, **Notícia Crimis** n°s 67, 68, 77, 78, 105, 108 e APN n° 115.

Os autos da **Notícia Crimis** n° 73 foram reti-
rados por peritos designados junto ao Departamento
da Polícia Federal para elaboração de laudo pericial.

Acompanha este expediente relação dos pro-
cessos encaminhados com o número de volumes e
apensos respectivos.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exª
protestos de apreço e consideração.

Ministro Antonio de Pádua Ribeiro.

Despacho o ofício à Secretaria, para autuação.
Em seguida, concedo vistas primeiramente ao Exmº
Sr. Relator e depois, em conjunto, aos demais mem-
bros da Comissão.

Sobre a mesa ofício recebido do Ministério das
Comunicações, que passo a ler.

OFÍCIO N° 13/99

Em cumprimento aos termos do Ofício n°
48/99, CPI – Justiça, dessa doura Comissão, recebi-
do em 27 do corrente, participo a V. Exª que este Mi-
nistério encaminhou à Agência Nacional de Teleco-
municações – Anatel, nesta data, os expedientes an-
tes mencionados para os fins requeridos, conforme
documento em anexo.

Estou despachando-o à Secretaria o Ofício n°
418, do corrente ano, do Tribunal Regional Federal
da 5ª Região, de Recife, datado de 22 de abril de
1999, em resposta ao Ofício n° 24/99, da CPI da
Justiça, de 20 de abril de 1999:

Tenho a honra de informar a V. Ex.ºs que os
autos da ação popular nele mencionada encontram-
se atualmente na 1ª Vara Federal da Paraíba, João
Pessoa, como dá conta a apensa certidão, firmada
pela Dr.ª Laís Patriota da Silva, Diretora da Secre-
taria da 1ª Vara.

É que a 2ª Turma deste Tribunal, ao julgar, em
17 de dezembro de 1996, apelação da sentença pro-
ferida naquela ação popular número 9108940, clas-
se 5.000, promovida por Benedito José da Nóbrega
Vasconcelos e outros contra a União, anulou o pro-
cesso por vício de citação, havendo então os autos
retornado à Primeira Instância, onde atualmente tra-
mitam.

Remeto a V. Exª cópia do acórdão atinente a
tal julgamento deste Tribunal.

Esclareço, por oportuno, que na 3ª Vara Federal da Paraíba, em João Pessoa, ainda corre um feito afim: a Ação Civil Pública nº 9316270, classe 1.000, promovida pelo Ministério Público Federal contra a União e outros – certidão junta.

Esta Comissão recebeu fax do Gabinete do Juiz Delvio Buffulin, datado de 29 de abril de 1999, nos seguintes termos:

Exmº Sr. Senador, objetivando a eliminação de qualquer dúvida ou suspeita que possa existir sobre a lisura dos atos praticados em nossa vida econômica e financeira, pública e privada, antecipando quaisquer providências nesse sentido, enviamos à V. Exªs cópias de nossas declarações de Imposto de Renda nos exercícios de 1984 a 1999, período correspondente à época em que assumi e exercei o cargo de juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Paralelamente a essa iniciativa, autorizamos irrestrictivamente esse Ministério Público a ter acesso incondicional ao nosso sigilo fiscal, às nossas contas bancárias no Brasil ou eventualmente no Exterior, ainda que, desde já, declaremos não as possuir em nossos nomes ou que contem com nossas assinaturas, devidamente autenticadas, assim como aos nossos cartões de crédito de quaisquer natureza e linhas telefônicas.

Aproveitamos o ensejo para deixar claro que essa mesma iniciativa está sendo tomada em relação aos Exmºs Srs. Membros do Ministério Público Federal, Dr. Pedro Barbosa Pereira Neto e Drª Maria Lúsa Rodrigues Lima Carvalho Duarte, Procuradores da República.

Acrescentamos que, além desta medida, comparecerei perante esta citada Comissão no próximo dia 6 de maio, a fim de esclarecer, de uma vez por todas, que as levianas e inconsequentes acusações de que tenho sido alvo pela mídia do País não encontram nenhuma subsistência fática ou jurídica.

Certos de que assim, agindo, estaremos colaborando com os Poderes constituídos na apuração das questões que nos envolvem e acabam por nos submeter ao crivo parcial da opinião pública, subscrivemos-nos, atenciosamente.

Está assinado por Delvio Buffulin, Vera Marques Buffulin, e há uma assinatura que não consigo identificar, de alguém que assina por Eventos Fazenda Limoeiro Sociedade Civil Ltda; parece idêntica à assinatura de Vera Marcondes Buffulin.

Ofício recebido do Presidente da Junta Comercial do Distrito Federal, Miguel Nabuto(?) (?), de 28 de abril, nos seguintes termos:

"Sr. Presidente da Comissão, em atenção ao Ofício, de V. Sº, nº 60, do corrente ano, CPI Justiça, de 27 de abril de 1999, informamos que não foram encontradas empresas registradas na Junta Comercial do Distrito Federal em nome de Nicolau dos Santos Neto e José Eduardo Correa Teixeira Ferraz, conforme certidão de nada consta expedida pela Junta Comercial do Distrito Federal."

Informamos ainda que a Construtora Ikal Ltda., cuja sede é São Paulo, tem registrada na Junta Comercial do Distrito Federal uma filial da empresa, tendo como sócio Fábio Monteiro de Barros Filho."

Antecipando-se a esta Comissão, o Dr. Floriano acaba de nos entregar termo de compromisso, que leio:

Nome completo: Floriano Correa Vaz da Silva.

Idade: 65 anos.

Nascido em 22 de março de 1934.

CPF: 000.265.229-34.

Estado Civil: casado em segundas núpcias.

Residência: Rua Sócrates, nº 409, apartamento 103, Bairro Santo Amaro, São Paulo – Capital.

Profissão: Magistrado. Juiz togado vitalício, desde 14 de março de 1961.

Exerce sua atividade no Tribunal Regional do Trabalho, 2ª Região.

Declara não ser parente, em nenhum grau, de parte envolvida, ao menos das pessoas que tenham ouvido seus nomes mencionados.

Declara comprometer-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade em relação ao que souber e ao que lhe for perguntado.

Dr. Floriano, V. Exª declara aqui comparecer como testemunha, na qualidade de atual Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região de São Paulo.

É praxe, nas Comissões Parlamentares de Inquérito do Senado, conceder a palavra ao depoente, a fim de que V. Exª possa tecer as primeiras considerações. Logo a seguir – V. Exª também tem conhecimento –, a palavra ficará franqueada por ordem de inscrição aos Srs. Senadores, após o pronunciamento do Sr. Relator, para que V. Exª responda às perguntas que lhe forem formuladas.

Assim, concedo-lhe a palavra para a sua exposição.

O SR. FLORIANO VAZ CORREA DA SILVA -

Sr. Senador Ramez Tebet, Presidente da CPI do Judiciário, que tão bem representa o Mato Grosso do Sul, Sr. Senador Paulo Souto, Relator desta Comis-

são, que bem representa o Estado da Bahia, Sr. Senador Carlos Wilson, Vice-Presidente, digno representante do Estado de Pernambuco, Sr. Senador José Agripino, que aqui tão bem representa o Estado do Rio Grande do Norte, Sr. Senador Maguito Vilela, ilustre representante do Estado de Goiás, Sr. Senador Geraldo Althoff, que tanto tem colaborado com esta Comissão e que tão bem representa o Estado de Santa Catarina, Sr. Senador Jefferson Péres, eminente representante do Estado do Amazonas e dos mais atuantes Parlamentares – como também os demais –, Sr. Senador Djalma Bessa, que representa tão bem o Estado da Bahia, Sr. Senador Lúdio Coelho, que há anos milita na vida pública no Mato Grosso e naturalmente agora no Mato Grosso do Sul, Srs. Parlamentares, Srs. jornalistas, Senhoras e Senhores, tenho algumas anotações, não me vou cingir apenas a elas; mas peço licença, nesta exposição inicial – que, como disse o Senador Ramez Tebet, é praxe que seja feita pelos convidados e convocados –, para basear-me, se me permitem, por enquanto, para depois então responder às indagações que me forem feitas.

Convidado pelos ilustres Srs. Senadores Ramez Tebet, Presidente, Carlos Wilson, Vice-Presidente, Paulo Souto, Relator e pelo eminentíssimo Senador Geraldo Althoff, compareço a esta audiência pública para prestar depoimento e trazer esclarecimentos do modo mais franco e amplo possível. É desnecessário dizer que, como Presidente do Tribunal – e agora como testemunha – devo depor sobre os fatos, não me cabendo atacar nem defender quem quer que seja.

Aqui hoje, neste momento, Srs. Senadores, não exerço – é claro – aquela missão precípua do magistrado, que é a de julgar. Aqui, agora, estou como administrador e como Presidente, já que exerço a Presidência do Tribunal no mandato iniciado – relativamente há pouco tempo – em 15 de setembro de 1998. Repito: cabe-me apenas prestar esclarecimentos e colaborar com a Comissão Parlamentar de Inquérito e não, evidentemente, absolver ou condenar qualquer pessoa. Esse papel será desempenhado por outras autoridades na hora oportuna.

As Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, nos exatos termos do § 3º do art. 58 da Constituição, podendo convocar até Ministros de Estado e, portanto, solicitar, convidar ou convocar quaisquer autoridades – como está dito na Constituição, na Lei 1.579/52 e no Regimento Interno do Senado –, seja do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário.

Desde já esclareço e informo que os detalhes que não puder dar nesta exposição feita agora, ou por falta de tempo, ou por falha de memória, ou por eventual desconhecimento de minha parte, todos eles, poderão ser fornecidos aos Srs. Senadores da seguinte forma – é uma forma até exemplificativa que não exclui outras maneiras de colaboração com a Comissão Parlamentar de Inquérito –: primeiro, através da entrega de documentos, hoje mesmo, de alguns documentos, e de outros documentos que vierem a ser solicitados nos próximos dias, nas próximas semanas até o fim dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Posteriormente, pode haver também – não sei se será necessário, mas os Srs. Senadores Ramez Tebet, Carlos Wilson, Paulo Souto e também Senador Geraldo Althoff, que lá estiveram, com exceção do Senador Ramez Tebet, que estiveram visitando as obras – podem, evidentemente, enviar, caso queiram ou caso achem necessário, algum técnico, algum engenheiro, algum perito para examinar a obra novamente. Uma coisa é fazer uma visita para nós, que somos quase todos leigos nesses assuntos de engenharia de construção, e outra coisa seria enviar técnicos da confiança da Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar exaustivamente tudo o que foi feito e tudo o que ainda não o foi.

Sugiro também a possibilidade ou, pelo menos, deixo em aberto, a possibilidade de que venha a ser prestado depoimento, por exemplo, pelo Diretor Administrativo do TRT da 2ª Região, que aqui está presente, César Augusto Gilii, que recentemente foi também designado por mim para ser membro da Comissão do Tribunal que acompanha esse assunto, desde que tomei posse, e que, certamente, teria condições de prestar muitas informações se a Comissão entender necessário.

Feito esse intróito, Srs. Senadores, eu vou procurar começar do começo, ainda que de maneira tão lacônica quanto possível, porque também não poderia correr o risco de cansá-los demasiadamente.

Em janeiro de 1992, foi realizada uma licitação na modalidade 'concorrência pública', na forma do Decreto-lei 2.300/86, para aquisição de um imóvel pronto, em construção ou a construir, para instalação de 79 Juntas de Conciliação e Julgamento e posterior ampliação para mais 32 Juntas.

No dia 14 de janeiro – e quase tudo que digo aqui está comprovado em documentos oficiais, pois estou me cingindo basicamente, essencialmente, a documentos oficiais, inclusive publicações no Diário Oficial e Atas de Sessões e de outros documentos

que existem no Tribunal –, conforme Ata de Sessão Administrativa Ordinária, sob a presidência do então Juiz Nicolau dos Santos Neto, este Sr. Juiz apresentou ao Órgão Especial os nomes por ele escolhidos para que compusessem a comissão da construção do fórum trabalhista. Os nomes eram do ilustre Dr. Juiz Zamil Zantut e dos funcionários Itagiba Souza Toledo e Orlando Apuene Bertão, sob a presidência do primeiro, constando da Ata a expressão 'designação feita pela Presidência'.

Quero esclarecer, desde já, que, naquele mês de janeiro de 92, estava em gozo de férias, esse assunto não constava de pauta e eu, por isso, não compareci à sessão. Além disso, quero consignar também que a Srª Juíza Lillian Ottobrini Costa, que estava presente, fez ponderações contrárias; foi a única voz que se levantou claramente depois de feita aquela designação, aquela determinação do Presidente do Tribunal, que fez ponderações contrárias à publicação feita – estou lendo agora um trecho que consta da Ata.

O SR. MAGUITO VILELA – Qual é o nome da juíza, por favor?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Drª Lillian Ottobrini Costa. Ottobrini, nome italiano, com dois têns; e Lillian com dois eles.

O SR. MAGUITO VILELA – A única voz contrária?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – De início; foi a primeira, foi a primeira. Eu retifico para dizer que foi a primeira voz contrária. Ela fez ponderações contrárias à publicação feita, por este Regional, de concorrência pública, para compra ou construção do prédio, alegando S. Exª, entre outras coisas, que as verbas alocadas a este Regional pelo Tesouro deveriam ser utilizadas apenas na construção do prédio, devendo o tribunal insistir na cessão graciosa do terreno, porque havia tratativas com a Prefeitura Municipal e com órgãos públicos de cessões graciosas, gratuitas de terreno. Então, ela insistia: por que comprar um terreno se há possibilidade de se obter da Prefeitura – na verdade era principalmente a Prefeitura –, por que se comprar um terreno, se a Prefeitura pode nos dar um terreno? Podemos conseguir uma doação. Não uma doação espontânea, mas, por meio de gestões, de conversações. E ela própria, aliás, tinha colaborado nesse sentido.

Lembrou ainda a mencionada juíza que qualquer decisão deveria ser ponderada, nítida e transparente, afirmando que o tribunal poderia vir a ser alvo de manifestações da Imprensa, pois os prazos do edital eram exígues. Sugeriu então a ilustre juíza

Drª Ottobrini que – este trecho entre aspas está na ata, evidentemente – "se suspendessem os efeitos do edital já publicado e que fosse designada uma comissão integrada pelos cinco juízes mais antigos do tribunal que reexaminaria tanto o processo de cessão de terreno da Prefeitura, quanto a licitação para construção do novo prédio."

Essas ponderações foram rejeitadas *in limine* pelo Presidente Nicolau dos Santos Neto, mas houve duas vozes, das que estavam presentes, que se levantaram – por isso a retificação, em face da pergunta do Senador Maguito Vilela –; duas vozes se levantaram: o Juiz Valentim Carrion, hoje Vice-Presidente Judicial do Tribunal – no final já de uma longa e brilhante carreira, porque está se aproximando aos poucos daquela idade limite, como nós todos, aliás –, e outro juiz, dos mais antigos, que tinha sido Presidente, o Dr. Albert Almeida de Carvalho. Pelo que consta da ata, foram esses que se manifestaram contrariamente àquela maneira como as coisas estavam começando.

No dia 25 de fevereiro de 1992, houve abertura das propostas pela comissão de licitação – que é a comissão anteriormente mencionada –, com habilitação de três empresas. A primeira habilitada era o Consórcio Grupo Ok de Construções e Incorporações S.A. e Construtora Augusto Veloso S.A. Grupo Ok e Augusto Veloso. Segunda: Empreendimentos Patrimoniais Santa Gisele Ltda. Terceira: Incal – vejam o nome, por favor, porque há mais de uma Incal – Indústria e Comércio de Alumínio Ltda.

Alguns dias antes, naquele ano de 1992, havia sido feita uma coalizão – que vou mencionar rapidamente a seguir, daqui a pouco – entre Fábio Monteiro de Barros e a Incal – a Incal, repito, Indústria e Comércio de Alumínio Ltda. E dessa coalizão entre Monteiro de Barros e Incal resultou a criação de uma nova empresa com o nome de Incal Incorporações S.A. Mas quem concorreu e veio a ganhar foi a Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda.

As empresas qualificadas no dia 9 de março de 1992 foram: Consórcio Grupo Ok de Construções e Incorporações S.A. e Construtora Augusto Veloso S.A., e Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda. Posteriormente, talvez por questões que não sei explicar bem de número de pontos – muito próximas, aliás, uma da outra –, a questão do preço, etc., foi declarada vencedora a empresa Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda. E já constou na declaração a expressão – está entre aspas porque constou lá – "através de sua subsidiária Incal Incorporações S.A."

Essa proposta vencedora se referia a um imóvel pronto, com assistente de terreno e edifício, en-

tregue "chaves na mão" no sistema de preço fechado: valor fixo para a entrega do imóvel pronto e acabado, a ser pago em parcelas, pelo preço, naquela época (1992), de R\$150.252.480.000,00, o que seria, em números redondos, 150 bilhões, em dólares, segundo as informações que me foram passadas, equivaleria a US\$139.200 milhões. No dia 31 de março – uma data fácil de memorizar –, no dia 31 de março de 1992, o Presidente Nicolau dos Santos Neto*, que ainda continuava na presidência – ficou nesse cargo de 15 de setembro de 1990 até 15 de setembro de 1992, –, concretizou a adjudicação à Incal Incorporações S.A, que resultou da tal coalizão entre o grupo Monteiro de Barros e a Incal Alumínios S.A, coalizão essa ocorrida já durante a licitação, ou depois, durante o procedimento ocorrido em 19 de fevereiro de 1992. E aí então aparece uma terceira empresa, porque a Incal Incorporações entregou a construção para uma empresa criada chamada Construtura Ikal. Então, nós temos aí três empresas distintas, mas todas do mesmo Sr. Fábio Monteiro Barros.

No dia 10 de abril de 1992, foi assinado um instrumento particular de recibo de sinal e princípio de pagamento e garantia de direitos e obrigações. Consta desse documento um ajuste quanto aos prazos referentes à obra, prazos que passariam a ser contados a partir do integral pagamento da parcela referente à entrada, dividida em dez prestações, sendo que a última seria paga em 30 de julho de 1993.

No dia 14 de setembro de 1992, consta...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Apenas um instante. Só para um esclarecimento. Parece que houve um documento particular...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Recibo de sinal e princípio de pagamento e garantia dos direitos e obrigações. Não sei se foi levado a um cartório de títulos e documentos, mas não era escritura pública; era um instrumento particular, segundo as minhas anotações. Evidentemente, eu só soube disso recentemente. Estou baseando nas informações que recebi.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a chegou a ver esse documento?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Esse documento está à disposição da Comissão. Eu posso, se V. Ex^a me permitir, indagar do assessor se nós trouxemos esse documento conosco ou se está no Tribunal. Eu creio que está no Tribunal esse documento. Está no tribunal com certeza. Há uma documentação imensa. Nós trouxemos apenas uma pequena parte.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a não se lembra se no verso desse documento consta qualquer carimbo, qualquer timbre, que mostre ele tenha sido passado em um cartório competente?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – No momento, Senador Ramez Tebet, eu ignoro isso, mas esse documento poderá chegar a esta Comissão nas próximas horas, caso não o tenhamos trazido, e creio que não o trouxemos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o valor do documento, qual era?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – O valor do documento está aqui em minhas anotações. Eu também não tenho, Senador, esse valor exato. Mas isso é fácil, porque nós temos condições de mandar uma cópia ou por fax ou por Sedex ou até por portador, se for o caso.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, pela ordem. Esse documento é da maior importância para todos nós. V. Ex^a poderia pedir ao eminente Presidente que solicitasse ao assessor que providenciasse a vinda desse documento ainda hoje, talvez agora, por fax.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Como eu antecipei, Senador Maguito Vilela, creio que no final do depoimento, porque outras dúvidas semelhantes a essa poderão surgir. E no final deste depoimento, daqui mesmo do Senado, nós podemos telefonar, a fim de que seja remetido o documento por fax. Creio eu que não haverá maiores dificuldades, em face da urgência lembrada pelos Srs. Senadores.

Apenas em 14 de setembro de 1992, por coincidência o último dia do mandato do Juiz Nicolau dos Santos Neto na presidência, a empresa celebrou com o Tribunal Regional do Trabalho uma escritura, e aí, sim, uma escritura de compromisso. Não era a escritura definitiva. Era uma escritura de compromisso. Promessa, portanto, e não escritura definitiva. Compromisso de venda e compra do imóvel que havia recentemente adquirido – pelas informações que recentemente chegaram ao nosso conhecimento – por um preço bem inferior. Comprou por determinado preço e vendeu por um preço bem superior. E eu não tenho aqui os valores, mas podemos obtê-los hoje mesmo.

O SR. CARLOS WILSON – O senhor sabe de quem era esse terreno?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Eu não me lembro os nomes. Era uma empresa que vendeu para outra empresa, que vendeu para outra empresa. Confesso que não tenho esses dados em mãos. Como disse no início, as falhas de memória e

o meu desconhecimento serão supridos por informações em outros depoimentos e em documentação que se pode conseguir facilmente.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer um detalhe. O contrato inicial não previa o imóvel pronto e acabado com a entrega da chave?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – É o que previa.

O SR. AMIR LANDO – E por que essa variação da aquisição do terreno? Ninguém dá o prédio pronto, se não tiver o terreno. É a empresa que compra.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – O certo, Senador Amir Lando, parece-me – não sou especialista nesses assuntos, evidentemente –, seria, primeiro, uma aquisição do terreno pelo Tribunal. O Tribunal escolheria ou ganharia, porque tinha condições de ganhar um terreno de graça. Primeiro, obter o terreno, seja por doação, seja por compra. Depois de o terreno adquirido, fazer a licitação para escolher quem iria construir. Isso, evidentemente, seria o correto.

O SR. AMIR LANDO – Senão, a licitação teria de envolver terreno e construção, o principal e o acessório.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Claro, realmente...

O SR. AMIR LANDO – Envolveu?

O SR. PAULO SOUTO – A licitação previa a compra do terreno, a empresa teria de apresentar o terreno ao Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Floriano, quer dizer que o Tribunal sabia que queria uma sede, mas, no caso de construção, não tinha nem o projeto da sede.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Na época, quem sabia tudo não eram os juízes do Tribunal na sua maioria; na época, era apenas um pequeno grupo, aliás, até recentemente, que sabia desses detalhes. Houve, naquela ata de janeiro de 1992, que já mencionei, uma justificada divergência da Drª Otobrini, do Dr. Carvalho, do Dr. Carrion. E se essa divergência tivesse sido acatada pela maioria ou pelo então presidente, é claro que teria evitado tudo isso que agora vemos como começou.

Então, Srs. Senadores, voltando ao ponto em que eu me encontrava, apenas em 14 de setembro de 1992, o último dia do mandato do juiz Nicolau, já que no dia seguinte ele iria passar a presidência para o outro presidente eleito, foi celebrada a escritura de compromisso de compra e venda do imóvel

que havia, recentemente, sido adquirido pela empresa, por um preço bem menor, como eu dizia.

Tomando posse o novo presidente no dia 15 de setembro de 1992, no dia 16 de setembro de 1992, pela Portaria GP 03/92 – tenho esse documento aqui – publicada no **Diário Oficial** de 18 de setembro de 1992, o novo presidente, o juiz Dr. Moro, portanto no início de seu mandato, constituiu o documento que está no **Diário Oficial**, constituiu uma nova comissão da construção do fórum trabalhista de primeira instância da cidade de São Paulo, designando para presidente o juiz Nicolau, que acabava de deixar a presidência do Tribunal, e como membros o juiz Jamil Zantut, que continuava no Tribunal naquela época, e o Diretor-Geral do TRT e funcionário Itagiba Souza de Toledo. A partir desse momento, o presidente, que tinha deixado a presidência do Tribunal, passou, desde então, a ser o presidente da comissão da construção.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Qual foi o presidente que designou a nova comissão?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Pelo que está no **Diário Oficial**, posso conferir depois, o novo presidente que assumiu naquela data, o Dr. José Víctorio Moro, que assinou a portaria de designação da nova comissão.

O SR. DJALMA BESSA – O senhor pode esclarecer? Quer dizer que o Tribunal comprou um prédio sem saber onde ele estava localizado?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Naquela altura, em setembro de 1992, não, parece que já havia, salvo engano, a previsão da localização. Já havia a previsão da localização no bairro da Barra Funda, e creio que já havia a previsão de que seria aquele terreno. Talvez a empresa, não sei, tivesse uma promessa de compra e venda particular daquele terreno, e seus detalhes eu não sei, realmente; há detalhes que, confesso, realmente, não sei. Mas o fato é que já havia uma previsão de que seria ali na Barra Funda. Por que na Barra Funda? Porque a Barra Funda fica... É um bairro onde estão os entroncamentos ferroviários, metrô, linhas férreas para o interior, linhas de ônibus. A Barra Funda, aliás, é o bairro onde está sendo construído o fórum criminal. Havia uma razão para a escolha da Barra Funda. Já havia o conhecimento de que deveria ser na Barra Funda.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, só para solicitar uma informação ao Dr. Floriano.

Eu gostaria de saber, Dr. Floriano, se antes do período em que o Dr. Nicolau dos Santos Neto era o

Presidente do Tribunal, até o dia 15 de setembro, havia uma comissão de construção ou não. Ou essa comissão só começou a existir depois da saída dele?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Senador Geraldo Althoff, eu tinha dito que, naquele dia de janeiro de 92, o Juiz Nicolau apresentou ao órgão especial os nomes por ele escolhidos para que participassem da comissão, que seria de licitação e construção. O que eu já havia mencionado no início, Senador: Juízes Jamil Zantut, funcionário Itagiba Souza de Toledo e o funcionário Orlando Apuene Bertão. No momento em que ele assume a Presidência, há uma mudança na composição. Sai o Bertão, o Itagiba continua, e a Comissão fica sendo Dr. Nicolau, Dr. Zantut e Itagiba Souza de Toledo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quer dizer que na segunda comissão só mudou o Presidente, porque ele, Juiz Nicolau, passou a ser o Presidente. Os outros dois membros, o Itagiba e o outro, permaneceram.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Não, um saiu. Como saiu, Senador Ramez Tebet; o Orlando Apuene Bertão ficaram sendo o Juiz Nicolau, o Juiz Jamil e o Dr. Itagiba Souza de Toledo, Diretor-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, pode prosseguir.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Pouco depois, quer dizer, alguns meses depois, poucos meses depois – essa é uma data que considero de grande importância para tentar entender essa história –, no período de 26 de outubro de 92 a 13 de novembro de 92, portanto poucos meses depois desse último fato aqui, da nova comissão, etc., foi realizada, e muito bem realizada, uma auditoria pelos auditores, pelos funcionários da Inspetoria do Tribunal de Contas da União, em São Paulo – a Inspetoria, em São Paulo, antigamente se chamava Delegacia, Delegação; hoje, não sei o nome, Delegacia ou Inspetoria do TCU –, muito bem feita, e esses Inspetores da Delegacia do TCU, em São Paulo, ao concluírem os seus trabalhos propuseram, vejam bem, isso ocorreu em 1992,...

O SR. PAULO SOUTO – No início da obra.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – No início da obra, exatamente.

O SR. PAULO SOUTO – A obra nem havia começado.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – ...nem havia começado, ou estava começando, agora não tenho certeza, acho que nem tinha começo-

do, propuseram a anulação da concorrência, com a consequente devolução de todas as parcelas pagas até então e a aplicação das penalidades legais cabíveis. Por quê? Porque os Srs. Inspetores da Delegacia do Tribunal de Contas da União encontraram, na sua auditoria bem feita, repito – se não tivesse sido bem feita, não teria encontrado o que encontrou –, o seguinte: julgamento, pela própria comissão de licitação, dos recursos interpostos pelo Consórcio Grupo OK, Augusto Veloso; recurso administrativo, não judicial, evidentemente; inexistência de projeto básico previamente aprovado por autoridade competente; habilitação indevida de uma empresa chamada Incal – Indústria e Comércio de Alumínio Ltda –, segundo concluíram; adjudicação a uma outra empresa, Incal Incorporações S.A, como disseram eles, uma empresa terceira estranha ao procedimento licitatório, em resumo, ganhou quem não participou, ou ela não participou e ganhou; e, depois, adjudicação a uma empresa que, naquela época da licitação, ainda não detinha a propriedade do terreno. Finalmente, inexistência de cláusula contratual estabelecendo a data de início e as etapas de conclusão e da entrega da obra.

Além dessas graves irregularidades apontadas pela Delegacia do Tribunal de Contas da União, em São Paulo, outros pareceres solicitados pelo mesmo Tribunal confirmaram aquilo tudo e ainda disseram que havia uma descrição vaga, no edital, do objeto da licitação, uma realização de concorrência sem a existência de um projeto prévio, a adjudicação a uma empresa que não havia comprovado capacidade econômico-financeira, inobservância do Decreto-Lei 2386, quanto à licitação de obras de engenharia.

Na época, a empresa apresentou defesa alegando que teria sido contratada – estou resumindo, é claro – para aquisição de um prédio pronto, e que envolveria apenas um contrato com empresa privada, entre o Tribunal e a construtora, como se fosse possível contrato de uma empresa privada com o Tribunal. Evidentemente, essa argumentação não poderia ter sido acolhida, porque a construção dependia, evidentemente, dos recursos do órgão contratante, o que descharacteriza a tese da defesa.

Então, digo o seguinte nas minhas anotações, Srs. Senadores: apesar de tudo isso, o processo ficou no Tribunal de Contas da União durante alguns anos, e, apenas no final de 1996, o Tribunal de Contas da União chegou à conclusão de que a obra deveria prosseguir, porque a essa altura já havia sido iniciada. O tempo foi passando, passando, e a obra foi sendo iniciada. O Tribunal de Contas da União, depois de todos esses anos, concluiu pelo prosse-

guimento da obra, tendo em vista o estado adiantado da construção, e não é preciso lembrar, aqui no Senado, que o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Por recomendação ou sugestão do Tribunal de Contas da União, em maio de 1993, sob a Presidência do Juiz Moro, ocorreu a contratação, pelo Tribunal, do engenheiro Antônio Carlos da Gama e Silva, para o acompanhamento da evolução da obra.

De abril de 1992 a julho de 1993, as parcelas relativas ao pagamento da entrada, correspondentes a 23,7% do preço total, foram pagas antes mesmo do início das obras, que só começaram em 1993.

Em 21 de outubro de 1994, um terceiro Presidente, o Dr. Rubens Aidar, assinou o primeiro aditivo, apenas de prazo, que estabelecia novos prazos para pagamento e conclusão da obra.

Em 21 de novembro de 1994, pouco depois do início do seu mandato – porque o mandato do Juiz Aidar teve início no dia 15 de setembro de 1994 – S. Ex^a assinou a Portaria GP nº 38/94, que foi publicada no *Diário Oficial* de 1º de dezembro de 1994 e que alterou a Portaria anterior, nº 03/92. Também constituiu uma nova Comissão, Srs. Senadores, que mantinha ainda na presidência o Juiz Nicolau dos Santos Neto, e constavam como novos membros dois juízes: o juiz togado, de carreira, Dr. Décio Sebastião Daidone e o juiz classista, Dr. Sérgio Prado de Melo. Assim, embora houvesse mudança de dois membros na composição, a presidência continuou nas mesmas mãos de quem já a detinha.

Em 25 de setembro de 1996, já no início da presidência do Juiz Dr. Delvio Buffulin, foi então assinado um segundo aditivo, também relativo apenas a datas, em que foram repactuadas as datas de pagamento, por causa de atraso – pelo menos foi o que se dizia, e parece que realmente havia esse problema –, por causa de atraso nas liberações de verbas.

Há um documento, que não diz respeito diretamente a essa história, ou melhor, ao núcleo da história, que é a licitação, a construção, mas que, a meu ver, tem relação direta com o assunto e vou pedir permissão para ler um trecho desse documento.

No dia 7 de outubro de 1996, o Dr. Nicolau dos Santos Neto, em nome da Comissão da Constituição do Impedimento do Fórum Trabalhista da Cidade de São Paulo, forneceu a essas empresas – Ikal, Incal – um atestado, dando ao documento a seguinte redação:

"Para os fins de participação em licitações promovidas pelos governos federal, estadual e municipal, órgãos integrantes de administração pública di-

reta e indireta, sociedade de economia mista e empresas públicas ou privadas, multinacionais e fundações de previdência privada... – a seguir ele dizia – ... a empresa construtora Incal Ltda, com sede a rua tal..., como contratada da Incal Incorporações S. A., vencedora da Concorrência Pública nº 0192, está executando as obras do empreendimento denominado Fórum da Justiça Trabalhista da Cidade de São Paulo, com duração de 40 meses, situada à Av. Marquês de São Vicente, Bairro da Barra Funda, São Paulo, com terreno de 12.500 m²., área de 86 mil metros quadrados – não sei como 86 mil metros quadrados –, aprovado pela Prefeitura do Município de São Paulo e a área equivalente para construção de 176 mil metros quadrados, distribuídos em dois edifícios interligados – até hoje não estão interligados – por rampa de acesso, com dezenove pavimentos, praça central no térreo, quatro subsolos para estacionamento de 1525 veículos, edifício anexo em dois pavimentos para atendimento da creche – com explicação para que serviria a creche –, jardim arborizado com área de 5 mil metros quadrados."

Ele disse que estava construindo, mas, realmente, essa construção nunca foi concluída.

Após descrever o impedimento, ele atestou também "que os serviços e obras executados estão em conformidade com os projetos, memoriais, especificações técnicas e cronograma preestabelecido e obedecendo a toda legislação e normas técnicas pertinentes, tendo como responsável técnico o Engenheiro Dr. José Carlos Zacarais, portador do Crea nº tal".

No final, S. Ex^a colocou no seu atestado, longo, de duas páginas, o seguinte: "O relacionamento entre este Tribunal e a devida empresa tem sido do mais alto nível, nada tendo ocorrido que a desabone".

Em dezembro de 1996, o Dr. Delvio Buffulin tomou a providência da maior importância, da maior necessidade e que até então não tinha sido tomada. Ele providenciou a lavratura da escritura definitiva do terreno, porque até então só havia o compromisso. Já tinha sido assinado a escritura, mas não tinha sido assinada a escritura definitiva. Só em dezembro de 1996 foi finalmente assinada a escritura definitiva do terreno, naquele início de mandato do novo presidente, Dr. Delvio Buffulin.

Em maio de 1997 – essa data também é importante –, houve instauração do inquérito civil público, pelo Ministério Pùblico Federal. Isso decorreu de uma iniciativa de um ilustre parlamentar que esteve aqui recentemente nesta Comissão. Essa instauração do inquérito civil público, pelo Ministério Pùblico

Federal, decorreu de uma representação feita pelo Deputado Federal Giovanni Queiroz – que há poucos dias compareceu a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e, ao que me parece, pela leitura de jornais, teria prestado grandes e importantes esclarecimentos. O que se vê não só de noticiário de jornais, mas inclusive de colunas de jornalistas políticos, especializados na vida política do país, salienta o papel importante desse Deputado, que nem é de São Paulo, não o conheço, e nem me lembro agora de que Estado ele é.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Do Pará.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Estado do Pará, Estado do Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Não. O meu é do Amazonas. Mas é vizinho.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Desculpe. Afinal o Grão Belém do Pará já foi a cabeça de toda aquela região.

Em 19 de dezembro de 1997 foi assinado um terceiro aditivo também só relativo a prazo, fixando um novo prazo para o término da obra. Prorrogando-se, portanto, o prazo, que era até 31 de dezembro de 1997 para 31 de dezembro de 1998. Em 17 de junho de 1998, houve finalmente, Srs. Senadores, um quarto aditivo, está entre aspas o início porque é o que consta lá. Esse quarto aditivo, pelo que consta dele, restabelece o equilíbrio econômico-financeiro por meio de escritura pública rerratificada em 15.07.1998, prorrogando o prazo de conclusão das obras para 04.04.99 esta última prorrogação.

Tal aditivo, lembro esse ponto que é importante, explica pelo menos em grande parte ou explica, talvez, em grande parte, essa assinatura pelo Juiz Buffulin. Tal aditivo teve a prévia aprovação da Presidência do colendo Tribunal Superior do Trabalho, como se vê do ofício que foi assinado pelo então Presidente do TST, Ministro Hermes Pedro Pedrassani.

Depois de tal aprovação assinada pelo Ministro Pedrassani, o Juiz Buffulin assinou o quarto aditivo. O valor total desse aditivo, já agora na moeda atual, em reais, foi de R\$36.931.901,10 (trinta e seis milhões, novecentos e trinta e um mil, novecentos e um reais e dez centavos), sendo R\$34.088.831,11 (trinta e quatro milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e um reais e onze centavos) referentes ao reequilíbrio e R\$2.843.030,09 (dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trinta reais e nove centavos) referentes ao saldo pendente da sétima parcela.

Outra data importante nessa história, Srs. Senadores, é a data de 31 de julho de 1998, porque ocorreu o ajuizamento pelo Ministério Público Fede-

ral, a Procuradoria da República no Estado de São Paulo, perante a 12ª Vara Cível Federal, de uma ação cautelar visando a suspensão dos pagamentos à Incal. O Sr. Juiz – o nome não havia anotado, mas me lembro bem. Bom, são dois os juízes que atuam na 12ª Vara Federal, ambos notáveis juízes, que estão agindo com a maior correção possível, o Dr. Pedro Paulo Lazarano e o Dr. Pedro Mota. Um desses dois, agora estou na dúvida, concedeu a liminar e, nessa ocasião, já havia sido paga a parcela prevista para o ato de assinatura da escritura de rerratificação, dez milhões. Quando ele concedeu a liminar, já havia sido feito esse pagamento de uma parcela grande de R\$10.639.770,91 (dez milhões, seiscentos e trinta e nove mil, setecentos e setenta reais e noventa e um centavos) e também já tinha sido paga a parcela prevista para o dia 04 de julho de 1998, R\$2.352.357,69 (dois milhões, trezentos e cinqüenta e dois mil, trezentos e cinqüenta e sete reais e sessenta e nove centavos).

Vejam V. Ex's que a parcela que venceu logo depois, em 4 de agosto de 1998, não foi paga. O Juiz Buffulin acatou de imediato, integralmente, a determinação judicial e não pagou a parcela vencida em 4 de agosto de 1998 e não pagou, evidentemente, as parcelas posteriores, cumprindo a decisão judicial.

Em agosto de 1998, houve – antes era a cautelar – o ajuizamento da ação civil pública que está em andamento na 12ª Vara Cível, com pedido de medida cautelar e tutela antecipada. O elenco dos réus, Srs. Senadores, que também consta de documentação e vou ler o elenco, que não é dos menores.

Réus: Dr. Nicolau dos Santos Neto, Engenheiro Antônio Carlos da Gama e Silva, Empresa Incal Incorporações Sociedade Anônima, Empresa Monteiro de Barros Investimentos S. A., empresário – pessoa física não é? – Fábio Monteiro de Barros Filho, empresário José Eduardo Ferraz, empresa Construtora Incal Ltda, empresa Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda e também foi arrolado como réu o Dr. Delvio Buffulin.

Vejam que são várias empresas, todas dos mesmos proprietários, basicamente, ao que parece, duas pessoas, Fábio Monteiro de Barros Filho e José Eduardo Ferraz, e, também, um ex-juiz, porque a essa altura dos acontecimentos o Dr. Nicolau havia completado 70 anos e tinha sido atingido pela compulsória. O despacho do Sr. Juiz deferiu o bloqueio dos bens dos réus, pessoas físicas – os dois empresários, o juiz e o ex-juiz. Pelo que está anotado, atingiu os réus pessoas físicas: o Dr. Nicolau, o Dr. Fábio, o José Eduardo Ferraz e o Dr. Delvio Buf-

fulin. E foi determinado pelo juiz que a empresa, que recebeu uma determinação judicial – e não cumpriu – concluir a obra em cinco meses, sob pena de multa diária de R\$10 mil. Aliás, não só não cumpriu, como abandonou a obra pouco depois.

No dia 15 de setembro de 1998, tomei posse na Presidência do Tribunal do Trabalho. Nesse dia 15 de setembro de 1998 – esse ponto também me parece de grande importância –, meus primeiros atos foram os seguintes: exonerar o bacharel Nicolau dos Santos Neto. A imprensa sempre se refere a ex-juízes como juízes. Tenho dúvida se isso é adequado. Creio que não é muito. Quando um eminente Senador da República deixa o Senado Federal, a imprensa se refere a ele como ex-Senador. Quando o Presidente da República deixa a Presidência da República, a imprensa se refere como ex-Presidente, a não ser no trato cordial, em que comumente se chama o ex-Governador de Governador, o ex-Senador de Senador, o ex-Presidente de Presidente. Eu não sei porque a imprensa insiste em chamar de juiz quem não é juiz.

O SR. PAULO SOUTO – O senhor o exonerou de que cargo?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA

– Duas exonerações, Sr. Relator, dois atos, que saíram no mesmo Diário Oficial, que eu trouxe aqui comigo. O primeiro foi exonerar o bacharel Nicolau dos Santos Neto de um cargo em comissão que ele estava exercendo depois da sua aposentadoria compulsória, cargo de assessor de juiz do Tribunal. Esse cargo, Sr. Relator e Sr. Presidente, era evidentemente, a meu ver – aqui já é uma explicação, entre outras que pudesse haver –, indevidamente ocupado, porque ele, inclusive, não estava assessorando ninguém, ele estava ainda, isso sim, na Presidência da Comissão de Obras. E num outro ato, no mesmo momento assinado e no mesmo momento enviado à imprensa oficial, o Ato PR-SPE 395/98, revoguei aquela portaria do Presidente anterior que havia constituído a comissão de construção do fórum trabalhista. Assim, por esse meu ato, destitui o ex-juiz, repito, o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, o bacharel Nicolau dos Santos Neto da Presidência da Comissão, cargo que S. Ex^a vinha ocupando desde 16 de setembro de 1992. Na verdade, a conta é fácil de ser feita: de 1992 a 1998, ele ocupou a Presidência da Comissão durante seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a e os Srs. Senadores me permitem, só para não perder...

Quer dizer, pelo que podemos deduzir, o ex-juiz Nicolau dos Santos, embora atingido pela com-

pulsória, continuou como Presidente da Comissão de Licitação e Obras? Essa é a pergunta.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA

– Exatamente. Como V. Ex^a indaga, eu respondo afirmativamente. Apenas chamaria a atenção para as datas. A aposentadoria compulsória ocorreu no dia 15 de julho de 1998. Dois meses depois – pelo Regimento Interno, que vem sendo cumprido, a posse é sempre no dia 15 de setembro, biennialmente – sessenta dias depois, portanto, depois da compulsória daquele ex-juiz, eu assumi a Presidência. E quero repetir mais uma vez, se me permitem a repetição: meu primeiro ato foi exonerar S. Ex^a da Comissão e do cargo de Assessor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou insistir um pouco na pergunta. Se ele foi atingido pela compulsória, ele poderia ter permanecido, ainda que por dois meses, como Presidente da Comissão de Licitação e de Obras?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – A meu ver, no meu entendimento pessoal, não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ele exercia um cargo em comissão? Ele ocupava um cargo em comissão depois de aposentado?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Talvez seja exatamente a fórmula, não sei...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, quando ele aposentou-se compulsoriamente, logo a seguir ele foi nomeado ou designado do cargo comissionado ou de confiança de Assessor, no mesmo Ato, ou V. Ex^a não lembra?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Um pouco antes da compulsória, houve uma designação feita pelo Presidente da época, Dr. Buffulin de que ele iria continuar na Presidência até o final da obra. Isso foi comunicado pelo Presidente ao Tribunal, em uma sessão judicial, foi comunicado que ele iria continuar na Presidência da Comissão até o final da obra.

Entendi e entendo que eu não estava impedido de exonerá-lo, apesar de ter constado da designação última que seria até o final da obra. Entendi e entendo que eu tinha o direito e, a meu ver, o dever também de exonerá-lo, contrariando os termos estritos daquela designação anterior.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, só para acompanhar o raciocínio.

O Sr. tomou posse em 15 de setembro de 1998 e não existia um pedido de demissão do Dr. Nicolau

no mês de agosto de 1998? O Sr. tem conhecimento de um pedido de demissão?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA –
Ocorreu o seguinte: no dia que disse à funcionários que lavrasse o Ato, que fiz com muito sigilo, com receio de que surgissem dificuldades grandes, no dia em que disse que fizesse o ato e que realmente, a meu ver, o certo seria que tivesse saído exonerar pura e simplesmente, que seria o certo, fui informado – e até confesso que não me lembro qual a funcionária que me informou, porque isso envolvia Diretor-Geral e Diretor de Pessoal – que já existia um pedido. Se já existe um pedido, entendemos que a exoneração pode constar como sendo a pedido. Aliás, isso de vez em quando ocorre. Há poucos dias exonerai, por iniciativa minha, sem pedido de ninguém e não tem nada a ver com essa questão nem direta e nem indiretamente, uma assessora e achei que foi delicadeza minha que se perguntasse a ela se ela preferia que saísse a pedido ou *ex officio*. Ela, para surpresa minha – e até de certa forma foi uma atitude correta dela –, falou: "não, não pedi; pode colocar exonerar". E saiu exonerar.

No caso do ex-juiz, realmente a iniciativa foi minha, exclusiva e espontânea. Depois de tomar a decisão e determinar que fosse lavrado o Ato é que me apresentaram esse pedido de exoneração, talvez feito por cautela, com antecedência, para evitar uma exoneração *ex officio*. A exoneração foi uma iniciativa minha, uma responsabilidade minha e respondo por esse Ato, quaisquer que sejam as consequências boas ou más desse Ato.

Pelo Ato PR 609/98, de minha iniciativa, em consequência, no mesmo dia, constitui uma nova Comissão. Essa nova Comissão era exatamente para acompanhamento dos procedimentos relativos à construção do fórum trabalhista, na cidade de São Paulo; foram designados, então, três juízes: o Juiz Luís Carlos Gomes Godói, o Juiz Antônio José Teixeira de Carvalho e o Juiz Edilson Rodrigues.

Devo dizer – não havia escrito isso – que a escolha desses juízes decorreu não só dos méritos, das qualidades e da capacidade e competência deles, mas decorreu, em parte, de que outros juízes sondados, convidados, disseram que não aceitariam aquela missão de participar dessa comissão. Então, não foi exclusivamente por isso, é claro, mas o fato é que alguns – não foram muitos aqueles que sondei se aceitariam – antes de assinar o ato, tinha que sondar, saber se aceitariam. Alguns, para tristeza minha, disseram: "Não aceitamos". Excelentes juízes aqueles que sondei; aqueles que me pareceram

e me parecem excelentes juízes, é claro, e que poderiam gozar da minha confiança. Pode até haver excelentes juízes que, por uma razão ou por outra, não fossem da minha confiança pessoal. Não quer dizer que os outros não fossem excelentes. Havia vários juízes excelentes, mas procurei sondar aqueles em que eu tinha mais confiança, mais diálogo, mais capacidade de dialogar com eles, de conversar, de me entender com eles. Infelizmente, os poucos que sondei, alguns dos poucos que sondei, não aceitaram. O que não exclui o mérito e o valor desses que foram escolhidos: Dr. Luís Carlos Gomes Godói, Antonio José Teixeira de Carvalho e Edilson Rodrigues.

Antecipo também que em fevereiro deste ano de 99, depois de realizar uma audiência pública que vou mencionar a seguir, a comissão passou a contar com a valiosíssima participação de mais duas pessoas. Na verdade, o Dr. Godói saiu espontaneamente depois de alguns meses. A comissão tinha ficado reduzida a duas pessoas, o Antonio José Teixeira de Carvalho e o Edilson Rodrigues. Então, renovei e ampliei a comissão, e ela passou a ser, a partir do final de fevereiro, Srs. Senadores, composta por um ilustre advogado, Approbato Machado, que é exatamente o Presidente da OAB, e também pelo Diretor Administrativo já mencionado, César Augusto Gilii. Então, ficaram sendo 4 membros, Approbato Machado, Presidente da OAB, Juiz Antonio Teixeira de Carvalho, Juiz Edilson Rodrigues e César Augusto Gilii.

Em 6 de outubro de 98 – sei que já falei muito e estou quase me aproximando do final –, a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal encaminhou aos Srs. Senadores da República informações referentes à fiscalização de obras prioritárias, incluindo entre essas obras prioritárias que deviam ser fiscalizadas a construção do Fórum Trabalhista de Primeira Instância do Estado de São Paulo, apontando indícios de irregularidades, entre as quais: negligência da administração na medição dos serviços executados e consequentes pagamentos.

No dia 26, com os elementos que até então eu tinha conseguido, que não eram fáceis de conseguir, no dia 26 de novembro de 1998, pela Portaria nº 16/98, determinei então, Srs. Senadores, a instauração urgente de rigoroso procedimento administrativo, visando à apuração minuciosa da situação atual do contrato no que se refere, em especial – porque, nessa altura, a empresa tinha abandonado a obra também, além de tudo o mais que já tinha acontecido –, à paralisação das obras, visto que os fatos até então constatados ensejam entendimento de, em

tese, preencherem os pressupostos contidos nos incisos I a XII do art. 78 da Lei nº 866/93, que é a nova Lei de Licitações, que constitui motivo para rescisão do contrato.

Em decorrência desse procedimento, foi elaborado um laudo. Uma empresa de boa reputação, a Falcão Bauer, elaborou um laudo para constatar a situação em que a obra estava, o que tinha realmente feito e o que faltava fazer. Foi um trabalho exaustivo, complicado, complexo e que foi muito bem realizado pela empresa Falcão Bauer.

Seguindo ainda a ordem cronológica – vou chegar depois às consequências desse procedimento administrativo –, em 16 de dezembro de 1998, foi verificado, para surpresa minha e de muitas outras pessoas do Tribunal, que, por um lapso difícil de se entender, não tinha ainda sido feito o registro no cartório competente, o Cartório de Registro de Imóveis, evidentemente, daquela escritura pública que havia transmitido a propriedade do terreno do Fórum Trabalhista, e diante da impossibilidade de fazer, facilmente, de imediato isso – consegui que fosse feito facilmente, mas não podia fazer sem uma autorização judicial, porque existia o decreto –, a indisponibilidade de bens havia sido decretada também em relação às empresas pelo Juiz Federal.

Consegui, graças à compreensão notável do ilustre Juiz Pedro Paulo Lazarano, Juiz Federal, que S. Ex^a permitisse que, apesar do decreto de indisponibilidade dos bens da Incal Incorporações, que, legalmente, ainda poderia ser contatada a proprietária, já que não tinha sido feito o registro definitivo, consegui pelo ofício enviado, em 17 de dezembro de 1998, a S. Ex^a, o Juiz da 12^a Vara, que ele atendesse a esse pedido de levantamento do terreno, apenas para esse efeito, o que foi deferido. Ficando, então, determinado por S. Ex^a, o Juiz Federal, ao oficial do 15º Cartório de Registro de Imóveis "que fosse efetivado o levantamento da constrição anteriormente imposta para efeito de registro da escritura de venda e compra, lavrada em 19 de dezembro de 1996, perante o 14º tabelião Vampré, livro 1.572, página 71. E só, então, em dezembro de 1998, finalmente, conseguimos que se fizesse ou que fosse concretizada no Cartório de Registro de Imóveis aquela escritura pública.

Em 23 de fevereiro de 1999, como eu já havia dito – já estou realmente chegando ao final da exposição –, por minha iniciativa, atendendo a uma sugestão que recebi, que aceitei de imediato, de uma das entidades que representam os advogados, promovi a realização de uma audiência pública com a

presença da OAB de São Paulo, cujo Presidente compareceu, Dr. Approbato Machado, do Sindicato dos Advogados, da Associação Rurais Trabalhistas e da Associação dos Advogados de São Paulo; compareceram dezenas de advogados.

Na sua maioria, Srs. Senadores, a grande preocupação desses advogados – e devo dizer que também tinha que ser a preocupação de nós todos – era devido à situação das Juntas de São Paulo, que, nesse meio tempo, enquanto essa construção parece não terminar nunca – os senhores advogados estão aflitos – estão precariamente instaladas, muitíssimo mal instaladas, na sua grande maioria, para não dizer na sua totalidade. Elas estão muitíssimo mal instaladas com problemas gravíssimos para os funcionários, para os juízes, para os advogados, para os reclamantes para os reclamados. Há situações até de insalubridade. Quem poderia, melhor do que ninguém, falar a respeito – e tem falado – é a Dr^a Beatriz de Lima Pereira, que está presente aqui hoje, e que é Presidente da Anamatra. Ela, como Juíza presidente de Junta, conhece de perto a situação atual das Juntas.

Quanto à empresa, é um detalhe que pode parecer irrelevante. Eu, quando promovi essa audiência pública, dei ciência aos advogados que a tinham solicitado e às entidades dos advogados que já mencionei: OAB, Sindicato, associação, quatro entidades e aos advogados que militam na Justiça do Trabalho. Eu não achei necessário mandar uma cartinha convidando a empresa. Mas embora não tenha mandado carta nenhuma avisando a empresa, ela ficou sabendo, talvez até pelos jornais, não sei de que forma – deve ter também os seus informantes – e compareceu espontaneamente sem ser chamada. Até houve um momento de suspense em que veio um advogado, um emissário do emissário do emissário, perguntar se eu permitiria a presença. Eu pensei que, em se tratando de audiência pública, poderia ocasionar um incidente e poderia ser criticada a não-permissão da sua entrada na sala de audiência pública. Ela entrou, acabou pedindo a palavra e falando, mas não convenceu. Pelo menos a mim não convenceu, e creio que não convenceu os advogados. A empresa compareceu com seus advogados e também fez uso da palavra. Na ocasião, os numerosos advogados presentes, inclusive a OAB, manifestaram grande preocupação com o destino da obra, já que 79 Juntas estão, como eu já disse, Srs. Senadores – isso é verdade – V. Ex^as se tivessem tempo poderiam examinar ou mandar alguém examinar isto –, muito precariamente e pessimamente mal instaladas. A partir de então, desse momento, é que passaram a participar da comissão por nomeação publicada no Diário Oficial, como eu já antecipei, o Pre-

sidente da OAB, que, ali, não só por sua dignidade, por sua eficiência, por sua competência, mas também por ser Presidente da OAB, é a pessoa mais indicada – OAB, evidentemente, seção de São Paulo – para representar a classe dos senhores advogados. E, como já disse, também, passou a participar o Diretor Administrativo, Sérgio Egídio.

Finalmente – nessa exposição escrita sem prejuízos de indagações que houver – no dia 25 de março de 1999, naquele referido Procedimento Administrativo, TRT 04/98, decretei – já achava, só não o fiz antes, porque o procedimento não tinha chegado ao ponto em que isso fosse possível – a rescisão unilateral, embora havendo alertas de que poderiam haver ações judiciais, etc, etc, do contrato celebrado entre o Tribunal e a Empresa Incal Incorporações S/A, adotando, Srs. Senadores, as seguintes medidas de imediato: assunção imediata do objeto do contrato no estado e local em que se encontrava; ocupação e utilização do local – porque até então era a empresa que ocupava o local – e instalações, equipamentos e material empregados na execução do contrato necessários à sua continuidade; retenção de eventuais créditos – se é que ainda houvesse algum –, decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública; aplicar à empresa Incal Incorporações S/A a penalidade de suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois anos.

Houve depois publicação de edital nesse sentido pela imprensa. E espero que a penalidade seja rigorosamente cumprida pelas empresas, em geral, e pelo Poder Público, também, estadual, federal e municipal.

Deslocamento, para o local, de agentes de segurança do Tribunal, visando a guarda e preservação do patrimônio. Na tal audiência pública de fevereiro, a empresa se comprometeu a permitir que o Tribunal reforçasse a segurança, mas, quando o Tribunal a reforçou, ela, descumprindo a palavra, o compromisso publicamente assumido, não permitiu que nossos funcionários entrassem no local da obra; deslocamento para o local de agentes de segurança do Tribunal, visando a guarda e preservação do patrimônio. Deslocamento, para o local, de oficiais de Justiça – um trabalho difícil, não é? –, para um levantamento minucioso de materiais e equipamentos.

No dia 16 de abril deste ano, 1999, tive a oportunidade de receber um ofício do eminente Senador Carlos Wilson, em nome da CPI, como Presidente

em exercício, creio eu, da Comissão Parlamentar de Inquérito, e, atendendo à solicitação de S. Ex^a, entreguei em suas mãos e nas mãos do Senador Paulo Souto, uma cópia do exemplar de um resumo do procedimento administrativo que motivou a rescisão do contrato com a Incal Incorporações S/A. No gabinete do Senador Carlos Wilson, tive a oportunidade de entregar a S. Ex^a e ao Sr. Senador Paulo Souto, que para lá se deslocou, este resumo, quando disse a S. Ex^a – a S. Ex^as que aqui se encontram – que, se necessário, poderia prestar novas informações, evidentemente, como reitero aqui agora.

O documento e o ofício foram, então, entregues pessoalmente.

No dia 23 de abril, ocorreu a visita dos Srs. Senadores Paulo Souto, Carlos Wilson e Geraldo Althoff – houve um erro no nome do Senador Geraldo Althoff. Recebi com honra essa visita porque achei que seria útil, embora depois tenha sido muito assediado pela imprensa. Mas isso são ossos do ofício.

E é claro que, para terminar a exposição, queria apenas dizer que apesar de tudo, a obra está inacabada, ou, por isso tudo, a obra está inacabada, está inconclusa, lamentavelmente, desgraçadamente.

Quero crer que cabe ao Congresso Nacional e ao Governo evitar a tragédia que seria a perda total do imóvel, inclusive evitando a deterioração e até um certo risco de desmoronamento, que desgraçadamente também existe, pela qualidade dos tirantes que lá foram colocados sem o tratamento anticorrosivo. Seria preciso que houvesse, pelo menos, liberação de verbas para fazer a manutenção e a preservação do que foi feito e evitar um prejuízo maior ainda.

Se o Congresso Nacional entender, quero crer que o Congresso Nacional poderia – pois cabe preci-
puamente ao Congresso e, também, ao Governo, mas creio que principalmente ao Congresso Nacio-
nal – ou decidir pela conclusão da obra – mas para
isso vai ser preciso evidentemente uma nova licita-
ção, uma nova empresa – ou dar outro fim a esse
prédio para que ele não fique ali inacabado.

Há uma comissão – Comissão de Obras Inacabadas –, não sei se ainda funciona, da qual o Senador Carlos Wilson parece que foi membro. O fato é que há numerosas obras inacabadas. Seria uma tragédia aumentar o elenco dessas obras. Espero que essa tragédia não ocorra e, quem sabe, é quase utó-
pico, as Juntas de Conciliação e Julgamento possam se mudar para esse prédio, se ele for concluído, apesar de tudo o que ocorreu.

Agradeço a atenção e continuo à disposição de V. Ex^as.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, ouvindo as judiciosas considerações do Dr. Floriano, que é o atual Presidente do TRT de São Paulo, a Presidência vai determinar que se oficie ao Tribunal de Contas da União não para ir lá inspecionar a obra contabilmente, mas que, através do seu corpo técnico, proceda a um levantamento do quadro atual de como se encontra o prédio; isto é, saber o estado atual do prédio, as suas condições para evitar risco de perecimento, em suma, de maiores prejuízos que a União possa sofrer. E no mesmo instante, como isso vai ser feito por engenheiros, que eles também avaliem aquilo que efetivamente já foi gasto, considerando que já foram liberados mais de R\$200 milhões para lá. E os Srs. Senadores podem, a partir desse momento, deixar na secretaria, também, quaisquer perguntas que acaso desejarem fazer, a fim de que os Srs. peritos possam responder, porque, efetivamente, essa comissão acho que tem o indeclinável dever de tentar propor a melhor solução, tentar evitar prejuízos à União, porque já saíram dos cofres da União quase R\$260 milhões. Então, acho que devemos fazer essa peritagem lá, através de um corpo técnico do Tribunal de Contas da União, se o Tribunal de Contas da União por acaso dispuser, como acredito que dispõe, de engenheiros capacitados para tal fim. Caso contrário, o Tribunal nos informará e essa comissão tomará providências.

Assim, também, cumpre o dever de mais uma vez comunicar aos Srs. Membros da comissão que, por parte do Dr. Floriano, recebemos expediente – refiro-me à Comissão Mista de Orçamento, na qualidade de Relator que fui para o Orçamento de 1998 para 1999, e o atual Presidente é o Deputado Lael Varella – pedindo a liberação de recursos, e só o Plenário da Comissão Mista de Orçamento poderá fazê-lo, daquilo que já está alocado, a fim de evitar maiores prejuízos. Porque, segundo o ofício do Dr. Floriano, o prédio corre risco, principalmente de os prejuízos serem aumentados. Já que ele está aqui, se não for isso, que ele possa fazer outras considerações que por acaso não tenha conseguido sintetizar e que constem do ofício que recebemos dele.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Sr. Presidente, só queria dizer também que esses documentos que estão aqui vou passar às mãos de V. Ex^a de imediato, sem prejuízo de outros documentos, inclusive aquele que foi solicitado, que espero que seja possível trazer hoje ainda. E outros documentos estão todos à disposição. Evidentemente, não houve, desde 1998 – e creio que antes também não, como nos últimos tempos, não sei –, e não

haverá impedimento a uma investigação mais ampla possível, sem prejuízo, espero, de que se salve o prédio. Espero que se salve o prédio.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para uma questão de ordem, com a palavra o Vice-Presidente Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, só um adendo. Creio que foi muita oportunidade a colocação de V. Ex^a quando pede o acompanhamento do Tribunal de Contas, mas temos aqui também no Senado um departamento de engenharia do mais alto nível. Então, se pudesse, também, acompanhando essa solicitação que foi feita ao Tribunal de Contas por V. Ex^a, que colocasse alguém da engenharia do Senado, para que possa melhor informar à comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Tribunal de Contas é órgão de assessoramento do Congresso Nacional. Nada obsta, portanto, que haja um requerimento do pedido de V. Ex^a, devendo, naturalmente, os técnicos entrarem em entendimento para a realização de um trabalho em conjunto, e vai constar esse ofício que a Presidência enviará ao Tribunal de Contas da União. No entanto, esse ofício só vamos enviar no prazo de 48 horas, porque é o prazo que a Presidência vai estabelecer para que os Srs. Senadores formularem quesitos que acaso queiram formular, independentemente daqueles que a Presidência já vai formular de ofício, porque se trata de diligência. Portanto, a Presidência entende que pode fazê-lo.

Concedo a palavra, pela ordem, a S. Ex^a, Sr. Senador-Relator Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Dr. Floriano, desde quando o senhor faz parte do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Sr. Senador Paulo Souto, darei uma pequeníssima e rápida informação: fiz concurso público de títulos e provas no ano de 1960. Sou – felizmente ou infelizmente, depende do ponto de vista –, um dos mais抗igos juízes. Ingressei na Magistratura no dia 14 de março de 1961. Fui promovido a Juiz Presidente da Junta de Ponta Grossa, Estado do Paraná, em outubro de 1962. Depois fui removido, no ano de 1964, para a 2^a Junta de Curitiba, no Estado do Paraná, ocasião em que tive oportunidade de conhecer essa belíssima terra catarinense. Foi a primeira viagem que fiz na minha vida, depois que comprei um carro fui a Joinville, nessa belíssima terra catarinense.

Fiquei no Paraná durante 10 anos, de 1962 a 1972. Em 1972, fui removido, à época, Santa Catari-

na, Mato Grosso e São Paulo. Perdão, Paraná, São Paulo e Mato Grosso constituíam a 2ª Região de Trabalho. Havia um Tribunal só, não havia esse equívoco do Constituinte de mandar criar um Tribunal em cada Estado, um equívoco grave. A nossa 2ª Região abrangia São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Hoje, há cinco Tribunais nesses três Estados, naqueles que eram então três Estados, que agora são quatro Estados, não é?

Bem, depois de vinte e tantos anos, com vinte e três anos mais ou menos como Juiz Presidente de Junta, Juiz de Primeira Instância e depois de ter entrado algumas vezes em lista de merecimento, sem ter sido promovido pelo Senhor Presidente da República da época, eu cheguei ao Tribunal promovido, quando já era o mais antigo, mas promovido pelo critério de merecimento, mas já era o mais antigo, em janeiro de 1984. Portanto, já faz algum tempo, não é Sr. Senador Paulo Souto? Sou hoje dos mais抗igos, naquela época não. Naquela época, em 1984, era dos mais novos. Mas já estou lá e fui Juiz de Turma até 1996. Até 1996 fui Juiz de Turma. Quer dizer, não participei de nenhum cargo de direção até o final do ano de 1996.

O SR. PAULO SOUTO - Quando o senhor, então, em 1996...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA -

Em 1996, Sr. Senador Paulo Souto, em agosto de 1996, tomando posse em setembro de 1996, fui eleito Vice-Presidente Judicial, porque o nosso Tribunal, há alguns anos, tem duas Vice-Presidências: a Vice-Presidência Administrativa e a Vice-Presidência Judicial.

Em setembro de 1996, tomei posse no cargo de Vice-Presidente Judicial, cuidando apenas dos processos. Vejam bem, eu recebi uma delegação honrosa do Presidente, Dr. Delvio Buffulin, pelo Regimento Interno, para presidir as audiências de conciliação e julgamento. Então, uma das minhas tarefas principais era a de presidir a audiência de conciliação e julgamento de dissídios coletivos, instruir e conciliar. Participava também das sessões, a partir de então, do colegiado, que é a sessão especializada em dissídios coletivos e dissídios individuais, participando do julgamento dos dissídios coletivos, que são conhecidos nas crises econômicas: greves e readjustes e também mandado de segurança, rescisórias etc. Portanto, da administração propriamente dita eu assumi em setembro de 1996, como já disse.

O SR. PAULO SOUTO - Dr. Floriano, não sei se algumas dessas perguntas podem ficar prejudicadas, porque não sei se, à época, V. Exª, enfim, parti-

cipava dos colegiados que decidiam sobre isso. Mas V. Exª disse que, ainda na época da licitação, uma juíza fez uma ponderação importante que se referia ao fato de a licitação incorporar a compra de um terreno quando existia a possibilidade de que esse terreno fosse obtido por doação. Esse é um ponto importantíssimo quanto à licitação, mas seguramente não me parece o mais importante. O que eu considero – e aí depois vai a minha pergunta – é que essa licitação teve um caráter esdrúxulo, porque ela não contratou uma obra, como é comum no serviço público. O serviço público geralmente faz o quê? O serviço público, por exemplo, neste caso, adquiriria ou receberia um terreno, executaria um projeto básico, um projeto que possibilite isso e depois faria a licitação para a contratação de uma obra. Não foi esse o objeto da licitação. A licitação, por todas as características, destinava-se à compra de um bem futuro que não existia, sendo apenas que essa compra seria inteiramente financiada pelo Governo, como se tratasse de contratação de uma obra. Ou seja, se fez um sistema misto, em que as possíveis desvantagens para o contratante, do fato de contratar uma obra, não existiam e existiam todas as outras vantagens.

Nesse caso, faço realmente um juízo de valor. Acho que essa licitação foi esdrúxula. Aliás, o assessor do Tribunal de Contas que esteve aqui disse que nunca viu em toda a sua vida, como assessor do Tribunal, uma licitação como essas características. Chamou de *sul generis* e até os próprios defensores também diziam isso. Minha pergunta é a seguinte: durante essa época – V. Exª tem conhecimento de que essa modalidade, esse caráter da licitação –, não surgiu nenhum comentário a esse respeito? Essa licitação fluiu normalmente, e não apenas em relação à venda do terreno? Mas se considerou esse processo um processo normal? V. Exª tem conhecimento disso?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Sim. Veja bem, na verdade, Sr. Senador, vou fazer aqui duas ou três observações, para não me esquecer. Uma em relação a esse problema específico e outra em relação ao problema de uma forma mais genérica. Porque esse é um problema que infelizmente existe no nosso tribunal, mas existe em outros setores dos Três Poderes, no Brasil todo, e, portanto, a solução ideal, como ainda disse, há poucos dias, no sábado, na Dora Kramer, no Jornal do Brasil, não basta, para resolver problemas cruciais, que uma Comissão Parlamentar de Inquérito, por maior que seja o êxito que ela obtenha, que apenas aqueles culpados daquele caso sejam punidos. Pior ainda quando não se pune nenhum culpado. Mas não bas-

ta também punir os culpados de um caso concreto. É preciso achar uma solução ampla.

Então, vou falar do caso concreto de São Paulo e, se V. Ex^a me permite, vou lembrar a necessidade de uma solução ampla, que não sei exatamente qual seria, mas tenho uma vaga idéia e creio que o Senado, a Câmara e o Congresso Nacional, mais do que ninguém, seriam os órgãos competentes para achar uma solução correta e ampla, para evitar que histórias como essa se repitam e se multipliquem.

No Tribunal do Trabalho de São Paulo – vou relembrar aqui uma publicação que saiu no jornal **Diário Popular** do dia 3 de agosto de 1998 – foi dito por um dos juízes do Tribunal que não quis se identificar, embora seja fácil imaginar quem teria sido; no jornal **Diário Popular**, do dia 3 de agosto de 1998 – é fácil de ser encontrado aqui na biblioteca do Congresso ou da Câmara –, o seguinte: O Tribunal vem sendo dirigido há 14 anos – disse S. Ex^a e até exagerou um pouco, porque não sei se são realmente 14 anos ou um pouquinho menos. Vem sendo dirigido há quatorze anos, por um grupo – expressão de S. Ex^a, não é minha – hegemônico, que comanda o Tribunal, disse ele. Pela conta de S. Ex^a, se ele disse isso em 1998, fazendo a conta, comanda o Tribunal desde 1984, parece. Pela conta de S. Ex^a, tenho a impressão de que até aumentou um pouco isso aí, repito.

Veja bem, ele disse e declarou, era véspera da eleição. Éramos quatro elegíveis. Ele dizia: "Há quatro anos está no comando, e vai continuar no comando." Dessa vez se equivocou. Dessa vez, a eleição não deu o resultado que esperava ou que supunha seria, para ele e para o grupo que menciona.

Veja V. Ex^a que, durante o Governo militar, houve o seguinte: a Constituição da República de 46 e as anteriores previam que, nos Tribunais do Trabalho, havia dois tipos de juízes – os togados, vitalícios, e os classistas. Todos os togados vitalícios – isso é uma parte, pode não explicar tudo, mas explica uma parte do problema –, eram juízes concursados, todos, e havia os classistas, temporários, com mandatos de três anos, porque alguns tendem a querer ficar seis anos, nove anos, doze anos, quando, pela definição da Constituição, são temporários. A rigor, a Constituição deveria vedar a recondução.

Muito bem. O que aconteceu no regime militar? No regime militar, houve uma mudança na Constituição e introduziram-se, nos Tribunais do Trabalho, no Tribunal Superior do Trabalho, juízes oriundos do Ministério Público, da advocacia, por livre escolha de Sua Excelência, o General Presidente da época. Alguns dos escolhidos por Suas Excelências, os Srs. Generais, como foi dito nessa reportagem da revista

Diário Popular, do dia 03 de agosto, aliaram-se aos classistas, em alguns Tribunais grandes, principalmente, porque nos pequenos isso é quase impossível, mas nos grandes isso é fácil. Foram eles que disseram isso. Não é uma acusação, é uma constatação feita com tristeza de quem leu aquela reportagem, e eu era o candidato que ele queria derrotar. Ele declarou isso, que queria, exatamente, evitar a minha eleição.

S. Ex^a, inclusive, dizia em outras ocasiões – se é que suponho saber quem é, realmente –: "Nós somos..." – alguns, claro que não são todos oriundos do Ministério Público, não estou dizendo isso, evidentemente. Claro, absolutamente, não estou dizendo todos. Tenho receio, como sempre, que haja distorções, e sempre há distorções. Não estou aqui atacando os advogados, nem o Ministério Público. Estou dizendo que alguns – alguns, alguns, repito –, não todos, porque a imprensa, às vezes, coloca coisas que não foram ditas e, aí, depois, os outros mudam o que foi dito –, alguns dos escolhidos pelos Generais – neste caso específico, o General Figueiredo –, no ano de 1981 – lembro-me, porque isso é uma forma até de memorizar, é uma forma de lembrar os fatos antigos –, no dia 30 de abril de 1981, duas coisas ocorreram no mesmo dia: a bomba do Rio Centro, que depois foi abafado o inquérito, e, no mesmo dia, o General Figueiredo assinou a famosa Lei Aricampista, a partir da qual os classistas temporários passaram a ter direito à aposentadoria. Um dos mais graves problemas da Justiça do Trabalho: aposentadoria de juiz classista.

Naquele ano de 1981, Sua Excelência, o General Figueiredo, escolheu, entre dezenas e dezenas – ou alguém que o aconselhou –, não é preciso, aqui, achar o documento, evidentemente, depois da bomba do Rio Centro e da Lei Aricampista, o General Figueiredo escolheu um bacharel que havia servido o Governo João Goulart e que havia servido aos governos que se sucederam desde então para ser juiz. Alguns desses ilustres juízes organizaram, como eles próprios disseram no jornal e em outras ocasiões, uma aliança com os classistas, que tinham a maioria. Ora, nós outros, juízes de carreira concursados, que éramos, até o regime militar, os juízes do trabalho, passamos a ser, segundo uma expressão – não sei se dita com sentido pejorativo ou não – não sei se esse juiz usou essa expressão com o sentido pejorativo – mas nós que éramos e acreditávamos ser os juízes do trabalho, passamos a ser, segundo alguns, um segmento. Nos tribunais grandes, nós somos os juízes de carreira, o segmento minoritário. O segmento majoritário – se é que se pode falar assim – resulta da aliança de alguns dos senhores juízes classistas, alguns – não são todos – dos senhores juízes oriundos do Ministério Público, alguns dos oriundos da advocacia, e também tem adesão de alguns juízes de carreira.

De modo que, a esse grupo, que, segundo o **Diário Popular** disse – e não foi desmentido –, esse grupo hegemônico marginalizava os juízes de carreira, como a Drª Ottobrini, que foi compelida à aposentadoria; o Dr. Nei Prado, que foi compelido à aposentadoria. Há poucos dias, o jornal **O Globo** publicou, diante dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, onde as coisas vão aparecendo, uma matéria em que diz exatamente isto: conforme informação de funcionários, ex-funcionários, juízes, ex-juízes, havia um clima de medo. Isso está no jornal **O Globo**. Não sei quem fez as declarações ao jornal. Ignoro quem teria sido – não se colocam os nomes evidentemente –, mas o fato é que havia e ainda há da parte de alguns mais timoratos o clima de medo de fazer denúncias públicas.

O SR. PAULO SOUTO – Repito minha pergunta: se uma das características da licitação, que a todos nós pareceu muito esdrúxula, que é fazer uma chamada aquisição de bem futuro com todos os recursos pagos pelo Erário Público, ao invés de fazer a contratação de uma obra. Esse assunto, o senhor tem conhecimento de que ele teria sido focalizado durante a licitação? O que estou chamando de caráter esdrúxulo teria sido focalizado durante a licitação, ou passou despercebido por ser, quem sabe, um detalhe que não foi muito bem percebido por quem estava na época?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Quero crer, Senador Paulo Souto, que a grande maioria, dedicada aos seus afazeres, sequer tomávamos conhecimento desses detalhes. E alguns que percebiam e que falavam, o faziam sempre de uma forma verbal com pessoas de confiança. Os poucos que desconfiavam, percebiam ou sabiam de alguma coisa, quando instados a colocar no papel, diziam: "Ah, no papel, não vou colocar. Digo isso para você, mas não vou colocar no papel."

O SR. PAULO SOUTO – O senhor tem conhecimento de quem foi a indicação dos componentes da comissão de licitação para as obras do prédio?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – A comissão de licitação, como foi dito no meu relato, foi escolhida pelo então Presidente, Dr. Nicolau dos Santos Neto. Isso já foi dito no meu relato.

O SR. PAULO SOUTO – O senhor poderia exprimir ou de sua parte ou do que existia sobre o conceito, nesse meio, dos componentes dessa comissão de licitação? Naturalmente é uma pergunta que o senhor responde se achar...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Um deles ficou notoriamente conhecido, durante

muito tempo, como pessoa da estrita confiança do Dr. Nicolau – se V. Exª indaga, eu posso responder – porque era funcionário subordinado a ele e gozava da confiança dele, talvez até da intimidade, não sei, é o Dr. Itagiba.

O SR. PAULO SOUTO – Que era o diretor administrativo?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Diretor-Geral.

O SR. PAULO SOUTO – V. Sª teve conhecimento de que surgiram comentários que pudessem indicar, além dos problemas relativos à licitação – daqui por diante, não vou falar mais na licitação, porque já tenho um juízo a esse respeito; não vou mais indagar sobre isso, porque já tenho um conceito da forma como foi feita essa licitação –, a possibilidade de que eventualmente poderiam estar acontecendo irregularidades durante a construção do prédio? Havia comentários sobre essa obra?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – É mais ou menos como respondi, Sr. Senador Paulo Souto. Pouquíssimas pessoas – pelo menos que fossem do meu conhecimento, do círculo dos que conversavam comigo – comentavam sobre isso. Mas esses comentários pareciam rumores não comprovados. Não se sabia nunca se aqueles rumores tinham procedência ou não. Eram rumores. Não havia nada de concreto que chegasse ao meu conhecimento. Nunca havia uma informação concreta, exata, clara e precisa que permitisse uma denúncia ao próprio Tribunal, ao Ministério Público ou à imprensa. De minha parte, nunca havia nada de concreto e de palpável que pudesse ser levado ao conhecimento das autoridades.

O SR. PAULO SOUTO – No resumo do procedimento administrativo – vou apenas ler aqui; é claro que não vou pedir que V. Sª confirme, porque isso nos foi encaminhado pelo Tribunal –, há um parágrafo que diz o seguinte: "Todo processo, documentação, tratativas e decisões referentes ao fórum trabalhista da cidade de São Paulo ficaram, desde o momento do procedimento licitatório, em 1992, sob a exclusiva responsabilidade e guarda da Comissão de Construção, sendo que seu trâmite pelas áreas administrativas do Tribunal somente se dava com a finalidade de emissão de empenhos e ordens bancárias".

Portanto, nada mais se conhecia – imagino –, no âmbito do Tribunal, de mais profundo do seu conteúdo.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Sim, esse texto foi elaborado – e creio que é fiel à realidade – pelo diretor administrativo que já mencio-

nei e que está aqui presente, que é o Dr. César Augusto Gilli, que já era funcionário do Tribunal. Ele se lembra e tem conhecimento de fatos, e foi por isso até que, no início do meu depoimento, aventurei a possibilidade – caso haja decisão nesse sentido da Comissão, por hipótese – de que ele também pudesse prestar maiores esclarecimentos ou esclarecimentos mais minuciosos, mais detalhados, do que aqueles que apresentei até agora.

O SR. PAULO SOUTO - Mesmo que sejam rumores ou comentários, V. S^a teve conhecimento, durante a administração do Dr. Nicolau, de outras irregularidades além das relativas à construção do prédio? Ainda que houvesse rumores, falava-se na existência de outras irregularidade que não apenas as referentes à construção do prédio?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Sim, havia rumores vários. Esses rumores vários, inclusive, decorriam em boa parte – digamos assim – de alguns que conheciam, ainda que de longe, o padrão de vida do Dr. Nicolau. Alguns desses rumores surgiam, em parte, em função do seu próprio padrão de vida. Embora nenhum de nós – que eu saiba – jamais pudesse suspeitar ou imaginar o que vem sendo revelado agora, muitos de nós tínhamos conhecimento, por ele próprio inclusive, das suas viagens à França, das suas viagens freqüentes aos Estados Unidos e de algumas de suas mansões. Esses rumores existiam e não se limitavam apenas e tão-somente à questão da construção do prédio.

O SR. PAULO SOUTO - Ele se referia à existência de algum imóvel no exterior?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Nos últimos tempos, algumas pessoas sabiam de viagens muito freqüentes, que o próprio Dr. Nicolau não ocultava; às vezes, parece que ele tinha um certo prazer em mencioná-las.

Alegava-se – e este é um ponto que, confesso, nunca ficou esclarecido, e não sei se será esclarecido um dia, mas seria facilíssimo esclarecer –, os amigos dele alegavam que S. Ex^a precisava ir com freqüência aos Estados Unidos, porque uma das três filhas estaria com uma doença muito grave – não se dizia claramente qual seria – e que, por causa dessa doença muito grave, S. Ex^a teria a necessidade de ir com freqüência aos Estados Unidos ou, mais exatamente, à Flórida. Até hoje ignoro se, de fato, essa doença existiu, se coincidiu com outras razões para que ele viajasse ou se essa doença foi um pretexto. Não sei, ignoro. Não conheço essa pessoa e não tenho a menor idéia se houve doença ou não, se foi grave ou não, mas não creio que uma doença justificasse freqüentes viagens ao exterior.

O SR. PAULO SOUTO - O senhor sabe...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Pelo menos na minha família, que é pobre, e na qual já houve doenças graves, nunca ninguém viajou ao exterior por causa de doença.

O SR. PAULO SOUTO - O senhor sabe se, depois de deixar a presidência do tribunal, o juiz, Dr. Nicolau, demonstrou, pessoalmente, interesse em assumir a comissão de obras? Outra pergunta: o senhor acha normal que um juiz, por sua vontade, manifeste esse tipo de interesse, ou seja, de dirigir uma comissão de obras?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Vou responder, inclusive acrescentando um dado – V. Ex^a faz tantas perguntas e tem as suas razões para fazê-las –, dado que é interessante e eloquente a meu ver, e vai mesmo um pouco além da pergunta, sem deixar, no entanto, de ter relação com a pergunta de V. Ex^a.

No final do mandato do Dr. Nicolau na presidência, ou seja, naqueles meses que vão, digamos, do início de 1992 até agosto de 1992 – estava se avizinhando o final do mandato –, eu soube – isso não é invenção, porque recebi uma prova mais ou menos concreta disso – que S. Ex^a estaria articulando a sua reeleição à presidência do tribunal.

Como nós sabemos, a Loman, a Lei Orgânica da Magistratura, veda o direito à reeleição, mesmo que a Constituição hoje permita a reeleição do presidente da República, de governadores de estados, de prefeitos e até mesmo dos presidente do Senado e da Câmara – ao que parece. O fato é que não temos, evidentemente – e até não acho que seja desejável –, o direito à reeleição. Naquela época, não havia direito à reeleição para ninguém. Naquela época, a lei era claríssima – como continua sendo – e o regimento interno era claríssimo – como continua sendo. Apesar de a lei ser claríssima e o regimento interno ser claríssimo, houve algumas *démarches* nesse sentido – eu mesmo fui procurado por um emissário, pois S. Ex^a queria saber como eu reagiria, se eu entraria com alguma medida judicial se houvesse, por hipótese, uma reeleição.

Por amor também a uma informação positiva a respeito do ilustre juiz que o sucedeu, o Dr. Moro: ele foi uma das pessoas que se insurgiram, como eu me insurgei e outros também se insurgiram, contra a reeleição, mesmo porque ela era totalmente ilegal – aliás, agora, o ex-presidente do TRT do Rio, o Dr. Melo Porto, está se reorganizando para daqui a pouco disputar um novo mandato, apesar de ser inelegível. Vejam que alguns tentam, mesmo quando a lei,

a Constituição e o regimento interno proíbem: o Dr. Melo Porto está tentando voltar à presidência, mesmo sendo inelegível.

Esse Dr. Nicolau é inelegível, tentou se reeleger, não conseguiu. É claro e evidente que aceitou a presidência da comissão e de muito bom grado – se não não teria aceitado. Eu diria até quando era Presidente – uma expressão que me parece muito eloquente – do tempo do Governo Castello Branco, Marechal Castello Branco, tido como constitucionalista, como de fato era, preocupado com a legalidade, não queria aceitar a prorrogação do mandato. Todos devem lembrar disso. Segundo os jornais, em uma frase que se tornou muito conhecida, "ele foi docemente constrangido". Nesse caso, nem sei se foi docemente constrangido ou se simplesmente queria e conseguiu a presidência.

O SR. PAULO SOUTO – Dr. Floriano, peço que V. Ex^a releve, estou falando isso por causa observação de V. Ex^a e o fato de eu ser obrigado a fazer essa série de perguntas. Mesmo porque, no primeiro momento, V. Ex^a se ofereceu para vir e acho que está prestando um serviço da maior expressão a esta Comissão. Por isso, desculpe-me a insistência com que vou continuar a fazer perguntas, que, imagino, serão esclarecedoras a esse respeito.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Queria só esclarecer que aquela primeira visita de correu do seguinte: eu tinha uma audiência marcada com S. Ex^a, o Ministro Veloso, que tinha sido marcada para o dia 19 de abril. E, quando recebi o fax do Senador Carlos Wilson, já estava com a passagem para vir a Brasília. Então, disse ao Senador Carlos Wilson, que teve a gentileza de me ligar no sábado, que se S. Ex^a quisesse, já que eu estava vindo a Brasília, poderia entregar em mãos, ao invés de entregar pelo correio, aqueles elementos que ele estava solicitando. Foi em face daquele convite, ou melhor, daquela solicitação feita por fax para que eu mandasse determinados documentos, que disse a S. Ex^a que poderia trazê-los pessoalmente, e ele, de imediato, disse que... combinamos um horário, pois ele disse que fazia questão de receber. E eu me lembro da gentileza de V. Ex^a, que saiu alguns momentos daqui, dos trabalhos da Comissão, e foi lá receber aqueles elementos das minhas mãos. Quer dizer, foi de modo franco e sem constrangimento, mas resultado de um fax que me fora enviado

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só para... V. Ex^a me permite?

V. Ex^a afirmou, no seu depoimento, que mesmo aposentado pela compulsória, o ex-Juiz Nicolau

dos Santos Neto foi nomeado assessor do Tribunal, tanto que o V. Ex^a o demitiu. Só que V. Ex^a não explicitou que cargo de assessor foi esse. Assessoria de Presidente? O que foi, nesse período?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – O que aconteceu foi o seguinte, ele tinha... Embora não recebesse, o Juiz Nicolau...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E se é usual o juiz aposentado servir como assessor no próprio tribunal? Citar casos antecedentes nesse sentido.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Vou esclarecer. Há alguns casos raros de juiz do tribunal, atingido pela compulsória, casos raros – encontram-se dois ou três talvez – ser convidado por um outro juiz para ser seu assessor.

Lembro-me de dois casos: Dr. José Anchieta Faleiros, que foi atingido pela compulsória aos setenta anos e assessorou um outro juiz, mas assessorou mesmo, foi lá e trabalhava assessorando, colaborando na elaboração dos votos, etc. Assessor de verdade, não assessor para inglês ver.

Houve um outro caso de um ilustre juiz, como o Dr. Faleiros era um ilustre juiz, Dr. Francisco Garcia Morrel Júnior, que foi Presidente do Tribunal de Campinas e quando completou setenta anos deixou o cargo e não concluiu o mandato de Presidente porque estava completando setenta anos. Posteriormente, foi convidado para ser assessor de um juiz do Tribunal de São Paulo e foi um assessor de verdade, ia lá e trabalhava de verdade.

Pois bem, no caso específico do Dr. Nicolau o que aconteceu foi o seguinte: nos últimos anos, embora não recebesse processo para relatar ou distribuir, embora não participasse dos julgamentos da turma a que teoricamente pertencia, S. Ex^a tinha um assessor. Embora não tivesse o trabalho de julgar, tinha um assessor. No momento em que ele se aposentou, evidentemente foi impossível que esse assessor continuasse sendo assessor, já que o juiz a que ele assessorava estava atingido pela compulsória. Então, esse assessor de S. Ex^a, o Dr. Nicolau, foi exonerado. E o Nicolau foi, de certa forma, se me permitem esclarecer então, já que houve a pergunta, assessor de si mesmo. Ou seja, assessor na vaga que ele até então ocupava, do juiz da vaga que ele até então vinha ocupando.

Teoricamente, havia uma vaga decorrente da exoneração do seu assessor. Então, naquela vaga decorrente da exoneração do seu assessor....

O SR. PEDRO SIMON – Mas o assessor era assessor do presidente.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA –

Não, o Dr. Plina era assessor do Dr. Nicolau, que era presidente da Comissão, mas já não votava mais, não julgava processo. São essas vagas no serviço público que há, e que, às vezes, é uma vaga preenchida e que, algumas vezes, é preenchida sem que o assessor, realmente, preste serviço naquela atividade que deveria prestar.

O SR. *** fita 266 - Dr. Floriano, entre a eleição de V. Ex^a e a posse de V. Ex^a, o senhor recebeu algum tipo de sondagem ou alguma coisa nesse sentido, para que o Dr. Nicolau continuasse como Presidente da Comissão de Obras?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Recebi algumas sugestões de algumas pessoas durante a fase anterior à eleição, que seria muito importante que eu concordasse em ter um contato com ele, alegando-se que isso seria importante para que eu pudesse obter os votos daqueles que eram e ainda são os seus amigos. Embora, alguns viram que não mais, mas, na verdade, são.

O fato é que sugestões foram feitas, mas eu não acolhi essas sugestões. E, inclusive, achava e acho, que se tivesse acolhido algumas dessas sugestões, eu ficaria sem autoridade, tornando uma autoridade moral de fazer aquilo que me parecia que seria necessário. Se, por hipótese – naquela época era uma hipótese longínqua –, viesse a ser eleito, eu queria o direito de exonerar aqueles que eu entendesse que devesse exonerar de imediato. E hoje eu até me arrependo de não ter exonerado uma determinada pessoa, porque, talvez, tivesse sido o mais correto na época. Mas o fato é o seguinte: eu queria ter o direito, se eleito, de não dever a minha eleição àquela pessoa.

De modo que eu não acatei. Por isso e por outras razões, eu não queria, e não quis, e não aceitei sugestões, propostas que houvesse algum contato, porque as sugestões eram sempre através de emissários, nunca dele próprio. As sugestões são sempre através de emissários. Alguns ex-colegas, alguns poucos colegas – não me lembro agora –, algumas pessoas sugeriam e eu não aceitei essas sugestões. Evidentemente, deviam ter percebido que, se eu não aceitei essas sugestões, seria pouco provável que eu aceitasse, depois de eleito, qualquer sugestão do mesmo naipes.

De modo que eu não tenho recordação precisa, mas as sugestões amainaram, diminuíram depois que fui eleito. Mas, mesmo assim eu tinha receio...

O SR. PEDRO SIMON – (Fora do microfone)

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA –

Sim, éramos quatro candidatos.

O SR. PEDRO SIMON – (Fora do microfone)

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Sim, claro.

O SR. PEDRO SIMON – (Fora do microfone)

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – V. Ex^a, Senador Simon, é de um Estado notável pela independência dos seus cidadãos e dos seus homens públicos, e que a Oposição, freqüentemente, ganha as eleições. Não é verdade? Mas nós sabemos que já houve uma época no Brasil em que a Oposição quase nunca, ou nunca, ganhava as eleições.

Se havia, como foi dito no jornal **O Diário Popular**, por um dos juízes do Tribunal que não se identificou, um grupo hegemônico, eu não fazia parte do grupo hegemônico, do qual eu não fazia parte. Evidentemente, eu não podia ter grandes esperanças, pelo menos no início, de vir a ser o eleito. De modo que fui um dos que ficaram surpresos. Outras pessoas também ficaram surpresas assim como eu. É mais ou menos isso, Senador. V. Ex^a usou uma expressão que ninguém nunca tinha usado, mas fico até um pouco lisonjeado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua com a palavra o Sr. Relator.

O SR. PAULO SOUTO – Dr. Floriano, se o senhor sentir qualquer constrangimento, não preciso lhe dizer que não é obrigado a responder. O senhor considera importante revelar alguns desses nomes que fizeram esse tipo de sondagem?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Entendo, Sr. Presidente, Sr. Relator, que realmente alguns desses nomes são de pessoas que, pelo fato de terem aceitado ser emissários, não significa necessariamente que... poucas aliás, pouquíssimas, aceitaram ser emissários, pelo menos junto a mim – pode ser que tenha havido emissários junto a outros –, mas os que aceitaram ser emissários ou de boa-fé ou para colaborar comigo, sei lá, fizeram essas sugestões. Talvez nem tenham sido emissários; talvez tenha sido algo espontâneo, porque eles não diziam que era sugestão que outros tinham feito, diziam: "olha, eu acho que seria melhor você fazer isso, eu acho..."

Então, se a pessoa disse isso colaborar comigo, talvez nem fosse emissário. Eu posso estar equivocado em pensar que, em alguns desses casos, fossem emissários. Então, seria uma injustiça grave e um erro grave se as pessoas que disseram isso na suposição de estar colaborando comigo, e que tal-

vez não fossem realmente emissários, se eu agora dissesse algum desses nomes...

O SR. PAULO SOUTO – Muito obrigado. O senhor falou em seu depoimento sobre todas as razões que o levaram a rescindir o contrato com a Ikal. Esse contrato, essa rescisão exime a empresa de cumprir suas obrigações? Porque ela tem dito sempre que não contratou uma obra; prometeu vender por um preço fechado; já recebeu todos esses recursos. Então, ela não estaria realmente obrigada a cumprir esse contrato, ou seja, concluir a obra? Essa rescisão não a exime, naturalmente, de cumprir os seus compromissos com o Tribunal.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Sim, Senador, mas V. Ex^a, se não me engano, é geólogo, mas é filho de desembargador.

O SR. PAULO SOUTO – Sim, mas isso não me dá nenhum direito de saber coisa nenhuma sobre Direito.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – O Senador Ramez Tebet foi Promotor.

O SR. PAULO SOUTO – Aí é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Fico com o título e entrego a competência da resposta a V. S^a.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Veja bem, há obrigação de fazer quando uma empresa ou uma pessoa... Há pouco tempo alguém me perguntou sobre isso e tentei dar um exemplo, mas exemplo do tempo que era estudante, portanto uma coisa muito longínqua, muito antiga. O exemplo da obrigação de fazer, quando alguém, por uma razão ou por outra, uma empresa ou por má-fé, ou por desonestidade, ou por incompetência, ou por estar em estado pré-falimentar, como parecer ser o caso, etc, não tem condições ou não tem disposição de fazer algo, aquela obrigação de fazer se resolve, evidentemente no Direito Civil, em perdas e danos. Nesse caso concreto, obviamente, o Ministério Público e um outro órgão importante que não havia mencionado até agora, a Advocacia-Geral da União de São Paulo – também tem Advocacia-Geral da União e Ministério Público Federal em São Paulo –, ambos, tanto um como outro, têm agido com muita seriedade, com muita competência. Eles podem e devem, até em conjunto ou separadamente, exigir perante a Justiça o resarcimento integral, além de outras penalidades. A questão tem que se resolver pelo resarcimento.

Há aquele exemplo que ia mencionar do indivíduo rico que contrata uma pessoa, um pintor famoso, para pintar um quadro da esposa. A esposa faz uma grosseria e o pintor diz: "agora não cumpro o

contrato". O contrato está assinado. Ele diz que não vai cumprir. Não é possível pegar a mão do pintor e fazê-lo pintar o quadro. Então, isso resolve-se em perdas e danos. Nesse caso, seja por desonestidade, seja por incompetência ou seja por outra razão qualquer é impossível, na prática, se compelir, como o juiz já determinou a empresa não cumprir, o juiz pode determinar novamente. E, se ela não cumprir, ficará por isso mesmo? Não. É preciso que o Ministério Público e a Advocacia-Geral da União propoñham ação de resarcimento – e tenho certeza de que o farão. Aliás, há nessa ação civil pública um pedido de pagamento de multa etc. O Ministério Público Federal, o Ministério Público da União e a Justiça Federal em São Paulo estão agindo muito bem. Por isso, tenho esperanças de que o Poder Judiciário saia purificado dessa provação por que está passando agora. Espero também que o Judiciário, no sentido amplo, o Ministério Público e a Advocacia-Geral da União, com a ajuda, portanto, do Executivo, obtenham todos os resarcimentos cabíveis, sem nenhuma exceção.

O SR. PAULO SOUTO – Última pergunta: V. Ex^a afirmou ter ouvido falar de outras irregularidades; entre essas estaria a realização de um concurso público, noticiado há alguns dias pela imprensa?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Sim. E posso acrescentar que tive conhecimento na época dos fatos e tive a confirmação de que parte era verdadeira. Fui informado que a Fundação Carlos Chagas havia despedido, por justa causa, por falta grave ou por outra razão – parece-me que havia irregularidades – dois funcionários, cujos nomes eu não lembro.

O SR. PAULO SOUTO – Da Fundação?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Da Fundação. Foram demitidos um funcionário e uma funcionária. Parece que houve um relacionamento entre os dois e um ajudou o outro numa irregularidade – não lembro os detalhes. Só sei que havia um casal implicado em alguma irregularidade.. A Fundação Carlos Chagas é respeitadíssima. Recentemente, aliás, tive oportunidade de contratá-la para realizar um concurso público dos funcionários. Pois bem, a Carlos Chagas, que tinha sido alijada dos concursos públicos do tribunal, confirmou na época que esses funcionários tinham sido despedidos. Eles criaram uma empresa pequena, improvisada. Dizia-se que esse Dr. Itagiba, anteriormente mencionado, teria colaborado. Pois, a empresa, apesar de nova, recém-nascida, recém-organizada, parece até que para esse fim, foi contratada para fazer o concurso.

O SR. PAULOS SOUTO – Esse concurso?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Creio que se trata do concurso agora impugnado. É o concurso, creio, do ano de 1992, salvo engano.

O SR. PAULO SOUTO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Floriano, o Dr. Itagiba a quem V. Ex^a se refere ainda é funcionário do tribunal?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Ele foi funcionário por muitos anos. Freqüentemente, ocorrem aposentadorias que chamo de precoces, de funcionários muito jovens. No caso, não sei se ele era muito jovem. Só sei que aposentou e, depois de aposentado, foi novamente nomeado assessor de juiz. Se for preciso, localizarei informações mais concretas, de imediato ou posteriormente. O Dr. Itagiba, depois de ter exercido cargo de confiança, já aposentado, foi novamente exonerado – talvez a pedido, não sei. Creio que hoje é advogado – advoga, salvo engano – e ex-funcionário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual era o conceito dele no tribunal?

Vou fazer minha última pergunta: durante a construção do prédio, recursos do tribunal para outros fins serviram para pagamento da construção? V. Ex^a tem conhecimento disso?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Recursos para outros fins? Não comprehendi bem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Refiro-me a recursos que vão para o tribunal. Recursos da construção do prédio, ao que nos consta, são recursos orçamentários, via de regra, da União. Gostaria de saber se recursos especificamente do tribunal ou parte deles foram destinados para pagamento desse prédio?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Não que eu tenha conhecimento, nunca ocorreu desvio de verba de custeio. Nunca ocorreu que eu saiba. Que eu saiba nunca ocorreu, nunca ouvi falar, nem por rumores, que isso tivesse ocorrido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há vários Srs. Senadores inscritos, mas o que é comum, depois do Relator, com a palavra o Senador Carlos Wilson, na qualidade de vice-presidente. A ordem de inscrição é: Senador Jefferson Péres, Maguito Vilela, Djalma Bessa, Lúdio Coelho, Geraldo Althoff, José Agripino, Pedro Simon e Ney Suassuna, que acaba de se inscrever.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, meus colegas senadores, Dr. Floriano Vaz da Silva, antes tudo, Sr. Presidente, queria destacar a preste-

za com que o Dr. Floriano atendeu a esta Comissão. Foi o primeiro presidente de TRT que, notificado por esta comissão, fez questão de pessoalmente, como ele já fez questão de destacar, aproveitando uma audiência que teria com o Ministro Carlos Velloso, de vir aqui pessoalmente ao Senado entregar a rescisão de contrato da referida obra com a construtora Ikal. E mais algumas informações que a CPI tinha solicitado. Então quero destacar essa presteza do Dr. Floriano.

Mas, Dr. Floriano, o Senador Paulo Souto falou a respeito de um concurso que teria sido realizado no Tribunal: A Fundação Carlos Chagas foi afastada desse concurso, e daí surgiu uma outra empresa, e, segundo informação de V. Ex^a, uma empresa pequena que não tinha nem tradição no mercado. O nome dessa empresa é Ibrasp, Instituto Brasileiro de Seleção Pública?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Creio que sim, Senador Carlos Wilson. Creio que sim.

O SR. CARLOS WILSON – E essa empresa, o Dr. Nicolau tinha alguma vinculação com ela?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Que eu saiba, diretamente, creio que não, nenhuma. Creio que não, acredito que não.

O SR. CARLOS WILSON – Não sei se V. S^a sabe, se pode fazer essa colocação ou se tem essa informação. Essa Ibrasp, Sr. Presidente, nesse concurso, pelas informações que tivemos, uma filha do Dr. Itagiba e uma filha do Dr. Nicolau foram primeira e segunda colocadas nesse concurso. V. S^a tem condições de informar à Comissão?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Não tenho certeza absoluta, não me lembro, não me recordo, mas é possível que sim. Queria também antecipar uma informação: o novo presidente que assumiu o tribunal depois do Dr. Nicolau, como todos sabemos, foi o Dr. Moro. S. Ex^a, o Dr. Moro, rescindiu o contrato assim que soube de todas essas suspeitas e acusações contra essa empresa. Foi rescindido o contrato, sem nenhum pagamento de coisa alguma, e a empresa não teve coragem de reclamar. Quer dizer que essa empresa só fez, creio eu, esse único concurso, porque depois ela foi despedida, digamos, foi rescindido o contrato, por iniciativa do novo Presidente, Dr. Moro. Mas, nessa altura, o concurso já havia sido realizado e candidatos já haviam sido aprovados. E nesse ponto há um fato triste: há um processo a respeito desse assunto e até hoje não chegou ao fim, não sei se está no Ministério Públíco ou na Justiça Federal. Esse processo é outro

que está demorando muito tempo. É muito demorado esse processo. Mas há um processo em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Carlos Wilson continua com a palavra:

O SR. CARLOS WILSON – Pois é, Sr. Presidente, a informação que temos é de que esse concurso feito pela Ibrasp teve como primeira colocada uma filha do Juiz Nicolau e segunda colocada a filha do Dr. Itagiba.

Agora, eu gostaria de pedir a V. Ex^a, Dr. Nicolau, porque só se vê em 7 anos, 6, 7 anos, Dr. Floriano... Desculpe-me o lapso.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – V. Ex^a tem que ficar um pouco afastado aqui, o Senador Agripino está bem em frente a V. Ex^a.

O SR. CARLOS WILSON – Mas viu, Dr. Floriano quero pedir a V. Ex^a que mande a relação dos números de telefones da época em que o Dr. Nicolau era o presidente do Tribunal. Porque hoje sei que muitos telefones já mudaram o número, e vamos ter que ter informações por meio do sigilo telefônico para ter esses números. Se fosse possível V. Ex^a encaminhar à Comissão...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Eu não tenho certeza se o Tribunal tem, mas alguns acredito que sim.

O CARLOS WILSON - Na contabilidade do Tribunal, acho que tem.

Quem é hoje o ordenador de despesa do Tribunal Regional do Trabalho?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – O funcionário ordenador da despesa, como de praxe, Senador Carlos Wilson, tem que ser alguém da confiança do Presidente, alguém que trabalhe próximamente a ele.

O SR. CARLOS WILSON – E quem é atualmente?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Atualmente é o Dr. João Bosco Prisco da Cunha.

O SR. CARLOS WILSON – Ele foi diretor do Tribunal em alguma outra administração?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Não.

O SR. CARLOS WILSON – Ele não foi ordenador de despesa, diretor administrativo, nada do Tribunal de Contas, numa outra administração?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - É possível que ele tenha sido por um curto período, mas não me lembro de qual Presidente; confesso que não tenho certeza; isso precisaria ser examina-

do, pois confesso que não tenho certeza. É possível que ele tenha sido ordenador – não sei se o Cesar tem essa informação. Ele também foi assessor do Dr. Delvio Buffulin, antes de ser meu assessor.

O SR. CARLOS WILSON – Pelo que consta, ele foi ordenador de despesa do Dr. Delvio Buffulin.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Sim, é verdade. E hoje realmente trabalha comigo o Dr. João Bosco Prisco da Cunha.

O SR. CARLOS WILSON - A filha do Dr. Nicolau ainda é juíza classista?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Não. Foi bom V. Ex^a se lembrar desse episódio, já que tudo isso está sendo investigado, porque tenho conhecimento – e isso é fácil de comprovar, claro que não aqui e agora – de que essa filha que supostamente estaria doente, ou realmente estaria doente – não sei – Maria Virgínia, se não me engano, tinha apenas 20 ou 21 anos e não trabalhava em lugar algum quando foi escolhida para ser juíza classista. Tinha apenas 20 ou 21 anos, uma idade assim muito tenra para uma pessoa desse padrão, que não trabalha, que não tem uma profissão definida e exerceu um mandato...

O SR. CARLOS WILSON – Qual foi o sindicato que fez a indicação dela?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Não me lembro, mas é claro e evidente que essa indicação foi daquelas feitas sem que o indicado de fato exercesse liderança sindical, sem que o indicado de fato fosse empregado ou empregador. Queria adiantar também que parece que ela obteve uma recondução – a lei permite uma só, embora alguns queiram três ou quatro reconduções – e depois, pela tenra idade, evidentemente ela não obteve aposentadoria. E, a partir do segundo mandato, não mais teve qualquer vínculo com o Tribunal, direto ou indireto. Portanto, passou a ser uma ex-juíza classista. Não é uma juíza classista e nem é juíza classista aposentada. Ela é, desde que terminou o segundo mandato, uma ex-juíza classista. E, pelo que eu sabia, não exerce nenhuma profissão.

O SR. CARLOS WILSON – V. Ex^a não se deve lembrar, mas a indicação dessa jovem de 21 anos foi feita pelo Sindicato de Bijouterias.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Como empregada ou empregadora? Nem me lembro se ela foi indicada como empregada ou empregadora, porque há certos casos em que não se sabe se o juiz classista está representando o patronato ou o trabalhador. Não sei.

O SR. CARLOS WILSON - Se não me engano, ela representava o patronato.

O Dr. Itagiba também tinha uma filha juíza classista?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Ele tem filha funcionária, parece que até competente – trabalhadora e competente. Ainda que por hipótese tivesse sido aprovada nesse concurso – não sei se foi nesse concurso que ela foi aprovada –, sei que uma filha dele que trabalha no Tribunal trabalha de fato, de verdade, e é competente, trabalha mesmo. Talvez houvesse uma outra que tenha sido classista – não sei; acho que não; não me lembro, Senador.

O SR. CARLOS WILSON - Ele teve, sim, uma filha que foi juíza classista.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Creio que seja outra filha, não essa.

O SR. CARLOS WILSON - Não sei quantas filhas ele tem, mas sei que uma também foi juíza classista. Tanto a filha do Dr. Nicolau como a filha do Dr. Itagiba foram classistas, o que mostra bem a ligação entre os dois.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - É possível.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Não tenho lembrança, mas V. Ex^a tem razão: havia essa ligação entre ambos.

O SR. CARLOS WILSON - Por isso, Sr. Presidente, sabendo dessa ligação, que está muito clara aqui na CPI, vou requerer agora, por escrito, a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Dr. Itagiba e de todos os Membros da comissão de obras do tribunal, que se não me engano eram três.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Mas houve mudanças, e aí eu não sei.

O SR. CARLOS WILSON - Nesse período do Dr. Itagiba, era ele e mais dois os membros da comissão. Quem eram? O Dr. Nicolau...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Salvo engano, o terceiro era o Dr. Jamil Zantuit.

O SR. CARLOS WILSON - Pedirei a quebra do sigilo bancário dos três, porque faziam parte da comissão. Não há prejulgamento de ninguém, mas a Comissão tem o direito de ter essa quebra de sigilo e essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Esse requerimento deve ser aprovado pelo Plenário e haverá de ser, portanto, específico: Pela exposição do Dr. Floriano Vaz da Silva, houve algumas comissões. Em uma delas, o ex-Juiz Nicolau Santos era Pre-

sidente. Portanto, a comissão tinha um Presidente e dois membros, que não o Juiz, entre os quais o funcionário Itagiba e o Jamil.

O SR. CARLOS WILSON - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Depois, ele mesmo foi o Presidente, com mais dois funcionários.

O SR. CARLOS WILSON - O Dr. Itagiba.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O Dr. Itagiba e mais um, mas o próprio Nicolau era o Presidente.

O SR. CARLOS WILSON - A Comissão já quebrou o sigilo do Dr. Nicolau.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Solicito a V. Ex^a que, ao formular o requerimento, mencionasse os membros da Comissão com clareza, pois vou submetê-lo à votação.

O SR. CARLOS WILSON - Requeiro a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do Dr. Itagiba. Depois, se esta Comissão assim entender, pediremos a quebra de sigilo de outras pessoas.

Desculpe a pergunta, Dr. Floriano. V. S^a tem parente nomeado no Tribunal?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Nenhum dos meus quatro filhos – um encontra-se presente e dois eu já perdi – ingressaram na Justiça do Trabalho nem quiseram fazer concurso ou ser funcionários públicos. Considero importante esclarecer esse ponto, porque, afinal de contas, as acusações vão sendo feitas muito indiscriminadamente. De certa forma, tem-se procurado desmoralizar tanto aqueles que cometem irregularidades como os que falam nisso, porque há muitos que não cometem irregularidades e que não têm coragem de falar dos que cometem. Começo a perceber que algumas pessoas estão lançando certas acusações para desmoralizar-me, porque isso interessa aos que são realmente culpados. Pretendem desmoralizar quem funciona como testemunha, dando informações valiosas que podem ser mal interpretadas de várias formas, como se fosse algo pessoal.

Embora tenha tido, no meu primeiro casamento, seis filhos, nenhum deles, jamais, até hoje, quiseram fazer concurso. Houve época em que pensei que deveriam, mas nunca trabalharam em cargo efetivo ou comissionado.

Casei-me pela segunda vez com uma juíza toda vitalícia, de carreira. Quando a conheci, já divorciada, tinha dois filhos com uma boa diferença de idade. O mais velho nasceu na terra do Senador José Agripino, Rio Grande do Norte, e tem aproximadamente 37 anos de idade. Nunca morou comigo,

é casado e tem sua vida própria, e sua mãe – repito – é juíza togada, vitalícia, por concurso público de títulos e provas. Ele fez, há vários anos – sem que houvesse interferência minha direta ou indireta –, concurso para Oficial de Justiça do Tribunal de Campinas. Foi nomeado Oficial de Justiça daquele Tribunal. Depois, trabalhou como Oficial de Justiça em São Paulo, transferido, removido, em permuta. Há alguns anos, como Oficial de Justiça, cargo efetivo – e a Lei 9.421 parece que não proíbe isso –, foi convidado para trabalhar como Assessor – isso muito antes da minha eleição. Então, ele continua a ser Oficial de Justiça, podendo reassumir sua função a qualquer momento, sendo o que sempre foi: Oficial de Justiça. No momento, esse meu enteado tem um cargo em comissão de Assessor.

O SR. CARLOS WILSON – Dr. Floriano, V. S^a tem conhecimento de nomeação de parentes de Ministro do TST no TRT de São Paulo, 2^a Região?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Houve um concurso público – não sei se é esse que V. Ex^a há pouco mencionou – em que foi aprovada uma pessoa que era ou veio a se tornar esposa de um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Isso, inclusive, já apareceu nos jornais, não é novidade.

Existe pelo menos um caso em que uma funcionária do Tribunal Regional do Trabalho, aprovada em um concurso, não me lembro em qual, foi nomeada funcionária e requisitada para ficar no Tribunal Superior do Trabalho. Quero crer que é daquelas que trabalham todo santo dia no Tribunal.

O SR. CARLOS WILSON – Esse concurso, pelo que V. Ex^a está informando, é o do Instituto Ibrasp?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Pode ser. Saiu nos jornais. Se a informação do jornal estiver correta – não tenho certeza se está correta –, se o que saiu no jornal **O Globo** estiver correto, essa pessoa teria sido aprovada nesse concurso de 1992, mas não tenho certeza. É possível que sim, mas não tenho certeza.

O SR. CARLOS WILSON – Dr. Floriano, o terreno onde está sendo construído o Fórum já passou para o Tribunal?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Sim, isso foi uma das coisas que...

O SR. CARLOS WILSON – Até o presente momento, este relatório, que, aliás, V. Ex^a entregou a mim e ao Senador Paulo Souto, não traz com muita precisão quanto já foi gasto na obra do Fórum de São Paulo. V. Ex^a tem condições de nos informar?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA –

Tenho um documento – creio que é quase igual ou igual ao que passei a V. Ex^a – que é o resumo do procedimento administrativo que motivou a rescisão do contrato com a Ikal. Há o ato de exoneração no início e o relatório dessa pessoa, César Gilii, o qual já sugeri que poderia ser testemunha, eventualmente. E aqui constam os valores. O valor exato, realmente, não tenho de memória, mas me lembro bem de que os valores constam aqui. Já os localizo para dar os valores exatos.

O SR. AMIR LANDO – V. Ex^a me permite um aparte sobre esse ponto, Senador Carlos Wilson?

O SR. CARLOS WILSON – Com o maior prazer, Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, gostaria, nesse ponto, nobre Senador, que alguma coisa fosse esclarecida. Em primeiro lugar, quando se falou no valor, o nobre depoente Dr. Floriano Correa Vaz Da Silva falava que a obra envolvia, em ordem de grandeza, US\$139 milhões.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – No início.

O SR. AMIR LANDO – E mencionou uma série de aditivos, sempre falando na prorrogação com relação a prazo, mas essa alteração dos valores contratados não mencionou uma vez sequer. O nobre Senador poderia solicitar exatamente...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Eu tenho neste documento que já está sob...

O SR. AMIR LANDO – Se nos aditivos houve também uma evolução do preço.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Eu tenho alguns dos valores; os valores principais creio que estão aqui, e o documento já havia sido entregue à CPI. Consta o seguinte:

Dos valores apurados, Documento 4: Tabela das parcelas que foram pagas em cal. Entrada de 23,71%, paga em 10 vezes, quitada em 30 de julho. Depois, a primeira parcela, duas vezes; a segunda parcela, etc.

O SR. AMIR LANDO – Os US\$139 milhões como evoluem a 260 milhões até agora pagos?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Eram US\$139 milhões.

O SR. AMIR LANDO – Sim, mas quanto aos US\$260 milhões, também temos de pensar que esse dólar estava ao par durante um grande período.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Esses detalhes não sei todos, mas vou dizer o que está aqui.

Senador Amir Lando, o que está aqui é o seguinte: pela documentação que temos, o total pago, de acordo com o contrato original, até 18 de junho, o valor não corrigido é de R\$159.202.962,89; a isso se acrescenta o valor de dois milhões e pouco, que se refere à sétima parcela, que foi a última parcela paga. Dá um pagamento global de R\$162.045.982,00. Com o reequilíbrio, se tivesse sido pago integralmente – e não foi por determinação da vara federal –, iria a um valor muito maior. Acrescentando-se as duas parcelas pagas antes da determinação judicial, os R\$162 milhões, acrescentando-se as duas parcelas pagas antes da determinação judicial chegam a R\$172.195.000,00, e o valor que circula freqüentemente na imprensa é o corrigido – não sei se bem ou mal corrigido, corretamente ou não. Então, o valor efetivamente desembolsado, pelo que temos em mão, é R\$172.195.081,59.

O SR. PAULO SOUTO – Só para esclarecer, deve ser alguma coisa semelhante ao que está aqui. Enfim, essa correção teria sido feita pelo índice do Sinduscon. Então, corrigidas todas as parcelas pagas pelo índice contratual, que foi o índice do Sinduscon, esses R\$172 passariam para R\$228.

O SR. AMIR LANDO - Não há redefinição de preço, então.

O SR. PAULO SOUTO – Não, só atualização do contrato. O único valor, pelo que eu vi até agora...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Só um aditivo que alterou o valor...

O SR. PAULO SOUTO – ...o único aditivo é esse, mais ou menos, de dez milhões, que fazia parte de 33, que foi reduzido...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Só o derradeiro que trouxe, creio eu, algum acréscimo. Esse aditivo ficou parcialmente...

O SR. AMIR LANDO – Obrigado. Eu também, neste ponto...Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há Senadores inscritos que estão me cobrando.

O SR. AMIR LANDO – Entendo. V. Ex^a tem toda a procedência. Mas só que o preço do terreno estava incluído no cômputo geral da obra. Não tinha como separar preço do terreno e obra. A obra envolvia o valor integral. Só esse ponto, porque está aí no edital de licitação.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Estou recebendo a informação do Sr. César Augusto Gilii de que esses valores dados aqui, R\$228 milhões, são valores atualizados, não propriamente corrigidos. A meu ver, atualização, de certa forma...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua com a palavra o Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON – Agradeço, Sr. Presidente.

Duzentos e vinte e oito milhões atualizados de um contrato que seria, afinal, de R\$252.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Se aceitável o equilíbrio fosse, iria atingir, num valor atualizado, R\$252. Graças às medidas judiciais, tomadas no ano passado, em 1998, e acatadas integralmente pelo Juiz Buffulin de imediato, os valores pagos não chegaram nem chegarão a R\$252 milhões, ficando em R\$228 milhões. Isso, valor atualizado.

O SR. CARLOS WILSON – Está bem, Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, com a palavra, pela ordem de inscrição, o eminentíssimo Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Antes de me dirigir ao depoente, eu gostaria de requerer a audiência do Ministro Adhemar Ghisi.

A atuação do TCU nesse episódio, para não dizer processo, tem me intrigado. O TCU poderia, desde o início, talvez ter evitado tudo isso, porque uma inspeção daquele Tribunal detectou vícios aparentemente insanáveis, antes do início da construção. Até hoje o processo não foi julgado. De forma que me parece útil para esta Comissão ouvir alguém do Tribunal de Contas; um Ministro, já ouvimos um funcionário. E, no caso, seria o Ministro Adhemar Ghisi, que é Relator do processo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Farei a anotação e, no final, vamos submeter à votação todos os requerimentos.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra para as perguntas.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Apenas dois esclarecimentos, Dr. Floriano

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Pois não, Senador Jefferson, se me permite chamá-lo pelo prenome.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Pois não.

V. Ex^a, no início, disse que o então Presidente Nicolau submeteu a Comissão que acompanharia as obras ao Tribunal. Eu pergunto: foi ao Plenário ou a um órgão especial?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA - Naquela época, Senador Jefferson Péres – tenho aqui a ata da sessão administrativa –, 14 de janeiro

de 1992, naquela altura, já tinha sido criado o nosso órgão especial.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Um órgão especial.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Já tinha sido criado. Aqui, consta – já que V. Ex^a pergunta, eu peço vénia, então para ler algumas coisas que constam da ata.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Não. Não sei. Só se...Depois.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Eu gostaria de lhe perguntar. Ele submeteu porque estava obrigado a isso? Por que o órgão tinha atribuição para apreciar a designação da Comissão ou ele fez para obter respaldo desse órgão? Era obrigado pelo Regimento do Tribunal ou não?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Quero crer, Senador...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Por que ele submeteu à apreciação desse órgão?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Eu gostaria de responder e, ao mesmo tempo, peço vénia para depois ler alguns trechos que poderão ser esclarecedores.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Mas, apenas me responda essa pergunta: ele era obrigado ou não? Ou ele tomou a iniciativa?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Eu quero crer que ele necessitava do respaldo. Só que ele tinha como certo que aquela comunicação feita de algo já consumado não encontraria maior oposição. Ele já esperava de antemão que esse respaldo fosse dado, como de fato foi dado.

O SR. JEFFERSON PÉRES – E quando a Comissão foi modificada com a inclusão do nome dele na Comissão como seu Presidente, isso foi submetido à apreciação desse órgão?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Não. Tenho aqui no Diário Oficial – esse Diário Oficial é muito eloquente, a meu ver, para esclarecer essa questão do Senador Jefferson Péres – do Estado de São Paulo, de 18 de setembro de 1992 – vejam a data, Srs. Senadores, aqui consta do Diário Oficial, é o que está publicado e não há razão para por em dúvida o Diário Oficial – portaria do Juiz José Vítor Moura, Presidente do Tribunal. 16 de setembro de 1992, era o primeiro dia do exercício do mandato. Deve ter tomado posse no dia 15, talvez até posse no dia 16, não sei, dia 15, digamos.

Então consta aqui:

"GP03 – O Presidente do Tribunal do Trabalho da 2^a Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve designar para constituir a comissão da construção do fórum trabalhista de primeira instância da cidade de São Paulo o Exm^a Sr. Juiz Nicolau dos Santos Neto, na qualidade de Presidente, bem como o Exm^a Juiz Jamil Zantut e o Dr. Itagiba Souza de Toledo, Diretor-Geral, sem prejuízo de suas funções e vantagens do cargo que ocupa."

Então, a partir desse momento e até 1988, o Dr. Nicolau ficou liberado da distribuição de processos. Embora tivesse dois gabinetes, ele, na verdade, só cuidava da construção e de mais nada.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ele tinha poderes para nomear, portanto, sem audiência desse órgão especial, ao que parece.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Como que consta da portaria, ao que parece e creio que é isso mesmo, ele possuía poderes regimentais, porque ele consignou aqui, e creio que é isso mesmo, é verdade, deve ser verdade, que, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve designar.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Se isso não foi contestado, presume-se que tinha amparo legal.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Competência, não é?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Competência legal.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Creio que havia competência legal. Essa competência foi exercida por S. Ex^a ao editar a portaria.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Apenas uma última pergunta antes de ouvir a leitura da Ata que V. Ex^a...Se bem ouvi, V. Ex^a mencionou que, ao assumir a Presidência, contratou uma empresa, um órgão de auditoria, não foi isso?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Não, não foi logo de imediato ao assumir. Ao assumir a Presidência, o que fiz de imediato, como já disse e repeti, foi assinar aqueles atos de exoneração e constituir uma nova comissão.

Assim que os trabalhos da nova comissão começaram, disse claramente – e eu não estava ali no papel de juiz, estava ali no papel de administrador, isso não foi bem compreendido por alguns juizes. É até curioso, quando se quer fazer algo às vezes falta apoio –, eu disse o seguinte, disse claramente, dei a entender no início e depois fui dizendo cada vez mais claramente, que não era possível continuar com aquela empresa, é preciso rescindir. Mas não pode rescindir de imediato, tem que haver um procedimento. Mas que procedimento? Cheguei a ouvir a

opinião de um ilustre advogado. Falou não, de fato, a Lei nº 8.666 exige que, para fazer uma rescisão unilateral, é preciso haver elementos, é preciso haver comprovação disso ou daquilo, é preciso dar direito de defesa. Eu estranhei o direito de defesa no caso. Em algo que me parecia indefensável, havia o direito de defesa.

Então fui cumprindo a duras penas, com dificuldade e sempre com pressa. Precisa terminar isso logo, vamos fazer isso logo. Finalmente conseguimos chegar à conclusão de que era indispensável uma prova técnica que comprovasse fatos graves, para poder embasar a decisão administrativa de rescisão unilateral. Nesse meio tempo, a empresa, por sua vez, já sem as verbas etc., abandona. Aí tinha mais um motivo além do abandono, mas já tinha sido decidido que haveria a contratação de uma empresa para apurar com detalhes tudo o que tinha sido feito, tudo o que tinha deixado de ser feito e o que tinha sido mal feito etc. Então essa empresa contratada fez um trabalho que foi fundamental

O SR. JEFFERSON PÉRES – Já há o resultado dessa auditoria?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Sim, foi feito o resultado e foi isso que permitiu que, depois de dar prazo para a empresa contratada, a Incal ou Ikal, apresentar prazo de defesa para a empresa contratada, a Incal. Apresentaram a defesa, inclusive alentada. Aí, finalmente, depois de toda essa tramitação que a mim me parecia muito morosa, mas que era realmente necessária, conseguimos, no mês de março, antes da visita do Senador Antonio Carlos Magalhães àquela obra, de inopino e sem ter sido comunicada ao tribunal, conseguimos rescindir o contrato.

O SR. JEFFERSON PÉRES – O relatório dessa auditagem indica irregularidade?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Indica principalmente, Senador Jefferson Péres, porque se destinava a isso – e esse relatório está à disposição desta Comissão evidentemente –, que o que falta é muita coisa importante e cara, e não pouca coisa, como dizia a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse relatório, se o Senador Jefferson Péres me permitir, chegou a dizer o custo atual da obra? Ele indica, do jeito como ela está, quanto vale a obra?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Creio que não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a disse que esse relatório está à disposição.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Aliás, todos os documentos, diante das dúvidas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jefferson Péres, não sei se V. Ex^a, que é o autor da pergunta, concorda. Não quero ser indelicado.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Eu já estava por pedir mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então atendendo a requerimento do Senador Jefferson Péres, eu pediria a V. Ex^a que enviasse cópia de inteiro teor desse relatório a esta CPI.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Eu apenas sugiro, para que chegue tudo legível e correto, que em vez de fax, que me parece impróprio para documentos longos, seja enviado de imediato mas por Sedex – no caso de documentos longos, é melhor enviar até o original ou cópia, mas por Sedex, ou portador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é o nome da firma que o realizou?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Falcão Bauer(?).

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então esse relatório referido...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Além daquele instrumento particular que V. Ex^a mencionou no início e está anotado. Os mais urgentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já agradecemos até agora a V. Ex^a.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Floriano, V. Ex^a, respondendo a uma pergunta do Senador Jefferson Péres – e eu não entendi bem – cancelou aquele contrato em março.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Eu o rescindi unilateralmente em março.

O SR. MAGUITO VILELA – Isso foi antes da visita do Presidente Antonio Carlos Magalhães ou depois dela?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – A decisão e as providências foram todas tomadas antes. Essas coisas não se improvisam, Senador. Esses procedimentos tiveram início no dia em que tomei posse. No dia em que eu constitui uma nova comissão jamais poderia adivinhar que, meses depois, o Presidente do Senado iria visitar a obra. O procedimento teve início no dia 15 de setembro, e todas as providências foram tomadas em setembro,

outubro, novembro, dezembro. Não são providências decorrentes de uma visita inopinada e imprevista.

O SR. MAGUITO VILELA – Não sei o motivo da exaltação de V. Ex^a, apenas complementei...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Porque eu disse, Senador, que foi, de fato, uma decisão amadurecida ao longo de meses e espero que ela não seja atribuída, sem demérito ou crítica a quem a fez, a uma visita inopinada.

O SR. MAGUITO VILELA – Exato. É que o Senador Jefferson Péres havia feito a pergunta e eu não havia entendido.

Por que quando o Presidente do TST visitou a obra, em junho de 1998, para autorizar a contratação do reequilíbrio econômico, V. Ex^a foi até a obra conversar com S. Ex^a e não aproveitou a oportunidade e comunicou-lhe as irregularidades?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Eu não sei quem passou essa informação a V. Ex^a. Fico até curioso em saber.

O que posso dizer e até pediria aqui o testemunho do Senador Pedro Simon...

O SR. MAGUITO VILELA – V. Ex^a não foi lá?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Eu pediria o testemunho do Senador Pedro Simon, porque S. Ex^a é do Estado do Rio Grande do Sul e conhece S. Ex^a o Sr. Ministro Ermes Pedro Pedrassani*. Pelo que conheço do Sr. Ministro Ermes Pedrassani, é difícil o diálogo com S. Ex^a. Eu gostaria de dizer que esses fatos, Senador Maguito Vilela, que está tão bem informado, esses fatos...

O SR. MAGUITO VILELA – Eu tenho de estar bem informado, pois sou Senador e estou fazendo parte da Comissão.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – É claro, mas V. Ex^a recebeu informações de pessoas que eu não sei quem são.

O SR. MAGUITO VILELA – É possível. Eu não discuto.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Agora, veja bem! Esses fatos graves...

O SR. MAGUITO VILELA – Então, vou objetivar a minha pergunta: V. S^a visitou ou não a obra?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Essa visita que V. Ex^a estava mencionando é anterior, alguns meses, à minha posse na presidência e eu não tinha em mãos quaisquer elementos concretos que me permitissem, passando por cima do meu Tribunal, do Ministério Público, da Justiça Federal, dirigir-me diretamente ao vice-Presidente do TST, que na época inclusive era um homem fechado, que

a mim me parecia que não permitia um diálogo e eu não tinha nada em mãos, de concreto, naquele período.

Então, se houve omissão, Senador Maguito Vilela, foi de muita gente.

O SR. MAGUITO VILELA – Eu não estou dizendo isso. V. Ex^a é que está dizendo que houve omissão. Eu apenas estou fazendo uma pergunta.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Eu não disse que houve; eu disse: se houve...

O SR. MAGUITO VILELA – Eu apenas fiz uma pergunta: por que V. Ex^a visitou a obra em 1998 e não comunicou a irregularidade?

Agora, outra pergunta: em 1998, V. Ex^a nunca tinha ouvido falar em irregularidades nessa obra? Em 1998 já tinha havido inspeção do TCU e tudo o mais!

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Veja bem! Veja bem, Senador Maguito Vilela! Tenho impressão de que V. Ex^a talvez tivesse conhecimento também de tudo isso aqui no Senado ou lá no Governo do Estado de Goiás. O fato é o seguinte: eu disse já, em resposta a perguntas anteriores... Lamento que surjam acusações, insinuações contra o meu procedimento, infelizmente isso só pode servir àqueles que são os verdadeiros culpados. O fato é o seguinte: eu disse que rumores havia. Esses rumores não eram detalhados, não entraram em minúcias, não entraram em detalhes e eu nunca tive em mãos até muito recentemente e nem tenho em mãos todos os elementos hoje, mas hoje já há elementos suficientes; decorrentes de que esses elementos? Decorrentes da Ação Civil Pública, decorrentes do processo que está em andamento na 2^a Vara Cível, decorrentes de tudo isso que agora está sendo investigado. Naquele período, anterior a 1998, ninguém tinha me trazido, ninguém, ninguém tinha me trazido elementos concretos, que me permitissem sair como denunciante. Agora, havia pessoas que tinham esses elementos concretos e que não saíram como denunciantes. É o caso de se perguntar a essas pessoas por que não saíram como denunciantes e não só a mim, que fui o primeiro e único a rescindir o contrato, o primeiro e único a exonerar o principal responsável.

O SR. MAGUITO VILELA – Perfeitamente.

Eu gostaria de informar a V. Ex^a o seguinte: eu tomei conhecimento naturalmente de alguns fatos acontecidos no meu Governo, depois de ter saído do Governo, e eu autorizei a quebra do meu sigilo bancário, meu sigilo telefônico, não só meu, mas de todos os meus familiares e disse ao Senado que se

vier qualquer pedido aqui eu abro mão da minha imunidade parlamentar. Então eu enfrento as coisas com muita transparência. Eu não tenho receio de enfrentar os problemas.

V. Ex^a conhece alguma obra, ou alguma outra suspeita de irregularidade cometida pelo Juizes Nicolau dos Santos Neto e Delvio Buffulin durante as suas respectivas gestões como presidentes do TRT?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Bom, primeiro, desculpe a minha veemência porque eu me senti de certa forma um pouco atingido.

O SR. MAGUITO VILELA – E não era o meu objetivo atingi-lo.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Então, eu me desculpo perante V. Ex^a.

Eu não me lembro aqui, agora, Senador Maguito Vilela, de obras públicas de vulto, além dessa. Obras públicas, V. Ex^a pergunta. Não obras particulares, não eventuais mansões ou outras coisas desse tipo, não é? Eu não me lembro de obra pública, mesmo porque o Tribunal, que eu me lembre, que eu saiba... Eu pediria licença para indagar do diretor administrativo se existe outra obra feita pelo Tribunal...

O SR. MAGUITO VILELA – Não. Não. Eu disse se V. Ex^a tem conhecimento de alguma irregularidade praticada pelos dois, ou em obras, ou em nomeações irregulares, ou em reconduções irregulares. É nesse aspecto.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Através de rumores, como foi dito há pouco pelo Juiz Carlos Wilson em relação àquela pessoa que jovem, bem jovem, bem mocinha, sem trabalhar, sem estudar, que eu saiba, sem ser empregadora, sem ser empregada, foi classista durante seis anos. Eu ouço e sei de casos; alguns eu quço, outros eu sei, casos inclusive que motivaram alguns deles e vários deles... Houve impugnações feitas pela Amatra da 2^a Região, houve várias impugnações, numerosas impugnações. E houve alguns casos que os jornais noticiaram no Estado de São Paulo, Senador Maguito Vilela, principalmente o jornal **Folha de S. Paulo**. Por sinal, deve ser coincidência e não deve ter sido por isso. O jornalista que descobriu essas coisas foi despedido algum tempo depois, mas imagino que deve ser coincidência. O fato é que o jornal **Folha de S. Paulo** publicou casos de classistas que, realmente, não preenchiam os requisitos legais. Houve uma apuração feita pelo Tribunal do Trabalho, sob a Presidência do Juiz Delvio Buffulin, que exonerou essas pessoas. Uma dessas pessoas exoneradas –

eu prefiro até não dizer o nome – recentemente tentou ser nomeada Assessora de um Juiz e eu não acolhi essa indicação. Parece que uma pessoa exonerada por causa de irregularidades não pode ser nomeada para cargo público. Infelizmente, nem sempre isso acontece. O fato é que V. Ex^a tem razão. Ao longo dos sucessivos mandatos, em alguns casos mais e em outros casos menos, há rumores, e esses rumores, em alguns casos se confirmam e em outros ficam sem confirmação ou sem sabermos se são ou não verdadeiros. Há rumores de vários casos de impugnações, repito, para terminar, nobre Senador Maguito Vilela – e a Sr^a Presidente, D^a Marta, está aqui e pode até prestar esclarecimentos um dia desses aqui – algumas acolhidas e outras não. Quer dizer: as que foram acolhidas foram aquelas noticiadas pela **Folha de S. Paulo**.

O SR. MAGUITO VILELA – O senhor sabe se o Juiz, Dr. Nicolau dos Santos Neto – e eu o estou tratando de Juiz porque, a exemplo de toda a imprensa, nós estamos, aqui, discutindo quando ele era realmente Juiz...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Perfeitamente.

O SR. MAGUITO VILELA – Nós não estamos discutindo atos como ex-Juiz. Como ex-Juiz, eu acho que não estamos averiguando nada com relação ao Dr. Nicolau dos Santos Neto e, talvez, por isto é que nós estamos nos referindo ao Juiz. Também, a imprensa, muito bem esclarecida, tem se referido ao Juiz, porque nós estamos tratando de averiguar as suas questões como Juiz, como Presidente do Tribunal de Justiça.

O senhor sabe se ele tinha ou tem alguma influência muito importante, aqui, em Brasília, em algum Tribunal ou com pessoas de muita influência aqui?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Já ouvi falar de amizades com pessoas muito poderosas nos Três Poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário.

O SR. MAGUITO VILELA – Muito bem. Essa pergunta é importante, Sr. Presidente.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Nos Três Poderes: no Congresso Nacional, no Governo Federal e, provavelmente, também, no Judiciário, é claro.

O SR. MAGUITO VILELA – O senhor poderia citar nomes ou o senhor não tem conhecimento dos nomes dos poderosos dos Três Poderes?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Havia um ilustre amigo de Sua Excelência que eu

não sei se ainda seria amigo de Sua Excelência – talvez não seja mais – que exerce o mandato de Senador da República. Não sei se ainda são amigos, mas eram muito amigos.

O SR. CARLOS WILSON – Então, vai ficar todo mundo sob suspeita aqui.

O SR. MAGUITO VILELA – Exatamente. Foi por isto que eu perguntei se ele poderia declinar...

O SR. FLORIANO DA SILVA - Sr. Senador, eu esclareço porque, como disse o nobre Senador Carlos Wilson, a suspeita poderia recair sob Senadores que não são amigos de S. Ex^a e eu repito: não sei se ainda há essa amizade, mas havia.

O SR. MAGUITO VILELA - Por último, Dr. Floriano Correia da Silva, a última pergunta: é possível que o Juiz, após ter exercido todos os cargos....

O SR. FLORIANO DA SILVA – Atendendo à ponderação do Presidente da Comissão – ou do Vice-Presidente – de que é melhor dizer, eu digo: eram muito amigos, segundo era público e notório e não era segredo – pode ser que agora ... não sei – o Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o que tem isto? Um é de São Paulo e o outro é de São Paulo. Eu acho que nós fizemos muita cena de coisas que são comuns. Afinal de contas, é preciso esclarecer que se tratava de um Juiz que foi Presidente do TRT e se tratava de um homem que, antes de ser Senador, foi Chefe da Polícia Federal de São Paulo e nem por isto pode gerar qualquer suspeita em quem quer que seja. Vamos deixar isto claro porque esta CPI, as pessoas vêm aqui a fim de esclarecer irregularidades e amizade todos nós as temos. Este é um dos aspectos que é preciso... foi bom surgir para esclarecer o que é uma CPI e nem por isso o Senador Romeu Tuma ou que fosse outro qualquer senador estaria sob suspeita, **data venia**, porque um juiz presidente de um tribunal naturalmente que ele se relacionava com chefes do Poder Executivo e com "n" pessoas.

Fiz isso aí – desculpe – em tom mais ou menos de desabafo, porque uma das coisas importantíssimas – e o próprio Dr. Floriano quando aqui compareceu, durante os seus esclarecimentos, ele mostrou até um certo receio quanto ao julgamento que fazem em relação às pessoas que aqui comparecem.

Vamos prosseguir. Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA – Eu quero também, fazendo coro às palavras de V. Ex^a, dizer que o Senador Romeu Tuma é um Senador pelo qual tenho o maior respeito.

O senhor tem notícia de que o Dr. Nicolau também tem ou tinha influência nos tribunais aqui, em Brasília, no TST, amigos lá dentro?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Aí vou então invocar a palavra do Senador Ramez Tebet, se me permite. É natural que eu vá me esquivar de dar uma resposta mais minuciosa, até porque não é necessário. É natural, por exemplo, que um juiz de tribunal, Presidente de um Tribunal, tenha relações cordiais – às vezes mais cordiais, às vezes menos cordiais – com numerosos outros juízes e com o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. De modo que seria uma imprudência - se já não cometi algumas não vou cometer mais uma, de citar nomes...

O SR. PRÉSIDENTE (Ramez Tebet) – Não, absolutamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – ... porque amizade é amizade. Há vários tipos de amizade e amizade, por si só, não deveria comprometer ninguém. Infelizmente algumas pessoas se sentem atingidas quando se fala de amizade. Então, amizades há em vários escalões do Executivo e do Judiciário, mas isso, afinal, parece que é natural.

O SR. MAGUITO VILELA – Por fim a última pergunta, Dr. Floriano.

É possível que um juiz, após ter exercido todos os cargos que o Juiz Dr. Nicolau exerceu, mesmo tendo uma vida regrada, possua o que ele possui hoje: um apartamento em Miami que custou 1 milhão, carros porsche, mercedes, casa de praia no valor de 700 mil e faça uma média de quatro viagens por ano ao exterior apenas com recursos oriundos de seus proventos?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – V. Ex^a me perdoe, mas a resposta é óbvia, eu até gostaria de indagar se V. Ex^a ou se alguém presente acredita ser possível apenas e tão-somente com os vencimentos de juiz fazer tudo isso. Obviamente não, não, não. Resta saber se S. Ex^a Dr. Nicolau vai trazer aqueles elementos que prometeu trazer, mostrando que a fortuna é de berço.

O SR. MAGUITO VILELA – Perfeitamente. Eu ia complementar a pergunta, mas o senhor já a antecipou.

Muito obrigado.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA – Dr. Floriano, a observação que vou fazer preliminarmente nada tem a ver com as indagações que o Senador Maguito Vilela fez a V. Ex^a e à exaltação de V. Ex^a. Nada tem a ver. Mas eu devo ressaltar a presença de V. Ex^a, que comparece como uma testemunha voluntária e já trouxe devidamente formalizado o documento de sua identidade e o compromisso, fazendo-nos inclusive lembrar que como testemunha não tinha por que acusar, não tinha por que defender e que havia de se limitar a expor os fatos. Uma recomendação, por sinal, do Código de Processo Civil que não dá resguardo à opinião pessoal da testemunha. Por outro lado, vale acentuar que V. Ex^a esclarece fatos e funções da sua ação administrativa no Tribunal. Portanto, inteiramente à vontade.

Desejaria a informação de quanto era a composição desta Comissão. Três membros?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Até recentemente, era de três membros, Senador Djalma Falcão?

O SR. DJALMA FALCÃO – E a competência para designação desta Comissão era do Presidente do Tribunal?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Sim.

O SR. DJALMA FALCÃO – O Presidente publicou a designação da Comissão, mas, em algum outro documento, adiantou quais as atribuições dessa Comissão, até onde ia o seu poder, o seu exame e apreciação dos fatos?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Não, Senador, até, ao responder ao Senador Jefferson Péres, eu tinha dito que tenho aqui a cópia da sessão administrativa de 14 de janeiro, que foi a primeira designação. Se V. Ex^a me permite, gostaria de ler alguns trechos. A data é do dia 14 de janeiro de 1992, que é muito importante. Presidência do Juiz Nicolau dos Santos Neto. Estavam presentes os Juízes Moro, Ocarion, Pupo Nogueira, Elder Carvalho, Rubens Aidar, Delvio Buffulin, Roberto Arraiolo, Pacini, Carlos Eduardo Figueiredo, Lillian Ottobrini Costa ...

O SR. – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. – Com as minhas escusas ao nobre Juiz, gostaria de saber qual o motivo de um funcionário passar aqui, pegar os meus apontamentos e sair por aí.

Gostaria que V. Ex^a determinasse imediatamente que alguém fosse atrás dele, para que ele

voltasse com a documentação que ele pegou aqui na minha bancada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a viu quem foi o funcionário?

O SR. – Vi. Foi agora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, vamos pegá-lo agora imediatamente.

Peço ao secretário da Comissão, Dr. Luís Cláudio, que procure ver o funcionário.

Continua com a palavra o Dr. Floriano.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Terminando, então, a relação dos nomes, que não é grande, Francisco Andreoli, João Nanino, Carlos Orlando Gomes e Antônio Bueno. Já expliquei que, naquele mês, estava viajando. Creio que estava de férias e não compareci. Aliás, não sabia que este assunto seria tratado nesta data.

Consta do início da data que o Sr. Presidente submeteu ao órgão especial para **referendum** os nomes dos integrantes da Comissão de Constituição do Fórum Trabalhista da cidade de São Paulo, composta pelos Srs. Juízes José Jamil Zantut, como Presidente, funcionários Itagiba Toledo, Diretor-Geral, e Orlando Apuene Bertão, Diretor da Secretaria da Coordenação Orçamentária e Financeira. Esclareceu que tal Comissão foi formada, tendo em vista a locação de recursos financeiros a este regional pelo Tesouro já muito esperados.

Da maneira como foi redigida a ata, Senador Djalma Falcão - e já é uma coisa curiosa - consta que o colegiado teria referendado a designação, só que, antes de encerrar a sessão, a Juíza Lilian Ottobrini pediu a palavra. Dada a palavra, que não poderia deixar de ser dada, ela, então levantou uma série de dúvidas, e os argumentos de S. Ex^a ficaram resumidamente constantes da ata.

Quando termina o resumo do que ela falou, consta o seguinte, Senador Djalma Falcão:

"Pelo Sr. Presidente, foi dito que a Comissão designada para acompanhar o processo de licitação já foi referendada pelo Plenário no início desta sessão, por unanimidade. Esclareceu que o edital de licitação obedeceu aos ditames do Decreto-Lei nº 2.300."

E dá uma explicações, lembrando da dificuldade de conseguir verbas necessárias à homologação institucional; verbas estas que, quando depositadas, deterioram-se com extrema velocidade, se não utilizadas com presteza. De vez que as mesmas não sofrem correção.

Com a palavra novamente a Juíza Lillian Ottobrini, S. Ex^a insistiu em uma maior cautela a ser observada pelo Tribunal. Embora, ele já tivesse dito que estava tudo aprovado, ele sentiu a necessidade de, diante da insistência da Dr^a Ottobrini, submeter o assunto à apreciação. Então, ficou constando o seguinte:

" Submetida a matéria à apreciação do órgão oficial, o mesmo entendeu, por maioria de votos, confirmar a comissão designada e referendada a esta sessão. Vencidos a Juíza Ottobrini, o Juiz Valentim Ocarion e Olga Carvalho.

O SR. DJALMA BESSA – Mas, no curso do processo, essa comissão foi alterada, mas já sem o referendo do plenário, não é exato?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Que eu saiba, e tenho informações do antigo Secretário do Pleno – tenho um ofício dele inclusive, que deve estar aqui –, ele disse para mim que não encontrou nenhuma ata de sessão que tivesse aprovado aquelas designações que foram feitas. Deixe-me ver se está aqui, Senador. Está aqui, no meio dos papéis.

O SR. DJALMA BESSA – Pois não.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Como a portaria foi publicada no *Diário Oficial* sem referência a órgão especial, sem aprovação pelo órgão especial ou mesmo **referendum** – porque, às vezes, é até uma formalidade, infelizmente, esse **referendum** –, mas o fato é que, pelas informações que obtive em *Diário Oficial* e documentos e pelas informações do Diretor-Geral da (*Inaudível*) Judiciária, não teria ocorrido a aprovação pelo Tribunal dasquelas designações. No início do mandato do Juiz Dr. Moro, não teria ocorrido também a aprovação pelo Tribunal, que eu saiba, da comissão designada pelo Dr. Aidar.

O SR. DJALMA BESSA – Dr. Floriano, essa comissão reuniu-se várias vezes.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Presume-se, não é?

O SR. DJALMA BESSA – Presume-se.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – É uma presunção muito relativa.

O SR. DJALMA BESSA – Então, a minha indagação seria a seguinte: essas decisões da comissão eram terminativas ou teriam que ser submetidas à decisão do plenário?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Eram terminativas. Aliás, Senador Djalma, pelo que me disse um dos ex-membros da comissão, na ver-

dade, no tempo dele pelo menos, a comissão não se reunia nunca. As decisões estavam centralizadas, segundo me disse esse juiz que foi membro da última comissão. As decisões eram todas tomadas centralizadamente, isoladamente, monocraticamente pelo Dr. Nicolau.

O SR. DJALMA BESSA – Mesmo antes de ser Presidente da comissão?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Não. Veja bem, eu me referi à última comissão, porque temos mudanças na composição em três períodos distintos: 1992/1994, 1994/1996, 1996/1998. Refiro-me à afirmação que diz respeito a esse último período, 1996/1998. Não sei se anteriormente havia reuniões, talvez sim, talvez não. Não posso afirmar que sim, nem posso afirmar que não. Apenas em relação ao último período, 1996/1998, um deles me disse: "Olha, eu não sabia de nada, não era convocado nunca. O Dr. Nicolau resolvia tudo sozinho". Foi o que ele disse pelo menos.

O SR. DJALMA BESSA – Dr. Floriano, se assim entender a Comissão, acho que valeria a pena e teria sentido a remessa de cópia da ata da reunião dessas comissões.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Se se conseguir encontrar, porque para poder encontrar a ata é preciso, primeiro, saber se existe ata; segundo, saber se dessa ata ficou cópia no Tribunal, porque não temos poder, evidentemente, de procurar essa ata, a não ser dentro do recinto do Tribunal.

O SR. DJALMA BESSA – O senhor ressaltou que uma empresa ganhou a concorrência, outra empresa partiu para construir o prédio sem ter participado da concorrência e ainda foi instituída uma terceira empresa, não é exato?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Exato.

O SR. DJALMA BESSA – Não é exato? Três empresas.

Seria viável a remessa de documentos para comprovar a constituição dessas empresas?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Sim, na Junta Comercial... Pergunto se a Junta Comercial tem. Não sei se o Tribunal tem, mas deve ter. O que não estiver no Tribunal a Junta Comercial tem que fornecer.

O SR. DJALMA BESSA – Pois não.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – A constituição das três. Aliás, seria interessante incluir a famosa empresa do Dr. Fábio Monteiro de Barros, porque foi uma coalizão de Fábio Monteiro.

de Barros com uma empresa, daí resultou a Incal. Então teria que abranger também as empresas do Fábio Monteiro de Barros.

O SR. DJALMA BESSA – Até 1996, toda essa movimentação foi feita na área administrativa; entretanto, em 1997, entrou na área do Judiciário...

O SR. FLORIANO CORRÉA VAZ DA SILVA – Exato.

O SR. DJALMA BESSA – ...vamos dizer assim, com ação civil pública do Ministério Público ...

O SR. FLORIANO CORRÉA VAZ DA SILVA – Permita-me V. Ex^a.

O SR. DJALMA BESSA – Pois não.

SR. FLORIANO CORRÉA VAZ DA SILVA – Em 1997, foi inquérito do Ministério Público. A ação só surgiu em 1998.

O SR. DJALMA BESSA – Posteriormente, veio a ação cautelar.

O SR. FLORIANO CORRÉA VAZ DA SILVA – Sim, em 1998, julho.

O SR. DJALMA BESSA – E essa ação cautelar foi que provocou a suspensão das obras?

O SR. FLORIANO CORRÉA VAZ DA SILVA – Não diria que foi, mas contribuiu de certa forma, porque, na verdade, a empresa estava acostumada a receber o dinheiro assim que ele chegava de Brasília. A partir daquele momento, havia uma ordem judicial, não havia mais pagamento e a empresa abandonou a obra. Não sei se foi só por isso, mas isso deve ter sido decisivo. É muita coincidência abandonar a obra quando cessam os pagamentos. No momento em que cessaram os pagamentos, ela abandonou a obra.

O SR. DJALMA BESSA – Por último, Dr. Floriano, quando V. Ex^a assumiu a presidência, exonerou o ex-Juiz, Dr. Nicolau, da assessoria. Ele também deixou de participar da comissão?

O SR. FLORIANO VAZ DA SILVA – Sim, porque eu o exonerrei também. Foram três atos: um ato exonerando-o do cargo de assessor de juiz, um ato revogando a portaria que constituiu a comissão até então em vigor, então ele foi destituído, e a última portaria é muito explícita, muito clara. Pediria para ler essa portaria, que é muito clara: "Portaria nº 395, de 15 de setembro, revogando a portaria que constitui comissão de construção do TRT-São Paulo, composta pelos Juízes Nicolau dos Santos Neto, Sérgio Paes de Melo e Décio Sebastião Daidone." Isso significa, Senador, que nesse momento os três estavam destituídos e uma nova comissão, com novos nomes, foi organizada.

O SR. DJALMA BESSA – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mais alguma pergunta?

Concedo a palavra, para suas perguntas, ao Eminentíssimo Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Dr. Floriano, entendo que a presença de V. Ex^a aqui é sinal de que deseja colaborar e digo isso movido pela convicção depreendida da firmeza de suas respostas, em alguns momentos até de uma certa exaltação, porque se sentiu, talvez, desafiado, e de uma frase que V. Ex^a, no meio do seu depoimento ou no curso de alguma resposta, pronunciou. V. Ex^a disse que esperava que o Poder Judiciário saísse desta CPI purificado. É o nosso desejo. Se ele, Poder Judiciário, não sair purificado, pelo menos que se criem caminhos para que o Poder Judiciário, que tem que ser ponto de referência e exemplo, seja um poder purificado. E aí vão duas preocupações que eu guardo.

Tenho já uma convicção com relação a esse episódio do prédio do TRT de São Paulo. Não quero fazer nenhum prejulgamento, mas tenho duas preocupações neste exato sentido de purificar o Poder Judiciário, e é nosso dever e prerrogativa constitucional investigar para chegar a esse objetivo: uma na origem, uma no final.

Não consegui ainda compreender, Dr. Floriano. Eu já fui prefeito e já fui governador. Se eu inventasse fazer um posto de saúde, uma pequena escola e, como prefeito ou governador, recebesse o relatório do Tribunal de Contas da União que o TRT de São Paulo recebeu, no nascedouro da obra, eu acho que cairia o mundo por cima de mim: a Câmara Municipal, a imprensa, a Assembléia Legislativa. Uma coisa que não consigo entender é como se comportou o TRT de São Paulo como um todo, não o seu Presidente, não a comissão especial para acompanhamento da obra, mas o TRT de São Paulo, que, no primeiro momento, por meio de dois ou três juízes, se manifestou contrário aos procedimentos do Presidente. Como é que um documento com a gravidade do documento emitido pelo TCU, mandando suspender pagamento, suspender a obra, anular concorrência, um documento contundente, muito firme. Qual foi a atitude do TRT, porque a obra continuou? O dinheiro pago não foi devolvido. E, de 92 até 96, a obra continuou, apesar da determinação do Tribunal de Contas da União. A minha primeira preocupação é com a salvaguarda, com o esquema de vigilância, que cada Poder deve ter, para que, erros que eventualmente pratiquem, sejam contidos, sejam corrigidos.

dos. Não consigo entender como, depois deste relatório do TCU, o TRT de São Paulo, como um todo – e havia existido a manifestação preliminar por parte de alguns juízes –, como esses não se reuniram e pararam para esclarecer o assunto e para decidir que só continuassem a obra apenas quando tudo estivesse esclarecido. Na pior das hipóteses, isso. Mas, não. Parece que o Presidente tinha poderes imperiais inadmissíveis em qualquer regime democrático. Não cabe na minha cabeça, nem na de nenhum brasileiro que alguém possa ter poderes imperiais em regime democrático, pois a obra continuou. Quero ouvir a manifestação de V. Ex^a com relação a essa preocupação que tenho. O que houve em 1992 e 1996? Qual foi a manifestação do TRT pelos seus membros: pelos juízes togados ou classistas, com relação à manifestação dura, peremptória e séria do Tribunal de Contas da União. Para, depois, fazer umas outras perguntas.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA –
Diante dessas perguntas tão bem formuladas pelo ilustre Senador potiguar, tenho que desdobrar a resposta em dois ou três itens, pelo menos.

Primeiro item: V. Ex^a diagnosticou com precisão – como se fosse um médico – sobre os poderes imperiais. Era, na prática, exatamente o que estava acontecendo. Isso ocorria em outros Tribunais e em outras Casas do Congresso e dos Ministérios. Isso, infelizmente, tem ocorrido. Certas pessoas assumem poderes imperiais. Estes, no caso concreto a que V. Ex^a se refere, são, a meu ver, eloquientemente comprovados, se soubermos aquilo que não é público - e não vejo motivo para não torná-lo público - os apelidos, as alcunhas desse imperador entre seus íntimos que reconheciam aquela chefia, aquele império. Os íntimos lhe davam como codinome - pois quem ouvia a conversa não entendia: general. Falei com o general; o general falou isso; o general quer isso; o general quer assim. É o apelido dos amigos íntimos que se sujeitavam, alguns ainda se sujeitam, a esses poderes imperiais. Assim, ficou conhecido entre os íntimos: general. Os que não são amigos, não são submissos - são poucos – tratavam-no por um apelido mais adequado a um imperador: Czar. Quem foi o último imperador da Rússia: Czar Nicolau. Esses apelidos dos íntimos e dos não íntimos revelam os seus poderes imperiais. Agora, porque o Tribunal - além dessa explicação que explica grande parte do que ocorreu – não se insurgiu? Entre outras razões, por que esses outros assuntos nunca foram levados ao Pleno, nunca foram levados ao órgão especial, nunca deles se deu conhecimento ao juízo do Tribu-

nal. Aqueles poucos que ficavam sabendo eram informados de que contra aquele estudo, contra aquela auditoria, tinha sido apresentado um recurso, tinham sido apresentadas ponderações, memoriais ao Tribunal de Contas da União, porque o Tribunal de Contas da União é que tinha que dizer a última palavra. O Tribunal de Contas da União, que levou anos e anos para não decidir aquilo que, a rigor, já devia ter decidido em 1992, foi demorando, foi demorando, foi demorando. Nesse meio tempo, os interessados obtiveram pareceres substanciosos - não sei que aspectos são abordados pelos pareceres...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor me permite, só uma interrupção?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA –
Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Porque acho brilhante o que V. Ex^a está falando e que está me dando, assim, uma nítida sensação de que as coisas só são transparentes mesmo no Legislativo.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA –
Talvez.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Porque veja... Aliás, os fatos são desde 1992. Estão sendo apurados e a opinião pública não sabia. Não é? Como diz o Senador José Agripino, quer dizer, a opinião pública não sabia. Os juízes do Tribunal, V. Ex^a está dizendo, não sabiam, apesar de saber que o Tribunal de Contas... Então, pela primeira vez, parece-me que as coisas estão sendo abertas. É essa a conclusão. Mas isso é conclusão minha, é um desabafo. Quero deixar V. Ex^a com a palavra e pedir esculpas ao Senador José Agripino se interferi assim, porque...

O SR. JOSÉ AGRIPINO - A colocação de V. Ex^a foi altamente inteligente e interferiu com propriedade.

O SR. PEDRO SIMON – Desculpe, Presidente. o Congresso já sabia há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, acredito que não devemos estabelecer uma discussão paralela, mas o Congresso, todo mundo já sabe que é isso. É isso que quero dizer. Todo mundo já sabe que é isso. Estamos abrindo as portas agora para saber o que positivamente não sabíamos. Essa é a diferença.

O SR. JOSÉ AGRIPINO - Há um outro dado, Sr. Presidente, que tem que ser aqui colocado com toda a franqueza. O Senador Pedro Simon diz que o Congresso talvez soubesse desse fato. Eu fiz uma pergunta objetiva ao Presidente, Dr. Floriano, e perguntei a ele porque não apareceu um outro general

de estirpe semelhante dentro do TRT para contestar o Presidente e limpar a imagem da Instituição, que estava **sub judice**, debaixo de um libelo acusatório, que era o relatório do Tribunal de Contas da União. Então, faltou a audácia ou a coragem, no Órgão Colegiado, de alguém que desafiasse o general, o czar, para que aquilo que era um dolo inadmissível fosse interrompido. Mas não faltou coragem ao Congresso Nacional, pela voz corajosa do Senador Antonio Carlos Magalhães, para, enfrentando todo o tipo de contestação e adversidade, propor uma CPI que a coragem dos Senadores instituiu. E aqui estamos nós, prestando um serviço ao País.

Gostaria de ouvir a continuação da resposta do Presidente Floriano.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Queria lembrar que houve um Deputado Federal, Giovanni Queiroz, que aqui esteve, e S. Ex^a tentou ao máximo – e parece que tenta ainda; ele continua na Câmara, foi reeleito – e continua tentando impedir certas coisas e S. Ex^a até agora também fracassou. Por isso é que aquele artigo já mencionado da jornalista Kramer, em que ela se refere a um determinada expressão – não sei se cadeia ou corrente –, ela diz que o problema começa no momento em que o Congresso libera as verbas. Já, às vezes, libera por determinado objetivo. São pessoas que se dizem as únicas capazes de conseguir liberação de verbas que conseguem essas verbas. Então, o problema é complexo, porque abrange o papel da Câmara, o papel do Senado, que libera as verbas, abrange o Tribunal de Contas da União e abrange, evidentemente, o Executivo e o Judiciário. Esse problema tão complexo só poderá ser enfrentado se houver realmente, da parte do Congresso, que é o grande órgão da representação nacional, uma coragem em que apenas, não uma minoria, mas uma maioria consiga achar a solução para que tudo entre nos eixos. Não é fácil. E, voltando à pergunta de V. Ex^a, não é fácil, mas é necessário.

Voltando à pergunta de V. Ex^a, eu disse e é verdade. A maioria dos juízes ignorava totalmente. É claro que quando alguém ouvia falar que havia um problema lá, evidentemente, dizia: há recursos, há recursos. E de fato havia recursos, porque, no Tribunal de Contas da União, salvo engano, naqueles longos anos que se passaram, foram entregues pareceres – não sei o teor dos pareceres, mas é fácil descobrir o teor dos pareceres, porque não devem ter enfrentado o âmago do problema. O Professor Miguel Reale, salvo engano o Professor José Afonso da Silva, juristas ilustres deram pareceres, e, junto com esses pareceres, salvo engano aquele do Dr.

Manoel Afonso Ferreira, antigo advogado do jornal **O Estado de S. Paulo**, esses pareceres serviam, no mínimo, de justificativa para alguns poucos mais preocupados com o assunto: bom, se há esses pareceres, afinal de contas, não deu a palavra final... E, para tristeza e decepção de muitos, quando vem a palavra final é a seguinte: já que a obra começou tem que continuar, e fica tudo como dantes no quartel de Abrantes.

Então, Senador, o problema não é só do nosso Tribunal. O problema é complexo e abrange também o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União, mesmo porque, embora a Constituição diga que o Tribunal de Contas é órgão auxiliar, na verdade, parece que o Congresso precisa das coisas como são e, sendo a Constituição como é, não consegue assim fazer com que o Tribunal de Contas haja com a necessária rapidez, com o necessário rigor, para evitar que isso aconteça. Porque se a auditoria, no início de 1992, apontou os graves problemas, por que isso não foi resolvido em 92? Eu também gostaria de saber por quê.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Dr. Floriano, eu tenho a impressão de que o nosso grande problema e o encaminhamento que vamos ter que dar, encontrar nesta CPI, é fornecer caminhos para a Comissão Especial que estuda a Reforma do Judiciário, é que, diferentemente dos outros poderes, no Poder Judiciário, é impossível exercer vigilância individual sobre juízes ou sobre órgãos colegiados. O Juiz é líder de si próprio, independente, tem que ser, é verdade; agora, a sua consciência pode ser ética ou não. Se for ética como a de V. Ex^a, fica tudo bem. Se não for ética, o esquema de desvigilância que se estabeleceu institucionalmente na Justiça possibilita fatos como o que ocorreu no TRT de São Paulo, no TRT da Paraíba e não sei se em outros lugares mais. Mas V. Ex^a tem toda a razão quando diz que a tarefa cabe, mais uma vez, ao Poder Legislativo: encontrar caminhos para estabelecer parâmetros de vigilância também sobre o Poder Judiciário, sem interferir constitucionalmente nas suas tarefas, nos seus métodos, nas suas competências, para que a cidadania brasileira seja preservada.

Fiz um questionamento com relação à origem do problema, por que o Tribunal não tomou uma providência diante da postura adotada pelo Tribunal de Contas da União. A resposta foi dada.

A outra é uma questionamento que tenho, porque eu não quero fazer julgamento, longe de mim. Nós somos aqui inquiridores para tentar formar uma opinião ao final. Mas eu tenho uma convicção de que há seriíssimos indícios da prática de dolo. Eu

não advogado, sou engenheiro, mas sei que existe dolo mais grave e menos grave. O mais grave é aquele premeditado. E está me parecendo, e queria ouvir a opinião de V. Ex^a, que é Presidente do TRT de São Paulo. Acho essa informação preciosa para o Relator, que vai, ao final, escrever um relatório e vai qualificar os indiciados como condenados ou não e em que grau de condenação.

Em São Paulo, um prédio foi objeto de uma "concorrência", e ganhou uma empresa que não participava da concorrência, recebeu um contrato por sub-rogação, não tinha nem ao menos o terreno, comprou depois e jogou dentro do contrato por um preço muitas vezes superior ao preço que pagou pela aquisição. Não tinha projeto e recebeu 23,7% dos recursos adiantados. Não cabe na minha cabeça de administrador público que já fui e, repito, prefeito e governador, adiantar – eram 137 milhões, algo como US\$25 milhões, nas mãos de uma empresa que não se sabe qual é, que pode no dia seguinte encontrar uma justificativa qualquer para não continuar a obra. E af o dinheiro público é jogado fora.

Quando fui Governador pela segunda vez, Dr. Floriano, em 1992, iniciou-se a construção do prédio do TRT do Rio Grande do Norte – até fiz força para isso – e o Governo cedeu o terreno; como em muitos Estados do País, o terreno foi cedido pelas Prefeituras e pelos Governos, e foram usados. Em São Paulo, a impressão que se tinha era de que se fazia questão de não aceitar doação porque parecia haver interesse premeditado em algum negócio com o terreno. Havia interesse premeditado, como havia verba alocada no Orçamento da União em fazer o adiantamento de 23,7%.

Na opinião de V. S^a, houve premeditação do Dr. Nicolau dos Santos neste processo de dolo todo presumível?

O SR. FLORIANO CORREIA VAZ DA SILVA – Diante de tudo que tem sido apurado e veiculado pela imprensa, diante das revelações que a imprensa tem trazido – em boa parte revelações que se originam dessas investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito –, em parte também pelo que o Ministério Público já vinha fazendo e continua fazendo há muito tempo e sem menosprezar as contribuições de outros órgãos do próprio Judiciário e dos outros Poderes, diante de tudo o que ocorre, sabendo-se, inclusive, segundo disseram os jornais, daquela amizade antiga e íntima, ao que parece, do empresário e do então Presidente do Tribunal, pode-se razoa-

velmente suspeitar, como bem disse V. Ex^a, de um golpe premeditado. Essa suspeita é inevitável.

V. Ex^a, como engenheiro e como Governador, revelou que conhece bem as noções jurídicas fundamentais porque apontou, com razão, que o dolo não é idêntico. Existem vários tipos de dolo, chamado no Direito Penal, por exemplo, de dolo eventual. Evidentemente, seja na área do Direito Penal, seja na área do Direito Administrativo, seja na área do Direito Civil, o dolo tem graduações e a participação de cada pessoa tem graduações.

Bem lembrou V. Ex^a que as consequências não são de ser idênticas para todos. Não é verdade? Têm que ser adequadas à participação de cada um. É o problema da individualização da pena do Direito Penal. Então, reconheço que as considerações são corretas. Quero dizer que a suspeita me parece razoabilíssima. Diria até, para quem lê os jornais, que é uma suspeita inevitável. Esperemos que tudo isso venha a ser devidamente comprovado, sem prejuízo de defesa. E, se for comprovado, que a lei se cumpra. Como se dizia antigamente, naquele velhíssimo brocado que até perdeu o encanto, mas que não pode agora ser menosprezado: **dura lex sed lex**, a lei é dura, mas é lei; e é lei para todos.

E é preciso lembrar que não pode nem deve haver numa República imperadores, seja de que tipo for, seja de que Poder for. E não pode haver também cidadãos que se julguem ou que estejam acima de qualquer suspeita, seja qual for o cargo.

O SR – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Geraldo Althoff e, logo a seguir, ao último orador inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, peço inclusive escusas pela minha ausência momentânea, mas a necessidade da minha presença em plenário justifica a minha ausência.

Gostaria, sendo médico, de fazer alguns diagnósticos da presença do Dr. Floriano Correa Vaz da Silva em nossa Comissão.

A primeira reflexão seria a de que aquele que vive a história dos fatos, não participando dos fatos de maneira inequívoca, como está sendo apresentado e posto pela sua pessoa, mas como uma pessoa que via e observava os fatos se sucederem, vem ratificá-los, mais uma vez, que a história é fundamental para a compreensão dos próprios fatos.

A história recente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo realmente oportuniza que possamos fazer exatamente essa reflexão que estamos

fazendo neste momento. Não vou fazer nenhum questionamento. Gostaria ainda de fazer uma reflexão a respeito do significado da vinda de um juiz togado, presidente de um Tribunal Regional do Trabalho, de um Estado como sabe ser São Paulo, e sobre quem não põe nenhuma dúvida da sua idoneidade, mas que aqui vem para colaborar com a nossa comissão, e essa colaboração, entendo, deve ser valorizada e significada para que outros juízes, nas mesmas circunstâncias que o senhor, refletam, pensem e mudem a maneira de entender a existência da nossa comissão.

Por último, quero agradecer as referências elogiosas ao meu querido Estado de Santa Catarina. Era somente isso que eu gostaria de expor e de refletir, principalmente com relação a sua vinda até o nosso meio.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Muito obrigado. O papel de V. Ex^a é muito importante, porque, nos contatos que tivemos, facilitou bastante essa difícil e complicada decisão para mim, sabendo de antemão que vou enfrentar, como já tenho enfrentado, críticas e ataques de colegas que se sentem insatisfeitos, colegas que fazem acusações e colegas que não agem de frente porque não podem fazê-lo. É uma lástima que tenhamos de enfrentar essas situações, mas é preciso enfrentá-las. Agradeço as palavras de V. Ex^a que me sensibilizam e me enobrecem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Elas são de toda a Comissão.

O SR. EDUARDO SUPILY – Sr. Presidente, peço a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o eminente Senador Pedro Simon. V. Ex^a pede a palavra pela ordem, Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPILY – Sr. Presidente, em sendo membro de outra CPI e tendo de estar lá, gostaria de cumprimentá-lo, Senador Ramez Tebet, bem como aos membros desta CPI, o seu Relator e o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Dr. Floriano Correa Vaz Da Silva, pela atitude de aqui estar colaborando com esta CPI. É apenas isso que eu gostaria de transmitir e explicar. Embora seja Senador por São Paulo, tenho de estar na CPI dos Bancos neste instante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Fica feito o registro de V. Ex^a com os agradecimentos no que toca a nossa Comissão, que espera ainda uma visita mais demorada de V. Ex^a, bem como a sua sempre imprescindível colaboração.

Com a palavra o eminente Senador Pedro Simon, último orador inscrito.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, primeiro peço desculpas ao prezado companheiro, eu não estava entendendo. Estive lá no Plenário e não estava vendo que já eram 15h. Estava imaginando que ainda é de manhã. Não estava entendendo. Peço que me perdoe.

Prezado Presidente, penso, com toda a sinceridade, e fiz sentir isso ao nobre Presidente, que o que falta no Brasil é a disposição de punir e de buscar a verdade. Temos de falar com cuidado porque alguns setores da imprensa estão muito preocupados com a maneira com que os parlamentares falam. Estão mais preocupados com isso do que buscar a verdade. Nos Estados Unidos, por exemplo, em modernos países, os sinais evidentes de riqueza, ou seja, uma pessoa que gasta, que possui bens, que compra, que vive numa situação muito superior ao que ganho que se sabe que ela auferiu, é o início de uma ação para invocar o que está acontecendo. No Brasil não acontece isso. Não é apenas o caso do Sr. Nicolau. É uma regra não acontecer isso. Comentar, comentamos: "olha a casa que ele comprou; olha o carro que ele comprou; olha as jóias que a mulher dele tem. Ele é meu colega e como acontece isso?" E fica por aí.

Não há um sentido de preocupação no intento de se buscar efetivamente a verdade. Esse caso do Tribunal é um desses casos que vem de longa data, e, nós todos, os membros do Tribunal...

A imprensa, a sociedade de São Paulo, nós, Parlamentares, tínhamos conhecimento disso quando o nosso vice-Presidente foi Presidente de uma Comissão que percorreu o Brasil investigando obras, obras paralisadas, e tudo o mais. Aquela Comissão chamou a atenção para esse detalhe.

Primeiro: para o imenso número de obras que estavam paralisadas, devendo, inclusive, parar com obras novas, enquanto não se concluíssem aquelas. Isso não agradou a Senadores nem a Deputados.

Segundo: havia casos em que percebíamos, a olho vivo, o exagero que se estava gastando; o exagero já aplicado com as obras e o que havia de concreto nelas.

V. Ex^a concorda comigo: não sei, mas é claro que não é uma fonte idônea hoje, porque a manifestação do gênero do Sr. Nicolau deu uma demonstração de que ele está machucado, e, quanto ao que ele disse, não há uma garantia absoluta de que tudo seja verdade, embora muitas das coisas tenham sido ditas até com provas, principalmente fotográficas.

Ele argumenta, e segundo me parece, vi em outros locais, que dos mais de R\$200 milhões que teriam sido gastos no Tribunal – não acredito – uma quantia em torno de R\$100 milhões teria sido o desvio feito pelo ex-Presidente. Não acredito que seja tanto, mas o genro diz que o Sr. Nicolau comprou um terreno de R\$400 milhões em uma praia. Não gostou do terreno, sei lá o que, vendeu ou trocou o terreno, fazendo uma outra casa que tinha uma vista mais bonita, beira-mar, de mais de R\$1 milhão. E comprou na Flórida, em Miami, um apartamento de R\$1,6 milhão e tinha vários carros importados.

Ele ganha igual a V. Ex^a. Deveria estar ganhando um pouco mais. Quanto ele ganhava pela função gratificada que exercia? Como membro do Tribunal, ele ganhava igual a V. Ex^a. Agora, tinha uma função gratificada. Quanto ele ganhava a mais por essa função gratificada?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – O Tribunal não paga nenhum centavo a mais, que eu saiba, para os juízes, quaisquer que sejam as funções exercidas.

O SR. PEDRO SIMON – Depois de aposentado?

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Ah, sim.

O SR. PEDRO SIMON – Ele se aposentou e passou a exercer uma função...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Durante dois meses, ele acumulou os proventos da aposentadoria. Infelizmente, outra distorção que havia e parece-me que ainda há, militares e civis, quando se aposentam, em certas categorias, passam a ganhar mais do que quando estão trabalhando.

O SR. PEDRO SIMON – Sim.

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – O Marechal Castello Branco tentou acabar com isso. Parece que isso acabou durante algum tempo e depois voltou de novo.

O normal, creio que são de R\$5 a 6 mil os proventos da aposentadoria com os vencimentos de assessor. Mas isso dá apenas dois meses. Não explica, evidentemente,...

O SR. PEDRO SIMON – Então, o que digo...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas nesse tempo em que foi assessor, foi Presidente da Comissão também.

O SR. CARLOS WILSON – Com esse cargo de Presidente da Comissão, o máximo que ele deve ter ganho foi mais R\$3 ou 4 mil, o que não daria para justificar...

O SR. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Então, reparem, esse cidadão desempenhou os cargos de Presidente e Presidente da Comissão de Construção por um longo período.

Em primeiro lugar – o senhor me perdoe – é realmente muito estranho, como diz o Relator. Foi contratada uma obra sem haver planta, sem se saber o que queríamos. E foi contratada um obra por um preço fixo, determinado, e agora nós não sabemos o que fazer.

O SR. CARLOS WILSON – Para V. Ex^a ter uma idéia de como era essa obra, Sr. Presidente, ele falou na Comissão de Obras Inacabadas. Levantamos 2.214 obras que tinham recebido recursos do Orçamento e estavam paradas – eram as chamadas obras inacabadas. Esse Tribunal de São Paulo era tão poderoso no que se refere à verba que nem consta do relatório das obras inacabadas, porque o Dr. Nicolau, até segundo informações do nosso Presidente, dispunha de tanto prestígio em Brasília, que nem precisava falar nessa questão. Ele não queria chamar a atenção para aquela obra, desviando o assunto, Senador Pedro Simon. Na verdade, há no Tribunal – embora não seja engenheiro – em torno de R\$100 milhões. Pelo depoimento do nosso Presidente, foram jogados naquela obra mais de R\$230 milhões. Então, hoje estão voando R\$130 milhões, que devem estar na mão ou no bolso de alguém.

O SR. PEDRO SIMON – Gastaram-se 40% na obra e desviaram-se 60%. É realmente um recorde, porque a tese era 10%. Falou-se, sobre um Governo de certa época, que o Secretário da Fazenda era chamado de Quinzinho, porque era 15%. Mas nesse caso é 60%.

O que me chama atenção – vou falar-lhe de coração, não me refiro apenas a esse caso, mas a uma regra no Brasil – é que em determinado momento se instaura uma CPI, que é objeto de manchete, tramita e nada acontece. A Polícia Federal, o Congresso, a Procuradoria, a Consultoria, a Fazenda, a Arrecadação, a Receita Federal não fazem nada. Ninguém faz absolutamente nada.

Perdoe-me V. Ex^a – não é apenas em seu Tribunal, pode ser aqui no Senado, embora não conheça ninguém, graças a Deus. Não queremos saber desse tipo de irregularidade e não temos coragem de falar sobre ela, denunciá-la ou dizê-la. A verdade é essa. Se não começarmos a agir, isso não pára.

Nesta Comissão, um Deputado do PDT do Pará fez uma série de denúncias de gastos fantásticos de obras, entre as quais a do Tribunal de São Paulo, inclusive em relação ao custo, mostrando que a ponte entre Montevidéu, Colônia e Buenos Aires, com 40 Km de extensão, é feita por um preço 10 vezes inferior a uma estrada federal ou uma ponte construída no interior do Brasil.

Então, fica muito difícil. Talvez mereça um outro editorial do *Estado de S. Paulo* por dizer um absurdo desse, mas, se não tivermos coragem de colocar na cadeia aqueles que para lá devem ir, ou seja, de iniciar a fase de punir os responsáveis, nunca chegaremos a uma conclusão. Tenho dito mil vezes que o último Presidente do Banco Central do Japão está preso por ser ladrão. O penúltimo Presidente do Banco Central do Japão não está na cadeia porque se matou de vergonha de ser preso por ser ladrão. O Presidente da Fiat foi para a prisão na Operação Mão Limpas.

Isso ocorre em qualquer lugar. O Brasil não é o único país do mundo onde se cometem roubos. O Brasil é o único país do mundo onde não acontece nada. Então, perdoe-me, mas disse o genro do Dr. Nicolau quando veio aqui que seu sogro ia a Miami e ficava em hotel cinco estrelas, pagando um preço que desconheço. Comprava carros por mais de US\$100 mil. Isso acontecia. Pagava US\$400 mil para, apenas para florir o apartamento de Miami. E isso acontecia! E nada, nenhum juiz achou que devia fazer alguma coisa, nenhum deputado, nenhum senador deve ter achado que tinha que fazer alguma coisa. A imprensa, se fez foi o *Estadão* que publicou alguma notícia num dia e parou no dia seguinte. Eu creio, meu ilustre Presidente, meu ilustre Relator, que é uma questão de filosofia, é uma questão de estado de espírito, é uma questão de fazer, de ter disposição, porque, senão, vai continuar acontecendo, vai se repetir. Eu sinto um fato positivo, ao contrário do *Estadão*, que acha que os procuradores, de certa forma, esses jovens fizeram uma coisa fantástica em ir e entrar na casa do ex-Presidente do Banco Central. Eu acho que isso é o início daquilo que não pode continuar. Nós fizemos a CPI do *impeachment*, nós fizemos a CPI dos Anões do Orçamento, nós fizemos a CPI dos Precatórios, foram três CPI's em que nós provamos ao máximo os crimes praticados! Cadê a investigação da Procuradoria? Cadê as denúncias feitas à Justiça? Cadê as ações na Justiça? Cadê as absolvições ou as condenações, quer dizer, qualquer coisa? Aí fica difícil.

Então, o que quero dizer, meu querido Presidente, é que, se nós não tomarmos uma mudança radical no sentido de apurar o que há de errado, a começar pelo Presidente da República, pelos Senadores, pelos Deputados; tem que começar por cima,

porque os coitados, o homem da favela, não digo que conheçam à Justiça, porque na Justiça ele não entra, mas a polícia ele conhece; paulada ele leva, para cadeira ele vai. Investigar, entrar na casa dele, é dois por três; ninguém acha errado. Agora, no geral, ou nós temos uma mudança de ações, de mentalidade, no sentido de dizer que não há nada mais sagrado do que o dinheiro público – sonegar, roubar, botar a mão no dinheiro público –, ou nós temos a convicção disso ou nós estamos brincando!

Por isso é que eu penso, Sr. Presidente, que esta Comissão – e felicito a V. Ex^a e felicito ao Relator –, e estamos sentindo que ela tem dois caminhos: um é esse que não podia deixar de ser, que é de investigar, mostrar, analisar essas questões; e a outra é de buscar normas para que isso não aconteça no futuro. É muito delicado... já encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, felizmente nós tivemos sorte: V. Ex^a foi o último a falar, mas falou o que esta Comissão queria dizer. E se V. Ex^a me permite sintetizar as suas considerações, eu ficaria naquele trecho em que afirma que é preciso fazer, e é preciso fazer imediatamente, quer dizer, é preciso fazer agora. Nós estamos notando que as coisas que estamos averiguando aqui se arrastam, realmente, há muitos e muitos anos, porque não se fez a tempo e a hora aquilo que deveria ser feito.

Portanto, esta CPI está procedendo assim; naturalmente o norte dela, o fim não só é o de deixar as coisas mais transparentes, mostrar aquilo que era mostrado timidamente – que nem os juízes do tribunal sabiam direito, estão sabendo por meio da instalação desta CPI –, contribuir, portanto, para a moralização e, quem sabe, encontrarmos regras que possam auxiliar nessa reforma do Poder Judiciário que está lá na Câmara dos Deputados.

Nós temos...

O SR. PEDRO SIMON – Eu encerro, Sr. Presidente, somente com duas palavras...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço aos Srs. Senadores que permaneçam, porque temos matéria a votar.

O SR. PEDRO SIMON – Encerro, Sr. Presidente, dizendo que V. Ex^a foi muito feliz, e como sempre muito mais feliz do que eu, na sua síntese. Acho que V. Ex^a tem razão: nós temos, agora, que medir as palavras para acrescentar uma coisa só, que está se mostrando – e eu falo com autoridade, com autoridade de alguém que é gaúcho e, graças a Deus, no Rio Grande do Sul, é absolutamente raro qualquer coisa dessa natureza. Mas, mesmo assim, isso existe.

Os nossos ilustres membros da Justiça, do Supremo, dos Tribunais, devem entender: alguma coi-

sa... Assim como nós, Parlamentares, estamos encontrando que tem que terminar com a licença para processar Deputado e Senador na gaveta – vai ter que ser decidido; e a nossa tese vai ser vencedora, de que vamos poder ser processados independentemente de licença –, assim também os nossos irmãos nos Tribunais devem entender que eles devem fazer alguma coisa para que essas coisas, se forem acontecendo, tenham a devida punição.

Era isso, Sr. Presidente, esperando apenas que o representante do Estadão ache que eu tenha agido com mais tranqüilidade, sem ter humilhado a testemunha. Espero que não tenha acontecido isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito obrigado. Sr's e Srs. Senadores, vou ler requerimento, sobre a mesa, assinado pelo Senador Carlos Wilson, Vice-Presidente da nossa Comissão, requerendo, nos termos regimentais e com fundamento no art. 58, §3º, da Constituição Federal, c/c o art. 2º da Lei nº 1579, de 1952, a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do Sr. Itagiba? Toledo, ex-Diretor-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pelo período compreendido entre os anos de 1990 e 1998, inclusive.

Coloco em votação o presente requerimento, esclarecendo que o Sr. Itagiba? Toledo foi, durante alguns anos, membro da Comissão de Licitação do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr's e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Expeçam-se os ofícios ainda hoje.

Determino o envio de ofício ao Tribunal de Contas da União para que, por meio do seu corpo técnico, mais especificamente dos Srs. engenheiros, responda aos seguintes questionamentos, formulados pelo Presidente, sem prejuízo de outros que ainda deverão ser formulados pelos Srs. Senadores, referentes ao TRT de São Paulo: queiram os Srs. peritos descrever minuciosamente o estado atual do prédio em construção do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, de São Paulo. Segundo, queiram informar quais os riscos acaso existentes e decorrentes de paralisação das obras. Terceiro: informar se a construção está obedecendo ao projeto de engenharia; se, por acaso, o mesmo foi ou está aprovado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, inclusive quanto aos materiais utilizados."

Próxima pergunta: queiram os Srs. peritos avaliar o custo atual da obra, isto é, no estado em que se encontra. Quinto: o que pode e deve ser realiza-

do, em caráter emergencial, para evitar danos ao prédio e prejuízos ao Erário público? Sexto: queiram os Srs. peritos trazer outros esclarecimentos que entenderem necessários para a elucidação da matéria.

Solicito, também, que o mesmo ofício seja redigido ao corpo técnico de engenheiros do Senado da República. Esse ofício só deve ser remetido após 48 horas, quando terminará o prazo para que os Srs. membros da Comissão possam apresentar também as perguntas que desejarem, principalmente ao eminente Relator Paulo Souto.

Sr's e Srs. Senadores, esclarecemos que os nossos trabalhos vão se iniciar amanhã, impreterivelmente – espero eu –, às 10 horas da manhã. Espero a presença aqui, e conto com ela, do ex-juiz, Dr. Nicolau dos Santos Neto, consoante compromisso assumido, inclusive, sob a fé do seu grau, pelo seu ilustre patrono, na semana passada. Às 10 horas, portanto, o depoimento do Dr. Nicolau dos Santos Neto.

Há um requerimento do Senador Jefferson Péres que, por um merecimento de S. Exª, que momentaneamente se encontra ausente, vamos colocar em votação amanhã, a fim de que, caso queira, possa defender o seu requerimento. Não podemos encerrar esta reunião sem antes proclamar que foi uma das melhores reuniões já realizadas aqui pela nossa Comissão, porque inclusive nós vamos demonstrando à sociedade brasileira, à medida que os nossos trabalhos se desenvolvem, qual é o verdadeiro objetivo desta CPI, e o que é verdadeiramente uma CPI. Sempre procurando esclarecer que nem todos os que se encontram aqui se apresentam na qualidade de averiguado ou de indiciado, seja qual for o termo.

Hoje compareceu, expõe sua, o atual Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Dr. Floriano Corrêa Vaz Da Silva, que prestou os esclarecimentos que entendeu necessários prestar e respondeu a todas as perguntas formuladas pelos Srs. Senadores.

Por isso, Dr. Floriano, queremos, em meu nome pessoal e em nome de toda a Comissão, apresentar-lhe os efusivos cumprimentos e formular votos de que outras pessoas como o senhor aqui vinhão, a fim de colaborarem para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

Esta Comissão não é contra a instituição, contra a magistratura, nem contra o Poder Judiciário. Esta CPI existe justamente para aperfeiçoar as instituições brasileiras, inclusive o Poder Judiciário.

Está encerrada esta reunião e convocada a 10ª reunião para amanhã, se Deus quiser, às 10h.

(Levanta-se a reunião às 15h26min.)

10/05/99



Boletim Administrativo do Pessoal
Gabinete do Senador Osmar Dias

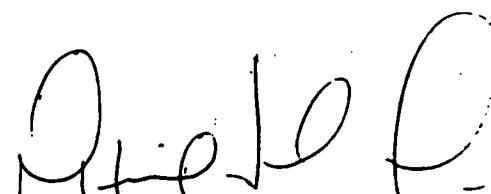
ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.455, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007703/99-6,

RESOLVE dispensar a servidora PAULA MARIA ABREU DE BARROS MONTEIRO, matrícula 444, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Osmar Dias, com efeitos financeiros a partir de 04 de maio de 1999.

Senado Federal, 10 de maio de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

10/05/99

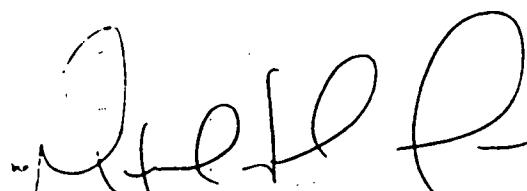

Bolean Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico da SEAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.456, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007865/99-6,

RESOLVE dispensar o servidor CARLOS ROBERTO DE ARAÚJO, matrícula 4058, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Diretoria-Geral, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços, com efeitos financeiros a partir de 19 de março de 1999.

Senado Federal, 10 de maio de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

20/05/99

**Banco Administrativo do Pessoal**
Serviço de Apoio Técnico da SSAPES**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1.457, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de sua atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 3º do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995,

RESOLVE:

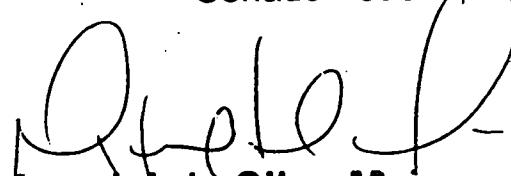
Art. 1º. Instituir a Comissão Especial com a incumbência de no prazo de 180 (cento e oitenta) dias organizar e redigir, sob a forma de Projetos, propostas diversas que tenham sido cadastradas pelo Banco de Idéias, cujo gerenciamento será dessa Comissão. O Banco tem o objetivo de catalogar sugestões, estimulando, assim, o pensamento interno e externo, de servidores ou não que estejam preocupados com o desenvolvimento das atividades do Senado Federal.

Art. 2º. Designar como Presidente o titular do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), MÁRIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS, matrícula 1688, e como Substituto eventual o servidor ANAND RAO ADUSUMILLI, matrícula 2943.

Art. 3º. Os membros que comporão a Comissão serão designados pelo seu Presidente.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de maio de 1999.



Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

Em 10/05/99
Assinado

Boletim Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.458, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor KENDY APARECIDO OSIRO, matrícula 4638, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-06, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, e lotá-lo na Secretaria de Serviços, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 10 de maio de 1999.


AGACIEL DA SILVA MATA
Diretor-Geral

10/05/99



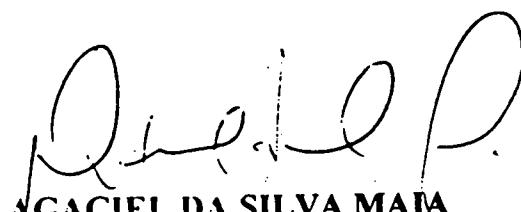
Boletim Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.459, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

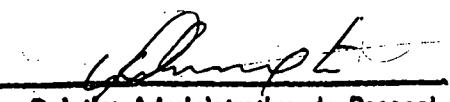
RESOLVE dispensar a servidora ANGÉLICA PASSARINHO MESQUITA, matrícula 2484, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 10 de maio de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

10/05/99


Boletim Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.460, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora IVANISE XAVIER REIS CARNIB BEZERRA, matrícula 4237, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 10 de maio de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

l m 10/05/99
Assinatura

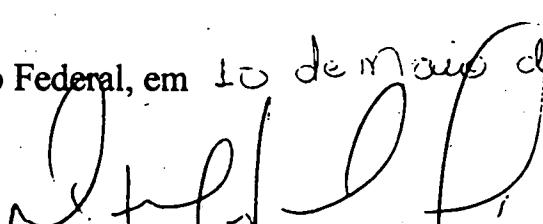
Boletim Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.461, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 08005/99-0,

R E S O L V E exonerar **GEILZA FATIMA CAVALCANTI**, matrícula n.º 31145, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico e nomeá-la, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Federal, em 10 de Maio de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

lm 10/05/99



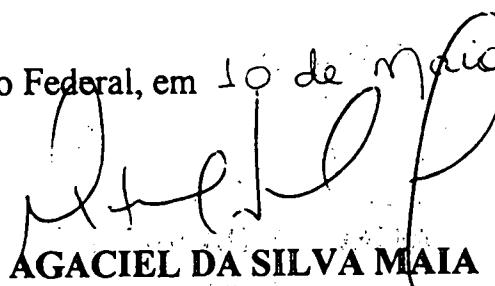
Boletim Administrativo do Pessoal
Serviço de Apoio Técnico da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.462, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 08005/99-0,

R E S O L V E exonerar **GEANNE CAVALCANTI**, matrícula n.º 30999, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar e nomeá-la, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Federal, em 10 de maio de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: (Vago)
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

PFL

1. (Vago)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. (Vago)

Suplentes

1. Jecé Agripino
2. Carlos Petrocinto
3. (Vago)
4. (Vago)

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Péres
2. (Vago)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. (Vago)
2. Osmar Dias

1. (Vago)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Artindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadões

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocinha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 26.3.95)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 · Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 · Fax: 3606

Secretários: MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)
CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA

Ramais: 3507 - 3520 · Fax: 3512

Secretários: WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 · Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CJ - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
- VALDELICE DE ALMEIDA PEREIRA (Ramal 3972)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ALEXANDRE MORAES PINTO (Ramal 3529)

CFC - JOSÉ FRANCISCO R. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: FERNANDO BEZERRA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2081/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4348/4348	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCEJINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3246/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2081/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2037
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. CARLOS WILSON	PE	2461/2457
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2261/2267
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2181/2184
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3187/3189

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
PAULINO LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2285/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Diretório Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: direccu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
 Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
 (29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2281/2287	1. DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267
GILVAM BORGES	AP	2181/2157	2. JOSÉ BARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4821	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4084/4085	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3180	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4082	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2211/2217	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
PAULO HARTUNG	ES	1120/7020	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÁNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3167/3169	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com o edital do Colégio de Presidência do Conselho e Lideranças Partidárias
 1º reunião às 9:00 horas e 2º reunião às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPIÑO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2201/2287
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2287	2. FERNANDO BEZERRA	RN	2481/2487
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2181/2187
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4034/4085
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1807	5. NEY SUASSUNA	PB	4348/4348
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3184/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4021
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2381/2387	2. DJALMA BESSA	BA	2381/2317
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3089/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3248/3248
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3208/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2381/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - P8B	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3218/3217

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Sala nº 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Secretaria: Vera Lúcia Lacerda Nunes

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Fax: 311-4315 - E-mail: veramunes@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidências de Comissões e Lideranças Partidárias

Horário regular: Quartas-feiras às 10:00 horas.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

Presidente: FREITAS NETO
 Vice-Presidente: LUIZA TOLEDO
 (27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3148/3150
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4346/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3058/3057
JOSÉ BARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. DJALMA FALCÃO	AL	2281/2287
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RB	1207/1007
VAGO			8. VAGO		
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2211/2217	3. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1180/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4086/4087

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2467
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2126
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG	ES	1129/1020
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4083/4085	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA -PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES - PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES - PDT	AM	2081/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4383	1. LEONMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(* Existe de acordo com deliberação do Conselho de Presidentes de Comissões e Lideranças Partidárias.
 Horário regular: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY
Vice-Presidente: CARLOS WILSON
 (19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2211/2217
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS D^º INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: VAGO

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ BARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAN BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNAUSEN	SC	4280/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (casas)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTE	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPlicy - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PPS	RJ	4229/4230

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideranças Partidárias.

Horário regular: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
 (17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3085/3087	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. VAGO		
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4346/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3184/3188			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3068/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CANDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4226/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Notório de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
SECRETÁRIO-GERAL: VAGO
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: VAGO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGACA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - AMIR LANDO
ROBERTO REQUIÃO	3 - MARLUCE PINTO
PFL	
GERALDO ALTHOFF	1 - JOSÉ JORGE
JORGE BORNHAUSEN	2 - DJALMA BESSA
PSDB	
PEDRO PIVA	1 - ANTERO PAES DE BARROS
ÁLVARO DIAS	2 - LUZIA TOLEDO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
EMILIA FERNANDES	1 - ROBERTO SATURNINO

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL	
NEY LOPES	1 - LUCIANO PIZZATTO
SANTOS FILHO	2 - MALULY NETTO
PMDB	
CONFÚCIO MOURA	1 - EDISON ANDRINO
GERMANO RIGOTTO	2 - OSMAR SERRAGLIO
PSDB	
FEU ROSA	1 - ANTONIO C. PANNUNZIO
NELSON MARCHEZAN	2 - NARCIO RODRIGUES
PT	
LUIZ MAINARDI	1 - PAULO DELGADO
PPB	
JÚLIO REDECKER	1 - CELSO RUSSOMANNO
SECRETARIA DA COMISSÃO:	

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-000
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETARIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS